



FEIRAS LIVRES

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE,
LUGARES DE MEMÓRIA

Heloisa Mina Padula

ORIENTADORA:

Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO

ESCOLA DE ARQUITETURA, ARTES E DESIGN

PUC
CAMPINAS


CAPES

CAMPINAS - SP

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

HELOISA MINA PADULA

FEIRAS LIVRES: TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE, LUGARES DE MEMÓRIA

CAMPINAS – SP

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE ARQUITETURA, ARTES E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ARQUITETURA E
URBANISMO
HELOISA MINA PADULA

FEIRAS LIVRES: TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE, LUGARES DE MEMÓRIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo da escola de Arquitetura, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como exigência para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

CAMPINAS – SP

2024

Ficha catalográfica elaborada por Adriane Elane Borges de Carvalho CRB 8/9313
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

790.0135 Padula, Heloisa Mina
P125f

Feiras livres: territórios de identidade, lugares de memória / Heloisa Mina Padula. -
Campinas: PUC-Campinas, .

180 f.: il.

Orientador: Maria Cristina da Silva Schicchi.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo , Escola de Arquitetura, Artes e Design, Pontifícia
Universidade Católica de Campinas, Campinas, .

Inclui bibliografia.

1. Lazer - Feiras-livres. 2. Famílias rurais - Identidade social. 3. Paisagens -
Espaços públicos - Memória. I. Schicchi, Maria Cristina da Silva. II. Pontifícia
Universidade Católica de Campinas. Escola de Arquitetura, Artes e Design. Pós-
Graduação em Arquitetura e Urbanismo . III. Título.

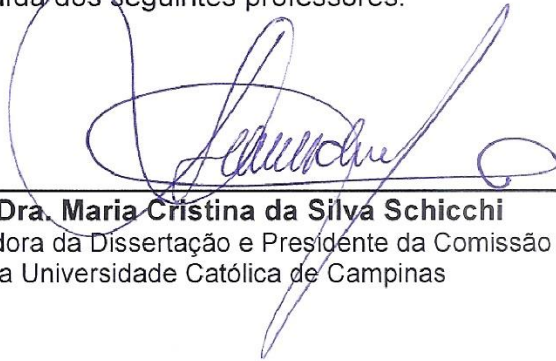
23. ed. CDD 790.0135

HELOISA MINA PADULA

“FEIRAS LIVRES: TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE, LUGARES DE MEMÓRIA”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.
Área de Concentração: Urbanismo.
Orientador(a): Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi

Dissertação defendida e aprovada em 26 de janeiro de 2024 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi
Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Ana Paula Farah
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Eunice Helena Sguizzardi Abascal
Universidade Presbiteriana Mackenzie

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas e instituições que viabilizaram a elaboração desta dissertação de mestrado. Em especial à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001, por tornar possível esta pesquisa através de financiamento educacional.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi, pela orientação dedicada, apoio incansável e valiosas contribuições ao longo de todo o processo de pesquisa. Sua experiência e visão foram fundamentais para a concretização deste trabalho e de minha formação profissional.

Aos membros da banca examinadora, Profa. Dra. Ana Paula Farah e Profa. Dra. Eunice Helena Sguizzardi Abascal, agradeço pela avaliação criteriosa, pelas sugestões construtivas e pelo tempo dedicado à análise deste estudo.

Aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, que proporcionaram um ambiente acadêmico enriquecedor e estimulante. Nossas trocas de ideias e debates foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus amigos que estiveram ao meu lado durante este percurso, compartilhando experiências, oferecendo suporte e incentivando meu progresso.

Por fim, deixo um agradecimento especial à minha família, principalmente aos meus pais, pelo constante apoio emocional e incentivo ao longo desta jornada acadêmica. Sua compreensão e paciência foram essenciais nos momentos desafiadores. Obrigada por sonharem comigo e estarem sempre ao meu lado.

Cada um de vocês desempenhou um papel fundamental na realização deste trabalho, e estou profundamente grata pela colaboração e apoio recebidos.

Muito obrigada.

RESUMO

A pesquisa buscou compreender as feiras livres como uma rede de produção, consumo e circulação de mercadorias, numa abordagem multi e interescalar, reconhecendo seu papel mediador/revelador dos atributos da cidade contemporânea, em especial dos aspectos culturais e da reiteração dos valores do cotidiano de pessoas e grupos - como “lugares de memória” (NORA, 1993) e identidade - tendo como objeto de estudo três feiras livres institucionalizadas do município de Rio Claro/SP, situado na Região Metropolitana de Piracicaba: Feira do Cervezão, Feira do Produtor e Feira São Benedito. Teve como objetivo estudar as feiras em distintas temporalidades, como manifestação de uma tradição de determinadas relações de trabalho e produção que congregam o rural e o urbano, com forte apelo à produção local e familiar hortifrutigranjeira, inserida nas dinâmicas dos circuitos-curtos dos pequenos agricultores e suas estratégias de trabalho e vida. Apesar da globalização, dos novos meios de produção e tecnologias de comercialização, as feiras livres seguem resilientes, adaptando-se às novas demandas e apresentam dinâmicas próprias, em suas formas de encontro, hábitos e consumo. Foram estudados os circuitos junto aos modos de vida vinculados aos seus agentes (produtores, consumidores, frequentadores), mas principalmente a importância dos territórios onde estão inseridas, como elementos definidores de diferentes formas de agenciamento dos espaços e seleção dos produtos. Partiu-se da premissa de que as feiras livres revelam traços da identidade sociocultural dos territórios, assim como das relações urbano-rurais por elas mobilizadas; reiteram a tradição de compra e venda direta de produtos, aspectos que fazem parte do imaginário, da memória e da identidade da população, adquirindo um valor cultural. A metodologia aplicada foi a histórico-crítica, através de revisão bibliográfica e empírica, com levantamentos *in situ* e observação participante. Como resultado, buscou-se evidenciar os atributos ancestrais e atuais das feiras e traçar sua trajetória, tanto sob o ponto de vista socioeconômico quanto cultural, territorial e patrimonial.

Palavras-Chave: memória coletiva; feiras livres; identidade; paisagem; território.

ABSTRACT

The research aimed to comprehend the conditions of small-scale market and production in the interior of the state of São Paulo, particularly through the examination of street market activities. The object of study encompasses three institutionalized street markets that regularly take place in the municipality of Rio Claro/SP, located in the Região Metropolitana de Piracicaba: Feira do Cervezão, Feira do Produtor and Feira São Benedito. A conceptual discussion was proposed regarding the nature and role of street markets in the daily lives of residents, considering them as sites of memory and identity. The objective included studying the markets across different temporalities, as a manifestation of a tradition involving specific labor and production relations that bring together rural and urban aspects, with a strong emphasis on local and familial horticultural production, integrated into the dynamics of short circuits among small-scale producers. Despite globalization, new means of production, and marketing technologies, street markets remain resilient, adapting to new demands and presenting unique dynamics in their forms of interaction, habits, and consumption. The circuits were examined in conjunction with the modes of life associated with their agents, as well as their role as "places of memory" (NORA, 1993). The study commenced with the premise that street markets reveal traces of the sociocultural identity of territories, along with the urban-rural relationships they evoke. They reaffirm the tradition of direct buying and selling of products, elements that are ingrained in the imagination, memory, and identity of the population, thereby acquiring cultural value. The applied methodology was historical-critical, involving a literature review and empirical research, with on-site surveys and participant observation. As a result, the objective was to highlight the ancestral and current attributes of the street markets and trace their trajectory, considering the socioeconomic, cultural, territorial, and heritage perspective.

Keywords: collective memory; street markets; identity; landscape; territory.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Formação geomorfológica do Estado de São Paulo.
- Figura 2: Rede de Cidades - contexto da RMP no Estado de São Paulo.
- Figura 3: Região Metropolitana de Piracicaba (RMP).
- Figura 4: Vista aérea das oficinas de CPEF. Data Indefinida.
- Figura 5: Leiteiro - Sebastião Geraldi, em foto tirada no início do século XX.
- Figura 6: Bucheiro - foto tirada no início do século XX.
- Figura 7: Doceiro - Inácio da "Geléia" e sua esposa, Maria da Conceição, vendiam geleia de mocotó feita com vinho do Porto.
- Figura 8: Leiteiro - Sebastião Geraldi, início do Século XX.
- Figura 9: Padeiro - Otávio Lotti, filho de Artur Lotti, proprietário da Padaria Lotti, início do século XX.
- Figura 10: Agueiro - Foto tirada no início do século XX.
- Figura 11: As instalações originais do Matadouro Municipal de Rio Claro. 1920.
- Figura 12: O prédio do matadouro Municipal de Rio Claro, já desativado e mostrando alterações na arquitetura original.
- Figura 13: Vista externa do mercado municipal, início do século XX.
- Figura 14: Ilustração de Nicola Petti, pintor figurativo, do interior do Mercado Municipal de Rio Claro. Sem Data.
- Figura 15: Obra concluída na intervenção no Mercado Municipal de Rio Claro.
- Figura 16: Grupo Escolar Irineu Penteado, 1925.
- Figura 17: "Officina Bruno Meyer", localizada na esquina da rua 7 com a av. 7, 1924.
- Figura 18: Cervejaria Rio Claro, 1920.
- Figura 19: Fábrica de cigarros "Princesa d'Oeste", 1920.
- Figura 20: Loja do Veado. 1903.
- Figura 21: Casas Pernambucanas. 1931.
- Figura 22: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. 1960.
- Figura 23: Rua 3, Av. 8 e 10 inicio século XX.
- Figura 24: Supermercado Brasil-Serv. Av.24 com a Rua 8. Década de 1970.
- Figura 25: Casa Comercial Casa Blanca "menina dos olhos". Rua 4 com Av.2. 1957.
- Figura 26: Fábrica Matarazzo. 1939.
- Figura 27: Shopping Center Rio Claro atualmente. 2023.
- Figura 28: Lincoln Magalhães traz Escola Agropecuária para Rio Claro.

Figura 29: Escola Agropecuária um privilégio.

Figura 30: Vista aérea distrito industrial.

Figura 31: Vista aérea distrito industrial, 2018.

Figura 32: Região do Município de Rio Claro, localização de núcleos rurais, vetores relevantes.

Figura 33: Feiras da cidade de Rio Claro – SP.

Figura 34: Objetos de estudo desta pesquisa – SP.

Figura 35: Oferta de comércio na cidade.

Figura 36: Local da feira do São Benedito ocupado pelas atividades da Umbigada e do Tambu.

Figura 37: Local da feira do São Benedito ocupado pelas atividades da Umbigada e do Tambu.

Figura 38: Antiga figueira branca na Praça de São Benedito.

Figura 39: Remoção da figueira pela municipalidade.

Figura 40: Vista da Feira Livre do São Benedito, com perspectiva da Rua 9 para a Avenida 13.

Figura 41: Feira do Largo de São Benedito, com perspectiva da Rua 10 sentido Avenida 15.

Figura 42: Implantação da Feira Livre do São Benedito (acima) e localização na malha urbana de Rio Claro (abaixo).

Figura 43: Distribuição das barracas que compõem a Feira livre do Cervezão no espaço.

Figura 44: Feirantes hortifrutigranjeiros.

Figura 45: À esquerda, local da antiga Figueira branca.

Figura 46: Banca do setor hortifrutigranjeiros.

Figura 47: A direita, *Food Truck* com venda de alimentos preparados para consumo no local.

Figura 48: Corredor principal conformado pelas barracas da feira na Av. 13.

Figura 49: Bazar organizado por ONGs.

Figura 50: Músico se apresentando.

Figura 51: Igreja São Benedito fechada em dia de feira.

Figura 52: Produtores do setor hortifrutigranjeiro.

Figura 53: Feirante que comercializa carnes.

Figura 54: Feirantes do setor de alimentos preparados.

Figura 55: Feirantes que comercializam artesanato.

Figura 56: Revenda de produtos.

Figura 57: Vendedores ambulantes.

Figura 58: Relação da vizinhança com a feira.

Figura 59: Bancas de artesanato próximas.

Figura 60: Área de estacionamento e “flanelinha”.

Figura 61: Guarda Civil na feira.

Figura 62: Área de permanência próxima a bancas de alimentos preparados para consumo no local.

Figura 63: Área de permanência próxima a bancas de alimentos preparados para consumo no local.

Figura 64: Corredor de barracas criado pela feira.

Figura 65: Atração infantil em datas especiais.

Figura 66: Delimitação da área de trabalho dos feirantes.

Figura 67: Receptividade da feira.

Figura 68: Receptividade da feira.

Figura 69: Delimitação da área de trabalho dos feirantes.

Figura 70: Delimitação da área de trabalho dos feirantes.

Figura 71: Desmontagem das bancas de exposição de produtos hortifrutigranjeiros.

Figura 72: Síntese da Feira Livre do São Benedito.

Figura 73: Igreja de São Benedito fechada durante a realização da feira.

Figura 74: Contexto de inserção na feira do São Benedito na malha urbana de Rio Claro.

Figura 75: Mapa de uso do solo do entorno da Feira de São Benedito.

Figura 76: Presença da guarda civil na feira.

Figura 77: Área de permanência.

Figura 78: Vista da área no período em que não ocorre a feira.

Figura 79: Implantação da Feira Livre do Cervezão (à esquerda) e localização na malha urbana de Rio Claro (à direita).

Figura 80: Vistas da Feira Livre do Cervezão.

Figura 81: Vistas da Feira Livre do Cervezão.

Figura 82: Vista da Feira Livre do Cervezão.

Figura 83: Distribuição das barracas que compõem a Feira livre do Cervezão no espaço.

Figura 84: Cenas do curta-metragem produzido na Feira do Cervezão.

Figura 85: Cenas do curta-metragem produzido na Feira do Cervezão.

Figura 86: Cenas do curta-metragem produzido na Feira do Cervezão.

Figura 87: Cenas do curta-metragem produzido na Feira do Cervezão.

Figura 88: Pastor pregando a palavra na feira.

Figura 89: Cartazes para abordagem de pessoas na feira.

Figura 90: Banca de produtores hortifrutigranjeiros.

Figura 91: Banca de alimentos para consumo no local.

Figura 92: *Food Truck*.

Figura 93: Vendedores ambulantes.

Figura 94: Atração para o público infantil.

Figura 95: Feirante de carnes e freguês.

Figura 96: Espaço de sociabilidade.

Figura 97: Comercialização de animais vivos.

Figura 98: Banca de Hortifruti.

Figura 99: Fluxos proporcionados pela feira.

Figura 100: Síntese do espaço da Feira livre do Cervezão.

Figura 101: Área do Grande Cervezão.

Figura 102: Ponto de ônibus em dia de feira.

Figura 103: Usos do Solo Jardim Cervezão.

Figura 104: Ocupação de terrenos vazios próximo a feira.

Figura 105: Av, M25, predominância de uso misto, habitações e comércio/serviço.

Figura 106: Av. M23, concentração de comércios e serviços.

Figura 107: Rua M13, e verticalização ao fundo.

Figura 108: Vista Aérea do Grande Cervezão.

Figura 109: Vista da feira na extensão da Av.M25.

Figura 110: Vista da feira pela chegada da Rua M17.

Figura 111: Vista da feira pela chegada da Rua M17A.

Figura 112: Vista da feira da Rua M17A.

Figuras 113: Relações de vizinhança criada pela feira livre.

Figura 114: Relações de vizinhança criada pela feira livre.

Figura 115: Relações de vizinhança criada pela feira livre.

Figura 116: Área onde ocorre a feira, fotografada em um dia em que não está ocupada.

Figura 117: Verticalização próxima à área da feira livre.

Figura 118: Verticalização próxima à área da feira livre.

Figura 119: Projeto para transferência da Feira livre do Cervezão para a Lagoa Seca.

Figura 120: Edição da Feira do Produtor da Agricultura Familiar realizada na Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Silvicultura durante o ano de 2013.

Figura 121: Edição da Feira do Produtor da Agricultura Familiar realizada na Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Silvicultura durante o ano de 2013.

Figura 122: Edição da Feira do Produtor da Agricultura Familiar realizada na Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Silvicultura durante o ano de 2013.

Figura 123: Edição da Feira do Produtor da Agricultura Familiar realizada na Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Silvicultura durante o ano de 2013.

Figura 124: Entrada do Espaço Livre da Vila Martins.

Figura 125: Bancas hortifrutigranjeiras.

Figura 126: Bancas hortifrutigranjeiras.

Figura 127: Vista corredor central da Feira.

Figura 128: Bancas de artesanato.

Figura 129: Disposição das bancas da feira, música ao vivo.

Figura 130: Implantação da Feira do Produtor Rural (acima) e localização na malha urbana de Rio Claro (à baixo).

Figura 131: Comercialização de alimentos preparados para consumo no local ao fundo, e artesanato à frente.

Figura 132: Comercialização de alimentos preparados para consumo no local.

Figura 133: Guarita de Segurança na entrada do estacionamento.

Figura 134: Música ao vivo.

Figura 135: Área de estacionamento e feira ao fundo.

Figura 136: Sede da Escola de Samba Uva que ocupa o galpão ao lado do da feira.

Figura 137: Atração para o público infantil.

Figura 138: Distribuição das barracas na Feira do Produtor Rural no espaço.

Figura 139: Feirantes hortifrutigranjeiros.

Figura 140: Feirantes do setor de Artesanato.

Figura 141: Comercialização de alimentos preparados para consumo no local.

Figura 142: Revenda de produtos.

Figura 143: Perfil no Instagram da Feira do Produtor Rural.

Figura 144: Produto in natura.

Figura 145: Ofertas e promoções.

Figura 146: Representantes das comunidades de caráter religioso.

Figura 147: Representantes das comunidades de caráter religioso.

Figura 148: Postagem no Instagram do coletivo Art Muro.

Figura 149: Síntese do espaço da Feira livre do Produtor Rural.

Figura 150: Mapa dos bairros de entorno da Feira do Produtor Rural.

Figura 151: Contexto de inserção na feira do Produtor Rural na malha urbana de Rio Claro.

Figura 152: Contexto de inserção na feira do Produtor Rural na malha urbana de Rio Claro.

Figura 153 - Circuitos Curtos mobilizados no território.

Figura 154: Objetos de estudo desta pesquisa – SP.

Figura 155: Localização das feiras livres na malha urbana de Rio Claro. Com destaque, em círculos amarelos, das feiras estudadas.

Figura 156: Controle e registro de forma tradicional das vendas pelos feirantes. Feira do São Benedito.

Figura 157: Espaços promotores de sociabilidade.

Figura 158: Apresentação musical. Feira do São Benedito.

Figura 159: Criação de uma relação de vizinhança e urbanidade.

Figura 160: Sociabilidade entre feirante e freguês.

Figura 161: Sociabilidade entre feirantes. Feira do Cervezão.

Figura 162: Feirante com seu filho. Feira do Produtor Rural.

Figura 163: Apresentação Musical. Feira do Produtor Rural.

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1: Interdependência entre campo e cidade.

Diagrama 2: Tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos no Brasil (Br) e na França (Fr).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.

Tabela 2: Feiras Livres da Região Metropolitana de Piracicaba.

Tabela 3: Feiras do município de Rio Claro.

Tabela 4: Produtos Comercializados nas feiras

Tabela 5: Circuito Curto mobilizado pelas feiras.

Tabela 6: Análise comparativa entre as feiras de estudo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CC: Circuito Curto;

CNRC: Centro Nacional de Referência Cultural;

CMDR: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

ESALQ-USP: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo;

HIS: Habitacionais de Interesse Social;

ICOMOS: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios;

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INRC: Inventário Nacional de Referências;

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

NEPO: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó;

OIT: Organização Internacional do Trabalho;

ONGs: Organizações não Governamentais;

PAA: Programa de Aquisição Alimentar;

PCI: Patrimônio Cultural Imaterial;

PDRS: Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável;

PEI: Programa Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica;

PNPI: Programa Nacional do Patrimônio Imaterial;

Pronac: Programa Nacional de Apoio à Cultura;

RMP: Região Metropolitana de Piracicaba;

SESI: Serviço Social da Indústria;

SIF: Serviço de Inspeção Federal;

SIM: Serviço de Inspeção Municipal;

SISP: Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal;

SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

UFSCar: Universidade Federal de São Carlos;

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura;

Unesp: Universidade Estadual Paulista;

ZEIS: Zonas Especiais de Interesse Social;

ZPR: Zona Predominantemente Residencial;

ZUD: Zona de Uso Diversificado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
MÉTODOS E PROCEDIMENTOS.....	28
CAPÍTULO I: ANCESTRALIDADE E VALOR CULTURAL DAS PRÁTICAS COMERCIAIS DAS FEIRAS LIVRES E SUAS RELAÇÕES TERRITORIAIS.....	31
1.1. CONCEPÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO MERCADO DE RUA.....	32
1.2. PRESENÇA DA RELAÇÃO RURAL-URBANO NA PRODUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO DAS FEIRAS.....	39
1.3. LUGARES DE MEMÓRIA: FEIRAS LIVRES COMO ESPAÇOS DE IDENTIDADE.....	43
1.4. USOS E APROPRIAÇÕES: IMPACTO DAS FEIRAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	46
CAPÍTULO II: FEIRAS LIVRES EM CIDADES MÉDIAS DO INTERIOR PAULISTA.....	51
2.1. A PRODUÇÃO FAMILIAR HORTIFRUTIGRANJEIRA E A CONSTITUIÇÃO DOS CIRCUITOS CURTOS.....	53
2.2. FEIRAS LIVRES NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA.....	58
2.3. CARACTERIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO COMÉRCIO NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO.....	64
2.3.1. OS CONTEXTOS DAS FEIRAS LIVRES NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO.....	75
2.4. ESTRATÉGIAS DE VIDA E CONSUMO DA POPULAÇÃO LOCAL.....	80
2.5. ESPAÇO DE CONFLUÊNCIA DAS FEIRAS: DINÂMICAS COMERCIAIS, SOCIAIS E CULTURAIS.....	82
2.5.1 A FEIRA DO SÃO BENEDITO.....	83

2.5.2. A FEIRA LIVRE DO CERVEZÃO.....	100
2.5.3. A FEIRA DO PRODUTOR RURAL.....	118
2.5.4. SÍNTESE DOS ASPECTOS ANALISADOS.....	133
CAPÍTULO III: FEIRAS LIVRES COMO LUGARES DE MEMÓRIA.....	142
3.1. SÍNTESE DE PADRÕES: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES DAS FEIRAS.....	145
3.2. A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO ESPAÇO DAS FEIRAS LIVRES.....	149
3.3. A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DAS FEIRAS LIVRES: PERMANÊNCIA E DURAÇÃO.....	155
CONCLUSÃO.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	167
ANEXO 1.....	174
ANEXO 2.....	176
ANEXO 3.....	178
ANEXO 4.....	180



INTRODUÇÃO

As feiras livres, desde sua gênese, integram-se ao cenário de desenvolvimento das redes urbanas de troca, comercialização e sociabilidade. Originaram-se como pontos de distribuição da produção, delineando, muitas vezes, o próprio tecido central das cidades, sobretudo a partir da convergência de redes e vias primárias de acesso. As dinâmicas cotidianas, por sua vez, constituíam e organizavam os espaços das feiras livres e práticas sociais vinculadas aos modos de vida ligados aos seus agentes (produtores, consumidores, frequentadores), ao possibilitar o aprimoramento das técnicas de comércio, as interações sociais e seus desdobramentos no tecido urbano, transformando a paisagem e o imaginário urbano local.

Sob este aspecto, Queiroga (2014) destaca:

Feiras podem caracterizar a dinâmica de ruas, praças, bairros e até mesmo de algumas cidades brasileiras, se configuram não só como espaços de trabalho, renda, lucro e consumo (domínio das necessidades), mas também de encontros, convívio, cultura e vida pública (domínio da liberdade). (QUEIROGA, 2014, p. 130)

Mesmo com a disseminação de grandes estruturas de consumo, como supermercados, hipermercados, shopping centers e possibilidade de compras pela internet - atividades que são reflexo do monopólio exercido pelos grandes estabelecimentos de venda e consumo - as feiras continuam compondo os circuitos econômicos regionais como elementos estratégicos através de sua capacidade de promoção de interações sociais, culturais e comerciais.

Portanto, define-se feira livre como: “categoria de mercado varejista ao ar livre, com realização semanal, organizada como serviço de utilidade pública dos municípios e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos.” (VERONA e COMPIANI, 2016, p.77). A população desfruta da atividade pelas vantagens da compra direta, que favorecem a qualidade e a acessibilidade a produtos diversos. Por consequência, a presença destes equipamentos reforça o desenvolvimento regional, contribuindo para a construção da identidade local, ao vincular o espaço urbano ao rural, reintegrando dois âmbitos geralmente apartados no cotidiano da cidade.

Em decorrência disso, evidenciou-se uma rede estruturada no território, beneficiando a região, tanto economicamente, quanto sob o aspecto social e cultural. Isso possibilita que a agricultura familiar se destaque nesse contexto, ao obter uma

renda semanal sem a intervenção de terceiros em seus negócios, o que assegura uma margem de lucro maior para o vendedor e um preço mais acessível aos seus compradores. Com isso, entende-se as feiras livres como espaços tradicionais de mediação entre produtor local e consumidor.

Portanto, desempenha um papel fundamental na formação dos circuitos curtos de abastecimento, inter-relacionando a produção do campo com a venda na cidade. O termo circuito, segundo Model & Denardin (2014), é atribuído ao percurso de um produto, desde a sua produção até o consumidor final. Já, o circuito curto se caracteriza pelo caminho mais curto realizado pelo produto, desde sua produção, incluindo comercialização, até o consumidor final, independentemente de sofrer transformação ou não.

Por sua vez, o contato da população com produtores locais hortifrutigranjeiros contribui para a difusão dos produtos que são comercializados e estimula a percepção sobre a forma como foram produzidos, pois são em sua maioria, alimentos orgânicos. Conecta, portanto, o modo de vida rural e suas características socioculturais, ao urbano, com seus hábitos, costumes, cultura e crenças. Segundo Kieling & Silveira (2015, p. 141), “o modo de vida do rural e do urbano estão cada vez mais infiltrando-se um no outro, descobrindo diferentes territorialidades do território que é percebido pelo uso que os indivíduos dele fazem”; essa ligação, sob outra ótica, traz o valor simbólico e ancestral do ser com a ligação com o mundo.

As feiras estão intimamente ligadas à construção de imaginários coletivos, evocando ancestralidade, percepção, coletividade, em uma herança que é transmitida em três tempos - passado, presente e futuro – onde, de acordo com Jaramillo Uribe (2019):

El discurso local se interpreta como la construcción de identidad que nace, se modela y consolida en las cotidianidades e interacciones de los sujetos sociales, derivadas de la memoria y prácticas culturales. Se expresa a través de los imaginarios urbanos y apropiaciones colectivas en el espacio tiempo, sobre las cuales se atribuyen valoraciones simbólicas y significativas en los contextos locales. (JARAMILLO URIBE, 2019, p.3).

Por sua vez, a atividade reforça características coletivas e de memória dos espaços públicos, pois

Na feira livre existem características singulares, inexistentes em outras formas de comércio como solidariedade, proximidade, afetividade, troca de

saberes e o alto nível de confiança mútua entre os envolvidos. Outro ponto que diferencia as feiras livres de outras formas de comércio é o fato de que segmentos de menor poder econômico tem a oportunidade de consumo. (MODEL e DENARDIN, 2014, p. 7 – 8)

Notadamente o ambiente urbano foi muito transformado por movimentos globalizadores, e as feiras livres persistiram como referências dentro da cultura urbana, pois capturam a essência das práticas, valores e expressões associadas à vida cotidiana, conservando heranças e hábitos. Rememoram, portanto, “uma história onde o cotidiano das multidões anônimas conquista o status social de valor histórico da identidade maior de uma formação sócio-territorial.” (MESSENTIER, 2006, p.14). Logo, são constituintes da memória do território, pois ainda que efêmeras, permanecem no imaginário da população e na representação de grupos sociais.

Assim, se analisou o contexto das feiras livres sob a perspectiva das cidades de porte médio e pequeno, as quais preservam características que, frequentemente, as cidades maiores já não apresentam mais. Entende-se que estas cidades conservam características importantes que permitem a conexão entre áreas rurais e urbanas, especialmente no que diz respeito à agricultura e aos circuitos de produção e distribuição hortifrutícola local e regional. Portanto, os objetos de estudos escolhidos estão inseridos nas dinâmicas da região Metropolitana de Piracicaba, onde ainda se conservam hábitos rurais, e mais especificamente a região de influência do município de Rio Claro. O estudo tratou de três feiras livres públicas implantadas em diferentes contextos urbanos, que complementam os circuitos de abastecimento de seus respectivos territórios.

No contexto delineado, a presente pesquisa visou realizar uma análise crítica das relações que se desenvolvem ao longo do tempo, até o momento presente, enfatizando não apenas a interação entre os produtores e frequentadores, mas também a influência exercida sobre as legislações e políticas públicas relacionadas a esta atividade. O propósito foi de evidenciar de que maneira essas feiras, ao longo do tempo, reafirmam as dinâmicas relacionadas à identidade, memória e senso de pertencimento. Além disso, uma questão que se colocou desde o início foi quais ações seriam necessárias para manter esta cadeia que envolve o pequeno produtor e a agricultura familiar? Quais políticas públicas? Quais instrumentos de incentivo à sua manutenção e preservação?

Ao compreender a dinâmica das feiras, buscou-se contribuir para uma visão mais abrangente sobre o valor das relações construídas pela atividade, bem como, o entendimento das feiras livres como patrimônios imateriais, destacando a importância desses espaços na preservação de tradições, na construção de identidades e na transmissão de conhecimentos ao longo das gerações. Como catalisadoras do senso de identidade local, contribuem para a coesão social, valores que as qualificam como patrimônios culturais a serem preservados. Nesse contexto, apresenta-se a seguir a descrição do conteúdo dos capítulos desta dissertação:

No “Capítulo I: “Ancestralidade e valor cultural das práticas comerciais das feiras livres e suas relações territoriais”, estruturou-se a trajetória das feiras livres e das atividades comerciais e serviços, as quais se mostraram significativas para a consolidação da rede urbana, bem como, a constituição das paisagens e suas respectivas transformações. O princípio da atividade na América Latina é demonstrado, incluindo a inserção destas operações no território brasileiro. Tratou-se da adaptabilidade do comércio nos sucessivos regimes econômicos, dando ênfase para o contexto de avanço do regime capitalista no país. Foi compreendido que as feiras livres são componentes do circuito inferior, conceito elaborado por Santos (2008), e suas consequências para a rede que ancora as relações sociais, políticas e econômicas.

A conexão entre o abastecimento e as dinâmicas socioeconômicas como parte das estratégias de constituição de muitos dos espaços de circulação nas cidades é um tema pouco explorado no campo da arquitetura e do urbanismo, a despeito de existir uma relação intrínseca entre a atividade comercial desenvolvida nos territórios urbanos e a de produção, característica dos territórios rurais. Portanto, este capítulo deu ênfase às relações entre homem e natureza, na perspectiva dialética entre ruralidade, urbanidade e centralidade.

Do ponto de vista simbólico, entendeu-se feira livre como parte ancestral das relações de troca, de identidade, bem como, seu papel como “lugar de memória”¹

¹ O conceito de “Lugares de Memória” é elaborado e definido por Pierre Nora (1993), onde através do simbolismo histórico dado pelos usuários locais se materializa a memória no espaço físico, portanto, são elementos constituintes da estrutura da memória social, os quais abordam conceitos abstratos que contribuem para a construção de uma identidade.

(NORA, 1993), que permite apreender o “Espírito do Lugar”² (ICOMOS, 2008), relações que podem ser associadas numa perspectiva de sua patrimonialização; visto que a atividade pode ser enquadrada tanto por seus atributos materiais, como a forma de organização no espaço público, como recintos definidos pela apropriação, itinerância e os circuitos especializados no território, quanto pelos imateriais, como o imaginário social do comércio, as memórias de grupos e as individuais. Em termos funcionais, atua como elemento articulador na relação rural-urbano, ao proporcionar o consumo da produção local e familiar hortifrutigranjeira. Apresenta dinâmicas próprias em sua forma de encontro e socialização, refletindo os circuitos estabelecidos e revelando traços da identidade sociocultural do território por elas mobilizados.

Para concluir o primeiro capítulo, analisou-se os usos por especialidade e as apropriações dos vários entes envolvidos (produtores, comerciantes, população) no território. Refletiu-se sobre as estruturas e dinâmicas constituídas pelas redes que ancoram o comércio em geral e as feiras livres, impactando diretamente no desenvolvimento de cada localidade, o que as torna singulares.

Para isso, o capítulo I, se apoiou nos estudos nos seguintes autores: Vargas (2001); Mott (1976); Borsoi (2020); Leite (2015); De Saes (2015); Ferreti (2000); Cacciamalli (2000); Sato (2012); Santos (2008); Cassol (2021); Medeiros (2015); Saquet (2015); Model e Denardin (2014); Lefebvre (2001); Lima (2012); Santos (2002); Kieling e Silveira (2005); Souza (2015); Londres (2000); ICOMOS (2008); Nora (1993); Silva (2000); Villaça (1998); DaMatta (1997); Mesentier (2006); Macedo e Queiroga (2018); Queiroga (2014); e Menezes e Almeida (2021).

O “Capítulo II: Feiras Livres em cidades médias do interior paulista”, conceitua e apresenta a situação atual da produção familiar no contexto brasileiro, e em específico, no estado de São Paulo. O legado da distribuição de terras brasileiras foi pontuado, discutindo a produção familiar hortifrutigranjeira, sua escala e os circuitos por ela mobilizados, permitindo compreender sua relevância para as dinâmicas econômicas, sociais e territoriais.

² Utilizado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), o termo "Espírito do Lugar" refere-se ao caráter singular de um local, os quais são moldados pela sua história, cultura, tradições e estrutura física presente no meio, portanto, é a identidade e o caráter único através de aspectos tangíveis e intangíveis.

Ao se aprofundar nas dinâmicas do estado de São Paulo, o estudo se ancorou nas ocupações que ocorreram com o avanço das urbanizações, onde se enraizaram as culturas próprias de geografias menores, uma das chaves de estudo desta pesquisa. Portanto, a investigação se deteve na Região Metropolitana de Piracicaba (RMP), importante região econômica do estado, com fortes características rurais. Se buscou entender o contexto econômico de inserção, seus caminhos originais, bem como as dinâmicas comerciais, em específico, relacionadas as atividades das feiras, suas características, aspectos de gestão pública e os grupos envolvidos.

Os objetos de estudo desta pesquisa apresentados neste capítulo são três feiras livres do município de Rio Claro: Feira do Cervezão, Feira do Produtor e Feira São Benedito, que estão entre as sessenta e seis feiras livres públicas da RMP, institucionalizadas pelo poder público, que ocorrem em espaços públicos e operam em distintas áreas do tecido urbano e rural, com diferentes temporalidades, traços socioeconômicos e culturais. Todavia, todas as feiras são voltadas à comercialização da produção hortifrutigranjeira, que implica a agricultura familiar e orgânica, ou seja, as formas predominantes de cultivo local. Tendo em vista esta relevância, foi analisado a produção hortifrutigranjeira da região, permitindo comparar os perfis das propriedades agrícolas instaladas no território, seus modos e métodos de produção e conseqüentemente o circuito econômico do pequeno agricultor, principal agente na manutenção desta tradição na região.

Apesar da oferta de comércios formais nos bairros onde as feiras estão inseridas, elas complementam a oferta de produtos e serviços oferecidas no âmbito varejista e correspondem às demandas da população, oferecendo produtos por preços mais acessíveis e uma experiência de compra singular, onde o encontro social e a fruição do espaço público - dimensões imateriais - se materializam.

Para o capítulo II, foram discutidos os conceitos dos seguintes autores: Sposito (2010); Menezes, Almeida, de Deus (2020); Constituição Federal (1988); Censo Agropecuário (2017); Model e Denardin (2014); Darolt, Lamine e Brandenburg (2013); Campoy (2022); Santos (2000); Machado (2012); Garcia (1992); Sampaio (2012); Campos (2012); Ortigoza (2012); Sydenstricker, da Rocha e Hakkert (1985); Queiroga e Benfatti (2007); Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de

Arruda Penteado”; Maia (2017); Ferreira e Rodrigo (2021); e as leis municipais de abastecimento ou voltadas para o desenvolvimento das feiras (1957, 2017, 2003).

Por fim, o “Capítulo III: Feiras Livres como lugares de memória”, aprofundou-se na esfera das feiras livres como lugares de memória, bem como, o papel de significância cultural de seus espaços, buscando compreender padrões, tendências e transformações dos objetos de estudo no território. Tratou de questões universais, como a globalização, diante das dinâmicas comerciais em pequena escala, nas geografias menores, e seus respectivos impactos. E por fim, buscou compreender a ressignificação social das feiras livres em seu percurso histórico, até os dias atuais.

Ao mapear os circuitos das feiras, entende-se que podem atuar como parte da “estrutura da cultura como um agente de mudanças de vida em ambos os sentidos, que atenda tanto a valorização dos patrimônios locais, quanto o fomento de novas identidades individuais e coletivas” (MAGNANI, 2018, p.2). As heranças dos modos de produção de uma região contribuem para reforçar as características rurais e conseqüentemente os circuitos curtos, onde há a conservação da tradição, das técnicas de produção e do modo de vida. Conforme apontado, as feiras livres cumprem esse papel e, ao mesmo tempo, mantêm sua contemporaneidade, participando ativamente das dinâmicas territoriais da região.

Desse modo, empreendeu-se um esforço dedicado à identificação e compreensão do valor intrínseco das práticas envolvidas nas feiras livres, posicionando-as como elementos de notável importância no âmbito do patrimônio imaterial. A abordagem proposta visou ir além do reconhecimento da feira como um espaço comercial transitório, mas sim, valorizar as camadas mais profundas de significado e contribuição cultural imaterial que esses eventos proporcionam.

Para o capítulo III, os estudos se apoiaram nos seguintes autores: FORTUNA (1997); MAIA (2017); NORA (1993); LIMA (2012); MENESES (2009); SYDENSTRICKER, DA ROCHA, e HAKKERT (1985); ARANTES (1981); OLIVEIRA; FARAH (2021); ARANTES (2010); IPHAN (2023); LONDRES (2007); MENESES (2009); SOBRINO (2010); MESENTIER (2006); KÜHL (2010); DELACROIX (2018); POULOT (2009); FERRAZ (2015); CAVALCANTI (2008); CORSINO, LONDRES e ARANTES (2000); DEFOURNY (2008); e em conteúdos de cartas patrimoniais, como a Carta de Burra (ICOMOS, 1999), a Declaração de Québec sobre a preservação do

"*Spiritu loci*" (Espírito do Lugar, 2008), 14 a Carta de Fortaleza sobre patrimônio imaterial (1997), o Decreto no 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro dos bens de natureza imaterial, bem como o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), do IPHAN.

Isto posto, considerou-se que há uma lacuna nos estudos destas atividades como espaços onde se realizam práticas sociais importantes e lugares que possibilitam um reforço de identidade das comunidades. Como resultado, pretendeu-se contribuir para ampliar a compreensão sobre as feiras livres como recursos econômicos relacionados aos circuitos curtos, conforme apontado, que se valem de estratégias coletivas e individuais de apropriação do território, mas também como elementos essenciais para a constituição de memórias coletivas e identidade, sendo ao mesmo tempo objeto e instrumento de preservação, ao dar concretude à dimensão imaterial destas práticas socioculturais.

Além disso, apesar das dificuldades de fortalecimento e consolidação da agricultura de base familiar, evidenciou que essas práticas sociais não se encontram passiva frente aos movimentos desterritorializantes orquestrados pelo capitalismo.



MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

A pesquisa baseou-se no conceito de Flávio Villaça (1998), que parte da identificação das dinâmicas sociais e espaciais que definem o território formado pelas feiras, numa abordagem dialética, ou seja, reconhecendo não apenas a necessidade “de partir do social para explicar o espaço, mas, ao contrário, [que] é importante também partir do espaço para explicar o social. ” (VILLAÇA, 1998, p.36).

A primeira etapa apoiou-se na pesquisa descritiva e utiliza o método histórico-crítico para o levantamento da atuação do comércio e propriamente das feiras livres, ou seja, investigou os atributos ancestrais e atuais da atividade comercial que apresenta forma de comercialização direta, ao ar livre, tanto sob o ponto vista socioeconômico quanto cultural e territorial, a partir da revisão da bibliografia existente sobre o tema, em múltiplos campos do conhecimento.

Ainda nesta etapa, foi realizado o levantamento técnico sobre as feiras junto aos órgãos de abastecimento e de planejamento municipais e regionais, se realizou a caracterização e a sistematização dos circuitos mobilizados a partir das mesmas, abrangendo tanto do ponto de vista produtivo quanto comercial e cultural. Este processo visou não apenas adquirir informações pertinentes sobre as feiras em questão, mas também compreender as dinâmicas essenciais que permeiam a atmosfera associada, fornecendo uma base sólida para análises posteriores e a caracterização e sistematização de quais âmbitos são mobilizados. Tratou-se de relacionar as feiras livres com os processos históricos e a formação comercial do município de Rio Claro, bem como, datar e caracterizar o processo de institucionalização destas, em termos do modo de produção e comercialização envolvidos, refletindo sobre sua relação com o processo de constituição de caminhos e da urbanização, abarcando os âmbitos rural e urbano.

Numa segunda etapa, recorreu-se à pesquisa empírica, onde se levantou o estado atual das feiras, a partir da leitura e desenho/mapeamento de seus espaços. Utilizou-se o método de observação participante para interação com distintos sujeitos envolvidos (moradores locais, frequentadores, comerciantes, produtores, gestores), onde a pesquisadora se envolveu ativamente na vida cotidiana das feiras livres e buscou não apenas trazer considerações sobre as ações observáveis, mas também os significados subjacentes, as relações sociais e as histórias que moldam a cultura em estudo. Logo, identificou e analisou as diferentes condições de realização das

feiras a partir do uso e apropriação dos espaços públicos e privados e seu papel na recriação desta tradição no cotidiano das pessoas, tornando-o familiar, receptivo e acolhedor.

No entanto, embora ocorram de forma intermitente, sua regularidade e força de mobilização dos vários circuitos locais e regionais, contribuem para sua permanência e resiliência, se fixando no imaginário coletivo. Tal fato demandou uma análise aprofundada dos processos de interação sociocultural nos territórios pertinentes, destacando a importância destas atividades para a dinâmica social e cultural das comunidades participantes.

Para a terceira etapa, elaborou-se, a partir análise dos usos intrínsecos ao território, a sintetização das informações colhidas, com o intuito de compreender: a oferta do comércio local e do papel de cada feira na cadeia alimentar regional; dados socioeconômicos e formas de vida locais; estratégias de consumo; origem dos produtos hortifrutigranjeiros; e outros indicadores que serviram de parâmetro de comparação entre as feiras. Destacou-se, neste sentido, que nas três feiras, as estratégias encontradas foram diferentes, sob o ponto de vista da oferta formal de lugares de abastecimento, dos preços e dos grupos que as frequentam.

Na quarta e última etapa, a pesquisa adotou uma abordagem mais analítica, consolidando as etapas anteriores com o intuito de realizar uma avaliação crítica do tratamento recente conferido às feiras. Isso incluiu uma análise sob a perspectiva das políticas de abastecimento e da gestão territorial, com enfoque nas abordagens interdisciplinares para compreender e analisar o patrimônio cultural. Foi empregado o método comparativo, quando apropriado, para a análise de alguns aspectos. Além disso, foram realizadas sínteses a partir de diferentes perspectivas coletadas sobre a questão. Por fim, a dissertação buscou o respaldo teórico das análises desenvolvidas, das cartas patrimoniais e dos conceitos pertinentes à temática em questão, contextualizando as feiras livres na perspectiva do patrimônio imaterial.



CAPÍTULO I

ANCESTRALIDADE E VALOR CULTURAL DAS
PRÁTICAS COMERCIAIS DAS FEIRAS LIVRES
E SUAS RELAÇÕES TERRITORIAIS

Amplamente reconhecidas e enraizadas na cultura urbana, as feiras livres funcionam como pontos móveis de abastecimento com uma periodicidade regular. Estrategicamente distribuídas em postos-chave da malha urbana, essas atividades não são apenas espaços de transações comerciais, mas também reflexos tangíveis dos aspectos locais das comunidades onde estão implantadas. Essa presença efêmera, que se renova em intervalos regulares, revela-se como uma expressão dinâmica da vida urbana e da interação entre produtores e consumidores.

Contudo, a relação entre feira livre e cidade não é unilateral. A feira livre não ocorre de maneira isolada, ela é intrinsecamente dependente da cidade. A cidade, por sua vez, necessita desses equipamentos de abastecimento para atender às demandas da população e manter um fluxo contínuo de interações comerciais.

A concepção original da maioria dos espaços onde as feiras se estabeleceram ao longo da história não foi exclusivamente destinada a abrigá-las. No entanto, essa circunstância não diminuiu o potencial desses locais de estabelecer conexões com a população, a própria cidade e o campo. O verdadeiro valor desses espaços revela-se na maneira como são utilizados para dar suporte à feira, não apenas sob o aspecto físico, mas também como lugar de mobilização da comunidade.

1.1. CONCEPÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO MERCADO DE RUA

O surgimento do mercado interno de abastecimento alimentício remonta à necessidade de distribuição de suprimentos das primeiras civilizações. Segundo Vargas (2001), a ancestralidade do comércio alimentício está associada ao excedente da produção destinado à subsistência, que, combinado ao déficit nas áreas urbanas, deu origem às primeiras trocas. Ao identificar demandas nas áreas urbanas, a atividade se manifestou de maneira praticamente espontânea no território, sobretudo à medida que as áreas de produção se afastavam das zonas de predominância habitacionais nas cidades. Portanto, a necessidade de mobilidade humana levou ao desenvolvimento e fixação em pontos estratégicos ao longo de caminhos. Nesse percurso, se estabeleceram paradas com o propósito de efetuar trocas dos excedentes produzidos. Mumford (1965 apud Vargas, 2001) destaca que o ideograma sumeriano para mercado é representado por "Y", simbolizando entroncamento ou o

encontro de duas linhas, remetendo aos locais de convergência onde as primeiras operações comerciais ocorriam.

Estas negociações eram denominadas de escambo, e funcionavam como forma de troca direta de bens e serviços entre duas partes sem envolver dinheiro; os produtos ou serviços eram negociados com base em seu valor percebido pelos participantes envolvidos, sem haver nenhuma normativa. Dessa forma, o mercado de rua passou a ser entendido como atividade social:

(...) o caráter social da atividade de troca está nela implícito, pois para a troca se realizar existe a necessidade do encontro: encontro de pessoas com bens e serviços para serem trocados. No entanto, o encontro só se realiza porque existe a necessidade ou o desejo pelo bem, levando, assim, à busca de uma real satisfação quando a troca se conclui. Aliás, uma boa negociação é aquela em que ambos os atores saem satisfeitos. Essa situação, por si só, é suficiente para imprimir à atividade de troca um caráter social. (VARGAS, 2001, p.3)

De acordo com Mott (1976), no contexto de origem dos mercados na América Latina pode-se identificar duas principais categorias de ocupação: os territórios em que haviam heranças dos movimentos pré-hispânicos e apresentavam, antes da chegada dos conquistadores europeus, um mercado interno estruturado com praças de comércio, em países como México e Guatemala; a segunda categoria seria de territórios relativos à maior parte dos países latino-americanos, onde o comércio não fazia parte da cultura dos povos nativos originários. Os primeiros cronistas narram que os indígenas da região tinham como economia principal a subsistência, ou seja, não havia uma atividade intensa de práticas voltadas para o consumo, havia pontuais trocas e um rendimento de produção mínimo para além do povoado. Desta forma, no final do século XV, com a chegada dos europeus, uma cultura consolidada e meios para comercialização de mercadorias foram impostos como regime territorial. Os indígenas originários foram pressionados a comercializar com os homens brancos, porém, as feiras, como as conhecemos hoje “constituem uma inovação que era desconhecida da população nativa” (MOTT, 1976, p.86). Com a adaptabilidade e o interesse dos indígenas pelo comércio de escambo, somada a diretrizes vindas da coroa portuguesa para forçar esta comercialização, se introduziu a atividade na região.

Em território brasileiro, o período marcado pela colonização teve como economia principal o cultivo de cana-de-açúcar, a exploração da terra e a mineração,

todos voltados para a exportação de mercadorias, principalmente para a Europa. No entanto, tais atividades não resultaram no desenvolvimento de grandes urbanizações (BORSOI, 2020, p. 4). Apenas o desenvolvimento do abastecimento interno propiciou a diversificação das atividades regionais e a fixação de povoados, sobretudo através da agricultura em pequena escala.

As ramificações da economia colonial também trouxeram à baila novos agentes responsáveis por essas atividades, radicados na colônia, o que abre espaço para pensar também em uma acumulação endógena de capitais, e não só no abastecimento dos mercados europeus. (BORSOI, 2020, p.4)

Com o desenvolvimento da colônia, ocorreu uma expansão territorial em direção ao interior do continente, área ainda pouco explorada pelos colonizadores. Isso atraiu a população para as proximidades dessas novas ocupações, e como resultado, surgiram e consolidaram-se povoados e vilas. As novas territorialidades criadas acompanhavam as tendências observadas nas grandes cidades. Simultaneamente, o mercado interno em desenvolvimento revelou-se crucial para os estágios iniciais de crescimento e para a expansão em direção ao sertão, atendendo às demandas originadas pelo meio urbano e suprindo-as por meio da produção do campo.

A produção do espaço está relacionada, portanto, às relações sociais construídas ao longo do tempo no desenvolvimento da existência humana. E, na medida em que tais relações vão sendo modificadas, o espaço é simultaneamente produzido, variando de acordo com as condições materiais, históricas e sociais construídas em cada período. (LEITE, 2015 p.45)

A conjuntura sócio-histórica, somada às dinâmicas dos regimes econômicos de instância mundial que se sucederam em diversas localidades, influenciaram diretamente nas respostas às necessidades de abastecimento. Entre estes sistemas estão: sociedades de subsistência, economias agrícolas, economias comerciais, mercantilismo, feudalismo, socialismo, capitalismo, dentre outros regimes socioeconômicos em que a atividade do mercado interno persistiu atuante e necessária para o abastecimento de toda a população que crescia exponencialmente.

Segundo De Saes (2015), no Brasil, a transição e avanço do desenvolvimento do sistema capitalista deve seu início a dois processos políticos: a abolição da escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889. Momentos fundamentais para a revolução política burguesa, a qual teve como objetivo romper a

herança política e econômica que havia anteriormente, com o intuito de buscar hegemonia política da nova classe dominante (burguesia comercial – exportadora). Portanto, a mudança de regime econômico alterou a perspectiva da sociedade, suas crenças, valores, inclusive técnicas de trabalho e de cultivo, visto que a atividade visava a máxima exploração do capital, a livre concorrência e o lucro. Tais princípios transformaram o mercado interno, que estava buscando se reestruturar através das forças produtivas, resultando em profundas reformas na organização dos tecidos urbanos e na economia, principalmente com relação à vida dos escravizados após a libertação, e posteriormente a implementação dos processos de industrialização. De Saes afirma que “o ponto final da transição pode ser localizado no momento histórico (fins da década de 1950) em que a atividade industrial suplanta a agricultura;” (DE SAES, 2015, p.2).

No entanto, no contexto das grandes urbanizações o mercado interno de abastecimento continuava a se adaptar às demandas, “as feiras e mercados apresentam tantas variações que torna-se difícil a enumeração de características gerais capazes de distinguir essas duas instituições nas diversas regiões brasileiras onde elas são encontradas” (FERRETI, 2000, p.39). Em São Paulo, no final do século XVIII, segundo Sato (2012) e Guimarães (1969) (apud Leite, 2015), a comercialização de produtos voltada para o ramo alimentício atuava através de estabelecimentos, como: mercados, quitandas, mercados caipiras, casinhas, armazéns, mascates e feiras.

Contudo, a informalidade, no âmbito capitalista, é um estigma que acompanha a trajetória ligada ao comércio, e principalmente ao comércio de rua. Foi identificada e caracterizada pela primeira vez no Brasil pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no final da década de 1960, e atualmente trata-se de um tópico amplamente difundido na realidade global. Porém, para a plena compreensão do conceito deve-se perceber elementos do contexto local e social, como: crenças, economia, processo de formação histórica, cultura e costumes. Cacciamalli (2000) aponta a ambiguidade do conceito:

O termo setor informal, embora sugira maior rigor, desde a sua origem, vem sendo aplicado na literatura especializada, especialmente latino-americana, de uma maneira abrangente. Essa denominação, entretanto, pode representar fenômenos muito distintos, como por exemplo: evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou

migrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio, etc. (CACCIAMALLI 2000. p. 148).

Por sua vez, as autoridades governamentais passaram a regulamentar tais práticas de comércio, exigindo normas quanto à arrecadação de impostos, fiscalização sanitária, procedimentos para a utilização do espaço público e privado. Através da institucionalização dos espaços, caso a caso e da constituição de leis para o funcionamento efetivo destas atividades, estas alternativas buscaram garantir a segurança tanto dos consumidores quanto dos comerciantes. Além disso, a gestão pública estabeleceu diretrizes para a formulação de políticas nacionais, estaduais e municipais, tanto de uma perspectiva das redes maiores de produção de mercadorias quanto da pequena escala, voltada para o desenvolvimento da produção local. Com isso, a primeira feira livre a ser institucionalizada no município de São Paulo foi a localizada no Largo General Osório, em 1914. No entanto, é importante reforçar que a legislação foi apenas o instrumento que legitimou uma atividade que já era popularizada na cidade (SATO, 2012).

Na obra “Espaço Dividido”, escrita por Milton Santos (2008), há um aprofundamento sobre a economia dos países subdesenvolvidos, principalmente em sua dimensão espacial, onde divide as atividades econômicas em “circuito superior” e “circuito inferior” (Tabela 1). Santos apresentou uma diferenciação entre estas categorias em relação ao acesso tecnológico, métodos de organização e condições históricas de introdução à modernização. Elas marcam claramente as diferenças de renda dentro da mesma sociedade, suas respectivas atuações, acesso à informação e educação. Uma das principais características que difere o “circuito inferior é encontrar os elementos da sua articulação na cidade e sua região, enquanto o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade e da sua região.” (SANTOS, 2008, p. 48, grifo da autora). Portanto, “cada circuito mantém, com o espaço de relações da cidade, um tipo particular de relações: cada cidade tem, portanto, duas zonas de influência.” (SANTOS, 2008, p. 22).

Tabela 1: Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.

	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnología	capital intensivo	trabalho intensivo

Organização	burocrática	primitiva
Capitais Emprego	importantes reduzido	reduzidos volumoso
Assalariado	dominante	não-obrigatório
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	pequena quantidade qualidade inferior
Preços	fixos (em geral)	submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	bancário institucional	peçoal não-institucional
Margem de lucro	reduzida e por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo) impessoais e/ou com	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	papéis (exceção produtos de luxo) impessoais e/ou com papéis	diretas, personalizadas
Custo Fixos	importantes	desprezíveis
Publicidade	necessária	nula
Reutilização dos bens	nula	frequente
<i>Overhead capital</i>	indispensável	dispensável
Ajuda governamental	importante	nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	grande, atividade voltada para o exterior	reduzida ou nula

Fonte: SANTOS, 2008.

Em adição, Santos argumenta que:

(...) pensamos que a apreensão do "circuito inferior" recobre uma realidade muito mais ampla que a expressa pelo termo "terciário". Na realidade, trata-se mais de um conceito que de uma denominação; o circuito inferior é o resultado de uma situação dinâmica e engloba atividades de serviço como a doméstica e os transportes, assim como as atividades de transformação como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços comuns que vão além de suas definições específicas e que têm uma filiação comum.

Esse "pólo marginal da economia" (Quijano, 1971b, p. 318), também chamado "terciário primitivo" J. Beaujeu-Garnier, 1965a) ou "terciário refúgio"

(D. Lambert, 1965), é um elemento fundamental da vida urbana nos países subdesenvolvidos, por seu papel de abrigo da população pobre, migrante ou originária da cidade, que só raramente pode consumir e trabalhar no circuito moderno.” (SANTOS, 2008, p .201)

As considerações apresentadas por Santos aplicadas à análise das dinâmicas das feiras livres, permite enquadrá-las como elementos integrantes da paisagem e das interações no circuito inferior, a partir de características como: trabalho intensivo, desigualdade social, preços variáveis praticados, interação entre comprador e vendedor, participação ativa de grupos sociais, utilização de recursos limitados para a produção, comercialização dos bens desenvolvidos, geração de empregos autônomos e temporários, dentre outros pontos listados na Tabela 1.

Dentro da economia local as feiras livres conquistaram reconhecimento, principalmente pelas possibilidades de geração de empregos, alternativa de abastecimento com preços acessíveis à população e locais de socialização. Tais fatores contribuíram para o processo de institucionalização por parte dos governos municipais. As feiras apresentam preços inferiores aos do comércio formal, devido à isenção de taxas, impostos reduzidos e à uma maior possibilidade de negociação dos produtos, contribuindo ainda mais para a difusão e popularidade da atividade.

O mercado popular de rua exerceu e ainda exerce grande influência sobre o contexto social, econômico e cultural. Como exemplo, segundo Sato (2012), em 1918 na cidade de São Paulo – SP o movimento operário reivindicou melhores condições sociais, visando o acesso a gêneros alimentícios básicos para toda a população, exigindo a implantação de feiras livres nos bairros da cidade.

Com isso, destaca-se a atividade de grupos envolvidos com comércios alternativos, que buscavam atender novas demandas e começaram a se organizar através de cooperativas e associações, que consistiam em organizações com aspirações econômicas, sociais e culturais, baseadas em princípios de autoajuda, autogestão, democracia, igualdade e equidade, dinâmicas estas que acontecem até os dias atuais. Cassol (2021) destaca “a importância das associações e organizações coletivas e públicas na construção dos mercados e toda uma miríade de dimensões que tem como foco os processos de interação social” (CASSOL, 2021, p.109).

O território da feira é um “espaço cultural de identificação ou(/e) de pertencimento [...] que reúne indivíduos com o mesmo sentimento” (MEDEIROS,

2015, p.215), portanto expressa valores. É o território do cotidiano, das trocas, que entrelaça o urbano e o rural, que envolve distintas territorialidades, as quais, correspondem “às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida.” (SAQUET, 2015, p.86)

Por mais que a paisagem formada pela presença das feiras livres seja efêmera, ela se consolida dentro do imaginário urbano da população, construindo um diálogo com a cidade. Por sua vez, são espaços ligados de modo direto ao trabalho e aos ambientes de compras, mas não apenas, são também relacionados ao lazer, acolhimento, ou seja, “existem características singulares, inexistente em outras formas de comércio como solidariedade, proximidades, afetividade, troca de saberes e o alto nível de confiança mútua entre os envolvidos” (MODEL e DENARDIN, 2014, p. 7), ancorada por uma complexa estrutura que é sustentada pelas dimensões social, política e econômica.

1.2. PRESENÇA DA RELAÇÃO RURAL-URBANO NA PRODUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO DAS FEIRAS

Lefebvre (2001), apontou que a relação entre áreas urbanas e rurais ao longo da história sofreram transformações significativas, as quais foram influenciadas pelas alterações nas estruturas sociais, econômicas e nos sistemas de produção. Esta relação, por sua vez, manifestou-se por meio de conflitos intensos em determinados períodos, ao passo que em outros momentos revelou-se mais pacífica, caracterizando-se por uma colaboração mais estreita. Neste contexto, é pertinente destacar que uma parcela substancial dos conflitos se originou por disputas territoriais, em que a preeminência da grande propriedade desempenhou papel crucial na ocupação do território brasileiro. Entretanto, observa-se uma transição gradual em direção aos direitos e à valorização e consolidação da pequena propriedade.

No sistema capitalista, enquanto as áreas urbanas eram caracterizadas por uma maior concentração de indústrias, comércio e serviços, as áreas rurais eram frequentemente dedicadas à produção agrícola e extrativista, e até recentemente, a

cidade e o campo desempenhavam papéis distintos na economia. Essa divisão de funções produtivas contribuiu para a criação de desigualdades sociais, uma vez que as atividades urbanas tendiam a ser mais valorizadas e remuneradas em comparação às atividades rurais. Portanto, a existência e a distribuição das atividades econômicas em um território desempenham um papel fundamental na criação e perpetuação de desigualdades, já que se torna

(...) um lugar de produção e de obras. A produção agrícola faz nascer produtos; a paisagem é uma obra. Esta obra emerge de uma terra lentamente modelada, originariamente ligada dos grupos que a ocupam através de uma recíproca sacralização que é a seguir profanada pela cidade e pela vida urbana. (LEFEBVRE, 2001, p.73)

Por certo, há uma conexão intrínseca entre o imaginário coletivo e elementos como natureza, meio ambiente, e o espaço rural, e notadamente, há uma herança laboral vinculada às atividades agrícolas, sobretudo entre comunidades ativas que preservam a memória e tradição. Contudo, a disparidade na distribuição da riqueza em um determinado território pode ser atribuída a diversos motivos, contudo, se destacam as políticas econômicas e os sistemas de governança que, por vezes, privilegiam certas regiões em detrimento de outras. No entanto:

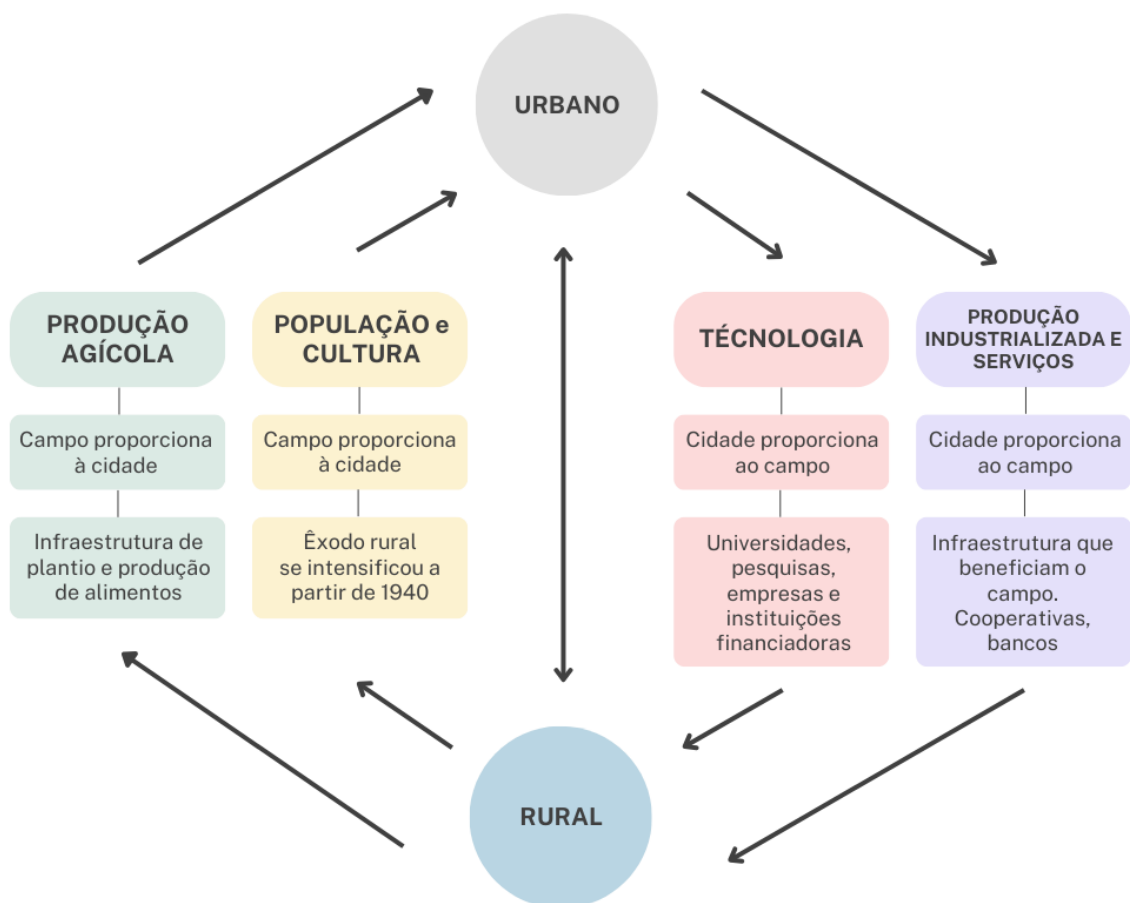
Atualmente, a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. Não sem os efeitos paradoxais anteriormente observados. A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão etc.). As aldeias se realizam perdendo a especificidade camponesa. Alinham-se com a cidade, porém resistindo-a às vezes, dobrando-se ferozmente sobre si mesmas. (LEFEBVRE, 2001, p.74, grifo da autora)

Lima (2012), aponta que no século XVIII houve uma separação estratégica entre as áreas urbanas e rurais, impulsionada pela intensificação da divisão do trabalho no modo de produção capitalista, em que as atividades produtivas são concentradas em locais específicos, o que resultou na predominância do valor de troca e contribui para a formação de diferenças sociais e regionais. No entanto, o movimento atual é de parasitismo, onde a cidade precisa do campo para se manter, mas ao mesmo tempo o ataca e o prejudica, se expandindo em direção ao mesmo e trazendo impactos diretos para esse meio.

Essas distinções são analisadas a partir do espaço que é transformado para atender à demanda da lógica do capital e que pode ser observado na cidade e no campo. Na primeira, tem-se a concentração da população, de equipamentos de produção e do poder político; já no segundo, verifica-se um número menor de pessoas e de instrumentos de produção, demonstrando uma separação marcada pelo aparente domínio da cidade sobre o campo. (LIMA, 2012, p.45)

Apesar das circunstâncias elencadas, criou-se uma relação de interdependência (Diagrama 1) entre estes dois âmbitos. O processo de modernização tecnológica ampliou as relações rural-urbano, indicando uma tendência à urbanização da sociedade. Contudo, observa-se uma reavaliação do espaço rural, processo que valoriza o campo e que transcende as atividades de produção agropecuárias e hortifrutigranjeiras, passando a ser concebido como um local propício para a realização de outras práticas em meio a natureza, englobando setores como: turismo, preservação e educação ambiental, áreas de produção cultural, prestação de serviços e outras esferas.

Diagrama 1: Interdependência entre campo e cidade.



Sob a perspectiva de estruturação do espaço, Santos (2002) afirma que se dá a “principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, [que] é dada pela técnica” (SANTOS, 2002, p.16). A técnica é concebida como um conjunto de recursos instrumentais e sociais empregados para a subsistência do indivíduo. No entanto, essa interação técnica transcende a subsistência do indivíduo, abarcando a esfera da produção e exercendo, simultaneamente, um papel fundamental na modelagem do espaço. Ao adotar e adaptar recursos técnicos, o homem influencia ativamente a configuração e a transformação do ambiente ao seu redor.

Lefebvre (2001), examinou de maneira substancial a dinâmica dialética que permeia os conceitos de ruralidade, tecido urbano e centralidade. O autor oferece uma análise aprofundada sobre a inter-relação complexa entre o espaço urbano, frequentemente marcado por suas centralidades, e o meio rural, delineando um cenário que ultrapassa as fronteiras aparentes que segregam essas esferas.

A relação dos termos com as feiras livres, por sua vez, é intrínseca a esta dialética, pois como já citado, as feiras se localizam em locais estratégicos no meio urbano, mas ainda assim se conectam com o meio rural onde se estruturaram como local de produção. Esta teoria ganha concretude ao examinarmos a relação intrínseca entre esses conceitos e as feiras livres. Estes espaços de comércio e interação social desempenham um papel crucial nessa dialética, pois são estrategicamente situados em postos-chave do meio urbano para cumprir funções comerciais e comunitárias. Contudo, é fundamental observar que essas feiras não estão isoladas, e apresentam sua produção no meio rural, uma vez que têm suas raízes nesse ambiente, se configurando como espaços de produção e troca desde sua origem.

A promoção de novos mercados por meio de práticas já estabelecidas no âmbito técnico, a exemplo da agricultura familiar, apresenta uma vantagem estratégica significativa: essas práticas estão intrinsecamente vinculadas à tradição, natureza e ao contexto local, explorando alternativas mais eficientes para o escoamento da produção. Esse enfoque não apenas assegura uma fonte de renda direta aos agricultores, mas também elimina a necessidade de intervenção de terceiros, favorecendo a comercialização direta (WILKISON, 2008 apud MODEL e DENARDIN, 2014). A criação de políticas públicas voltadas para programas de

desenvolvimento rural contribui para a visibilidade da atuação da agricultura hortifrutigranjeira de pequena escala, além de promover a modernização, diversificação, sustentabilidade da agricultura, inclusão social e econômica das comunidades rurais. Alguns dos programas ativos atualmente no Estado de São Paulo são: Programa de Aquisição Alimentar (PAA), Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), Programa Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEA).

Essa relação direta no consumo de alimentos orgânicos, estimula a percepção sobre a forma como foram produzidos. Transpassa assim, o modo de vida rural e suas características socioculturais, como: hábitos, costumes e cultura. Segundo Kieling & Silveira (2015, p. 141), “o modo de vida do rural e do urbano estão cada vez mais infiltrando-se um no outro, descobrindo diferentes territorialidades do território que é percebido pelo uso que os indivíduos dele fazem.” Tal perspectiva, traz o valor simbólico e ancestral de ligação com o mundo e do modo de vida perpetuado através destas atividades.

1.3. LUGARES DE MEMÓRIA: FEIRAS LIVRES COMO ESPAÇOS DE IDENTIDADE

As atividades contribuem para a construção da paisagem, incluindo as comerciais e, sobretudo, o próprio comércio de rua, que ao longo do tempo se estabeleceu como tradição local. As mudanças na estrutura socioeconômica que se sucederam, por sua vez, deixaram marcas no território, implicando diretamente nas relações culturais regionais. Todavia, apesar de se tornar uma prática consolidada, a venda ambulante é a expressão de cada localidade e suas singularidades, que estão explícitas em seus contextos urbanos e culturais, através da estrutura de consumo, dos itens comercializados e modos de vida particulares de cada população.

Assim, as feiras livres, se estruturaram enquanto instituições comerciais e sociais, demonstram uma notável capacidade de adaptação às necessidades específicas de cada região. Este processo implicou na reestruturação de suas práticas, evidenciando a resiliência intrínseca a esses espaços. Diante das emergências, as feiras não apenas preservaram relevância, mas também demonstraram uma capacidade de se ajustar e evoluir. Essa resiliência atesta a

adaptabilidade das feiras, e a sua vitalidade como elementos fundamentais na dinâmica socioeconômica e cultural das comunidades locais, onde há

[...] a interação e a soma de diversos aspectos sociais provenientes de territórios distintos e a (re)produção de expressões culturais que refletem territorialidades múltiplas de seus participantes, sejam eles vendedores expondo seus produtos ou compradores em busca de mercadorias [...] (SOUZA, 2015, p.166)

No entanto, como elencado por Santos (2008), destaca-se aspectos do circuito inferior para além dos atributos tangíveis considerados anteriormente, pois quando se fala do contexto territorial físico e dos tipos de economia também há atributos intangíveis que atuam para além destas movimentações, visto que as feiras livres se tornaram pontos de encontro, espaços de convívio e identidade, que refletem uma cultura popular, ao mesmo tempo universal e local. Portanto, parte-se da premissa de que as feiras livres revelam traços da identidade sociocultural dos territórios onde se estabelecem, assim como das relações urbano-rurais por elas mobilizadas, evidenciando os desdobramentos das dinâmicas dos circuitos curtos de produção dos pequenos agricultores, pois reiteram a tradição de compra e venda direta de produtos, aspectos que fazem parte do imaginário, da memória e da identidade da população. Pensadas, desta forma, como referências culturais³, as feiras livres são dinâmicas e intergeracionais, transmitidas por meio da percepção e da oralidade, contribuindo para a identidade dos mais diversos grupos sociais.

Ainda sob esta perspectiva, é importante ressaltar as relações entre diferentes dimensões presentes na feira, através do conceito de “espírito do lugar”, relatado na Declaração de Quebec (2008), cujo sentido e valor são dados, por um lado, pelos aspectos materiais como nos sítios, paisagens, edificações e objetos, e de outro, pelos aspectos imateriais, a partir de memórias, depoimentos, documentos, rituais, valores, técnicas, odores.

O espírito constrói o lugar e, ao mesmo tempo, o lugar constrói e estrutura o espírito. Os lugares são construídos por diferentes atores sociais, tanto por aqueles que os criam como por aqueles que os utilizam, ambos participando ativamente da construção de seu sentido. Considerado na sua dinâmica

³ O conceito de “referência cultural” tem sido utilizado sobretudo em estudos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Essa perspectiva plural de algum modo veio “descentrar” os critérios considerados objetivos (cognitivos e formais), fundados em saberes considerados legítimos, que costumavam nortear as interpretações e as atuações no campo da preservação de bens culturais. (Londres, 2000, p.112-113)

relacional, o espírito do lugar incorpora, assim, um caráter plural e polivalente, podendo possuir diferentes significações e singularidades, mudar de sentido com o tempo e ser compartilhado por diferentes grupos. Esta abordagem mais dinâmica é mais adequada a um mundo globalizado, caracterizado cada vez mais pelas migrações transnacionais, as populações realocadas ou deslocadas, os contatos interculturais, as sociedades multiculturais e os múltiplos pertencimentos. (ICOMOS. Declaração de Quebec, 2008, p. 2 e 3)

Por este viés, as feiras possibilitam operar com ambos os enquadramentos, pois são atividades movidas por grupos ativos da sociedade, que constroem e usufruem integralmente destes espaços moldados para acolher a realidade da atividade. Por outro lado, participam ativamente na edificação do significado desses elementos e apresentam forte característica de resiliência, pois se adaptam às dinâmicas latentes no território ou, como citado, constroem “o espírito do lugar” (ICOSMOS, 2008, p.3)

Portanto, estes locais não se restringem a características pré-concebidas e impostas historicamente; ao contrário, são estruturas vivas que se adaptam às suas respectivas realidades e desempenham um papel fundamental na formação e consolidação da estrutura da memória coletiva. Sua contribuição para a instauração da urbanidade e para a promoção da convivência social vai além da função de testemunho histórico, estendendo-se à um impacto mais abrangente na constituição do tecido social.

Podemos defini-las como “lugares de memória”, conforme Pierre Nora (1993) afirma:

são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos [...] É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número e uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p.21- 22)

O conceito de "lugares de memória" não abrange apenas a dimensão física desses locais, mas também sua função simbólica e social. Estes se configuram como repositórios dinâmicos que não só preservam, mas também reinterpretem de forma contínua a herança coletiva. Nesse contexto, a análise desses lugares assume importância crucial para uma compreensão mais aprofundada dos processos envolvidos na construção e manutenção da memória social. Além disso, essa análise é essencial para refletir sobre o papel desses lugares na edificação de uma sociedade mais participativa e consciente de sua história.

A memória social, compreendida como elemento fundamental para a configuração da sociedade e sua identidade histórica, desempenha um papel crucial na análise do papel das feiras livres. Ao longo do tempo, observa-se uma ressignificação desse contexto, à medida que as feiras livres se adaptam e recriam hábitos de consumo e interação social. Essas práticas ainda conservam traços de ancestralidade e coletividade, em contraponto à crescente preferência por transações impessoais pela internet, em supermercados e outros canais intermediários de serviços.

Apesar da natureza itinerante e intermitente das feiras livres, ao revitalizar o espaço urbano no cotidiano, elas alcançam presença permanente no imaginário da população ao longo de gerações, se consolidando como elementos de valor cultural. Este fenômeno ilustra a capacidade desses eventos em transcender sua natureza efêmera e, em vez disso, se ancoraram como componentes duradouros na memória coletiva, contribuindo para a preservação e renovação das tradições culturais em meio a mudanças contemporâneas no padrão de consumo e interação social.

1.4. USOS E APROPRIAÇÕES: IMPACTO DAS FEIRAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A consolidação da rede urbana está intrinsecamente vinculada às transformações ocorridas no âmbito do comércio, serviços e outros elementos relacionados às necessidades humanas no ambiente urbano. Ao longo do desenvolvimento histórico das cidades, esta rede emerge como uma complexa teia interconectada, refletindo as demandas, interações e dinâmicas sociais que moldam e são moldadas pelo ambiente urbano. Segundo Vargas (2001), ligava-se principalmente a estruturas que atraíam grandes fluxos, como: fóruns, ágoras, largos, praças e praças de mercados que compunham parte do sistema de espaços públicos na malha urbana. O comércio que antes era um elemento itinerante e efêmero na paisagem foi se transformando em pontos edificadas e marcos para o desenvolvimento das cidades.

Apesar das transformações na paisagem e nas dinâmicas comerciais, os pequenos varejistas itinerantes continuaram a conduzir seus negócios por meio dos

mercados de rua, onde, ao longo dos séculos, consolidaram-se como ambientes propícios para trocas e para interação social, mantendo um modelo que, apesar das transformações econômicas e tecnológicas, permanece viável. A garantia de periodicidade e o fato de estarem inseridas no cotidiano da população permite que as feiras livres tenham suas funções para além do consumo e do abastecimento, adquirindo atributos que garantem a fixação e a adaptabilidade de seus usuários e, ao integrar os espaços de domínio público, agregam valor à paisagem.

Com isso, Vargas (2001) classificou a implantação do comércio varejista na malha urbana entre planejados e espontâneos:

O desenvolvimento varejista não planejado é aquele gerado espontaneamente, por meio do aparecimento de estabelecimentos comerciais, construídos ou não para essa finalidade, característico da formação dos próprios centros urbanos. O desenvolvimento varejista planejado é aquele projetado, especificamente, para a atividade de comércio e serviços, como aconteceu nas Cidades Novas, nas reconstruções do pós-guerra e nas renovações urbanas, onde se tentava reproduzir, planejadamente, a lógica do espaço terciário espontâneo, acrescentando algumas facilidades e serviços que melhorassem o desempenho do centro, principalmente do ponto de vista do usuário. (VARGAS, 2001, p.75-76)

Ademais, os preços destes espaços efêmeros não ocorrem de maneira uniforme, pois tem sua regulação moldada pela interação dinâmica entre o ambiente socioeconômico, a oferta e a procura de cada localidade, também sujeitos ao mercado, onde sofrem ações tanto das áreas centrais, quanto da periferia, em demandas que mudam de acordo com a cultura local. Contudo, se identificou que o mercado de rua atua de forma complementar, para além de se contrapor e concorrer com o comércio formal consolidado, sendo, todavia, mais flexível e capaz de acompanhar as mudanças de perfis socioeconômicos das cidades.

Por sua vez, essas manifestações se evidenciam nos diversos produtos disponibilizados para comercialização nesses ambientes, sendo moldados pela participação ativa e envolvimento dos grupos locais, os quais exercem uma função fundamental no funcionamento dessas atividades. A atuação das feiras, no entanto, transcende diferentes esferas e é apropriada por uma variedade de grupos em distintos contextos.

Como exemplo paradigmático são as feiras de artesanato, onde produtos confeccionados manualmente são expostos e são valorizados pela autenticidade,

qualidade artística e pela sua estreita ligação com as tradições culturais regionais. Outra manifestação observada são as feiras de barganha, onde uma diversidade de produtos é comercializada ou trocada, frequentemente envolvendo itens de segunda mão. As feiras gastronômicas, por sua vez, ofertam uma vasta gama de alimentos e bebidas, incluindo especialidades locais e regionais, no entanto, não apenas promovem a culinária local, mas também criam um ambiente propício para a apreciação e experimentação de diferentes sabores e pratos.

Dessa forma, o movimento capitalista percebeu o vasto potencial de alcance das feiras, o que levou ao surgimento das feiras de negócios, que transcendem a esfera pública e adentram o âmbito privado. Estas feiras têm como propósito principal facilitar a interação entre empresas e clientes, proporcionando um evento para a apresentação de produtos e serviços. É importante destacar que o objetivo central destes eventos não se limita necessariamente à realização de vendas diretas, mas se concentra na promoção de produtos de nichos específicos, reunindo fornecedores e clientes em um ambiente propício para a troca de informações e o estabelecimento de parcerias comerciais duradouras. Este modelo, baseado nas experiências de feiras tradicionais, ao se concentrar na promoção e na conectividade entre os diversos atores do mercado, se destaca como uma estratégia eficaz no contexto empresarial contemporâneo.

Por fim, como objeto principal desta pesquisa, há feiras da agricultura familiar, que representam iniciativas voltadas para a valorização da produção local hortifrutigranjeira, que promovem o consumo consciente e destacam a importância da agricultura em pequena escala. Essas feiras contribuem para a sustentabilidade e fortalecimento das comunidades e da economia local.

Contudo, não necessariamente seguem apenas um segmento de vendas. Cada qual apresenta sua singularidade em função de sua localização, já que

A cidade mescla hábitos, percepções, histórias, enfim é "cultura se fazendo como costura", [...] é precisamente na fusão de todas essas intermediações e costuras que vai aflorando a própria urbanidade ou personalidade coletiva da cidade. (SILVA, 2000, p. 26)

Os espaços públicos desempenham um papel crucial ao moldar as relações de produção. Estão intrinsecamente conectados com as atividades denominadas "informais", exercendo influência no processo de reprodução da força de trabalho e

na dinâmica diária e interna das cidades. Essa interconexão remonta ao conceito de "sítios sociais", conceituado por Villaça (1998), definidos por atividades que se instalam em áreas que vão contemplar suas dinâmicas cotidianas, procurando lugares de fácil acesso ou áreas públicas próximas de um local com variedade de oferta de produtos, onde as relações sociais se entrelaçam de maneira complexa.

Criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outros, mais valorizados. Por isso são atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas (VILLAÇA, 1998, p.141)

As feiras, portanto, funcionam como sítios sociais, uma vez que se aproximam às exigências e demandas, fazendo parte da esfera de vida pública. A permeabilidade do espaço, a acessibilidade, a impressão que irradia e a atmosfera do local, de acordo com Vargas (2001), são elementos que caracterizam o espaço público. É essencial ter em mente que é necessário haver o livre acesso de toda a população, que deve ser capaz de interagir e se sentir pertencente ao espaço, independente de sua condição, sem restrições de classe, gênero, cor ou classe social. (GASTELAARS, 1993, apud VARGAS, 2001, p. 74). Neste sentido, DaMatta, em seu livro "A Casa e a Rua", de 1991, aponta o efeito no meio urbano das apropriações pelos grupos sociais:

[...] há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua "casa", ou seu "ponto". Neste sentido, como já acentuei uma vez (Cf. DaMatta, 1979), a rua pode ter locais ocupados permanentemente por categorias sociais que ali "vivem" como "se estivessem em casa", conforme salientamos em linguagem corrente. (DAMATTA, 1997, p. 55)

A rua, espaço público das feiras, "possui um universo de referências culturais de natureza imaterial de grande importância para a conformação da identidade e do patrimônio local, o qual, na maior parte das vezes, passa despercebido" (RAMASSOTE e BESSONI, 2010). Isto posto, evidencia-se que os primeiros espaços de comercialização da produção agrícola permanecem até os dias atuais, se fazendo casa para grupos sociais, conservando os saberes e as técnicas utilizadas, que são transmitidos de geração a geração, em seu papel na preservação da memória social:

(...) decisiva para a construção do sentido da dimensão histórica da vida social, propiciando a percepção do processo de desenvolvimento social como algo sujeito a mudanças que se produzem, por intervenção das forças sociais do presente, a partir de acúmulos produzidos historicamente. (MESSENTIER, 2006, p.14)

Macedo e Queiroga (2018), se aprofundaram na relevância das esferas pública e privada dentro da estrutura urbana:

A vida cotidiana e as esferas pública e privada apresentam diversas formas de apropriação do espaço livre, variando em função das necessidades dos diversos grupos sociais, do clima e sua sazonalidade, da existência ou não de determinados equipamentos, do entorno edificado, do dia (de semana ou fim de semana) ou da noite, de eventual programação promovida por instituições, empresas, organizações não governamentais e grupos sociais, das condições de segurança, da inserção do referido espaço em relação ao sistema de espaços livres.” (MACEDO e QUEIROGA, 2018, p. 72)

De fato, há um imaginário relacionado às feiras livres, por ocorrerem nos espaços livres públicos, fazendo jus ao próprio nome. “Os espaços livres não se prestam apenas para as funções, usos e apropriações comentados, eles vão além, “são uma reserva de imaginação” e isso, efetivamente, não é pouco” (QUEIROGA, 2014, p. 132). Portanto, são elementos - praticamente - espontâneos surgidos pela demanda da população, somada à necessidade de emprego e de abastecimento local – que oblitera a forma institucionalizada destes eventos hoje, que são também amparados por legislação, formalização e consolidação de organizações, sistemas ou estruturas que têm uma função ou propósito específico dentro da atividade capitalista da sociedade.

Na dimensão da circulação e do consumo o crescimento expressivo das feiras livres foi uma das consequências mais visíveis desse processo. Pequenos produtores, arrendatários (muitos deles antigos moradores de engenhos), trabalhadores da rua, moradores, operários, entre outros atores sociais da época, passaram a recorrer às feiras livres para comerciar e trocar alimentos e itens de subsistência. Dessa forma, as feiras livres passam a ser analisadas como lugares privilegiados de comercialização da pequena produção e como expressões das transformações em curso nas relações sócio-econômicas regionais. (GARCIA ,1984; GALVÃO, 1994; PAZERA JR, 2003, apud MENEZES e ALMEIDA, 2021 p.104,)

Portanto, as apropriações e usos dos espaços, como ocorre pelas feiras, são um reflexo das estruturas e dinâmicas constituídas no passado, que foram enraizadas nas práticas urbanas e rurais contemporâneas, impactando diretamente no desenvolvimento de cada localidade, o que as torna singulares.



CAPÍTULO II

FEIRAS LIVRES EM CIDADES MÉDIAS
DO INTERIOR PAULISTA

O interior do estado de São Paulo é uma região que se destaca por sua significativa presença na atividade agrícola e agropecuária, tanto por apresentar terras férteis para a produção, quanto por sua localização pragmática no contexto histórico do país. O estado desempenhou um papel essencial na criação de rotas de transporte que ligavam as zonas produtivas ao litoral, simplificando o transporte dos produtos agrícolas, através de políticas que influenciam as dinâmicas até nos dias atuais. No entanto, o acesso à terra e aos meios de produção, neste contexto, apresentam peculiaridades marcantes, pois, historicamente, a expansão da fronteira agrícola e a ocupação de terras foram fatores determinantes para a consolidação das atividades rurais nessa região. Contudo, o acesso às terras e recursos não foram uniformemente distribuídos e foram priorizadas questões como a concentração fundiária e a disponibilidade de infraestrutura, que influenciam diretamente nas dinâmicas agrícolas da região.

O pequeno agricultor, por sua vez, apresenta uma narrativa marcada por uma trajetória complexa que reflete as mudanças sociais, econômicas e políticas ao longo do tempo. Desde a colonização, grandes propriedades de monoculturas eram prioridade para o cenário de dominação onde pequenos agricultores, em sua maioria indígenas e negros escravizados, eram marginalizados e frequentemente submetidos a condições precárias. A imigração no final do século XIX e no século XX marcou o cenário de trabalhadores no campo, compondo uma densa população. Em contrapartida, houve a subvalorização do trabalho, gerou mobilização de movimentos sociais no campo, que buscavam melhores condições para os trabalhadores do campo. No período de redemocratização do país houve uma forte organização para a reforma agrária, no entanto, apenas alguns programas foram implementados e não alteraram o quadro de predominância latifundiária. A constituição de 1988 estabeleceu os fundamentos e princípios que norteiam a proteção, o reconhecimento e o desenvolvimento desse segmento para a economia e sociedade do país, que incluem: direitos sociais e trabalhistas, direito à propriedade, políticas e incentivo, segurança alimentar como princípio fundamental, entre outros.

É importante reforçar que a relação entre as feiras e a área rural, pois desempenham um papel central como espaços de intercâmbio comercial, onde os produtores rurais têm a oportunidade de comercializar diretamente seus produtos. As

feiras, assim, funcionam como elos vitais entre a área rural e os centros urbanos, proporcionando visibilidade aos produtos locais e incentivando práticas sustentáveis.

A escolha do interior paulista como recorte de estudo é justificada por sua relevância diante da produção agrícola nacional, bem como pela diversidade de realidades encontradas nesta região. Ao enquadrar o cenário paulista, é preciso considerar não apenas as áreas tradicionais de agricultura, mas também as transformações e desafios enfrentados pelas cidades, que em alguns casos, devido ao seu rápido crescimento, perderam seus territórios rurais.

Por sua vez, as cidades médias e pequenas⁴ desempenham um papel vital na articulação entre as áreas rurais e os centros urbanos, atuando como centros de serviço, comércio e administração para as comunidades agrícolas próximas. Sob este aspecto, pode-se entender que são guardados valores e tradições que muitas vezes nas cidades grandes já foram diluídos e tomados por movimentos maiores. Não se trata apenas de relações geográficas e dimensões municipais, mas sim, de um apelo maior para a vida cotidiana, numa temporalidade distinta das cidades grandes.

2.1. A PRODUÇÃO FAMILIAR HORTIFRUTIGRANJEIRA E A CONSTITUIÇÃO DOS CIRCUITOS CURTOS

A agricultura hortifrutigranjeira se destaca como uma esfera específica de atividades desenvolvidas no meio rural, englobando processos técnicos que exigem investimento significativo de tempo, conhecimento e experiência por parte dos agricultores. Essa prática agrícola abrange um amplo espectro de atribuições relacionadas ao cultivo de hortaliças, frutas e criação de animais, formando um sistema integrado que busca otimizar a produção e a promover a sustentabilidade. As práticas abrangem desde a adequação do solo, seleção e plantio das culturas, manejo de pragas e doenças, irrigação, colheita e pós-cultura, até propriamente a criação e manejo de animais. O termo complementar “familiar” advém das práticas que são

⁴ No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define cidades pequenas como aglomerados urbanos que possuem uma população de até 50 mil habitantes. Para as cidades de porte médio é relativo consenso em considerar aquelas cidades que estão entre 50 mil e 500 mil habitantes, ainda que esse intervalo esteja sujeito a alterações a cada vez que os resultados dos censos demográficos são divulgados (SPOSITO, 2010, apud da SILVA 2013).

gerenciadas no âmbito da produção hortifrutigranjeira, e têm a mão-de-obra efetivada por membros do mesmo arranjo doméstico.

Nesse cenário, a prática da agricultura hortifrutigranjeira transcende sua natureza econômica, ela representa também um estilo de vida e desempenha um papel fundamental na preservação da vitalidade e diversidade no meio rural. Essa atividade não só abastece as comunidades locais com alimentos frescos e saudáveis, mas também atua na conservação das tradições agrícolas, fomenta a utilização sustentável dos recursos naturais e fortalece os laços entre a produção rural com os consumidores.

No entanto, os mecanismos de acesso à propriedade para a agricultura em pequena escala sempre foram muito dificultados, auxiliando para um desenvolvimento desigual e marginalizado de grande parte da população. Em decorrência do legado do processo da colonização, escravidão e imigração refletem nas dinâmicas fundiárias que marcam até hoje o território brasileiro. Desta forma, favoreceu o acesso de poucos à grandes áreas de terras, fomentando a concentração fundiária e o monopólio sobre o território.

As estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, por sua vez, foram transformadas ao longo destes períodos, e conseqüentemente, alteraram as dinâmicas do espaço rural, principalmente para o pequeno agricultor, que mesmo com o desenvolvimento técnico-científico acaba fadado aos poucos recursos a que tem acesso, devido à falta de capital e ao negligenciamento governamental.

ao viabilizar o fortalecimento do agronegócio e favorecer o capital, manteve os velhos pactos com os setores hegemônicos, disponibilizando políticas e recursos financeiros, sobretudo, para o setor produtivo vinculado ao agronegócio, fortalecendo o aumento da produtividade e elevando o lucro. (MENEZES, ALMEIDA, DE DEUS, orgs, 2020, p. 7)

Portanto, a abrangência da produção familiar está totalmente relacionada com as políticas de distribuição de terras, diante de um legado histórico de partilha fundiária desigual no país. A constituição de 1988 descreve no inciso XXIII do 5º artigo a função social da propriedade, onde são previstos direitos fundamentais que visam assegurar uma vida digna, livre e igualitária a todos os cidadãos.

A agricultura familiar, é uma prática enraizada em tradições que perduram através das gerações, representando um meio de subsistência arraigado à um modo de vida que integra os membros de uma mesma unidade família. Este sistema agrícola distingue-se por várias características: a diversidade do cultivo, a transmissão de conhecimentos tradicionais, o apego ao território, a produção voltada para o abastecimento do mercado local, dentre outros atributos. São traços distintivos que moldam a sua identidade e contribuem para a sua importância dentro da sociedade.

Através do direito rural, se desenvolveu como alternativa a Lei Federal nº 11.326 de 2006, onde visou uma maior efetivação de políticas públicas direcionadas para os empreendimentos agrários familiares. A legislação estabelece critérios para a elaboração de diretrizes nacionais para a: descentralização; sustentabilidade ambiental, social e econômica; equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Caracteriza a área máxima da extensão da produção das propriedades de produção familiar em até 4 módulos fiscais, medida agrária que estabelece uma área mínima para a definição de propriedades rurais e é utilizada, principalmente, para fins de tributação e regulamentação agrícola. O artigo 5º busca estruturar objetivos para viabilizar os projetos elaborados em lei, dentre eles estão: acesso ao crédito por parte de empresas de agricultura familiar; infraestrutura e serviços; assistência técnica rural; cooperativismo e associativismo; educação, capacitação e profissionalização.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, há 3,9 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares no Brasil, ocupando 80,9 milhões de hectares, que forneciam 2/3 da mão de obra agropecuária, e foram responsáveis por 23% do valor total da produção de todo o país, com base na participação da modalidade no valor total da produção, segundo as Unidades da Federação. No caso do estado de São Paulo, as mesmas estatísticas destinadas aos estabelecimentos caem 10,80% da produção, muito reduzida perto da média nacional.

A agricultura em pequena escala, por sua natureza, reforça a biodiversidade existente no meio ambiente ao praticar o cultivo de diversas lavouras em um mesmo terreno, técnica conhecida como policultura, que possibilita o controle de pragas e

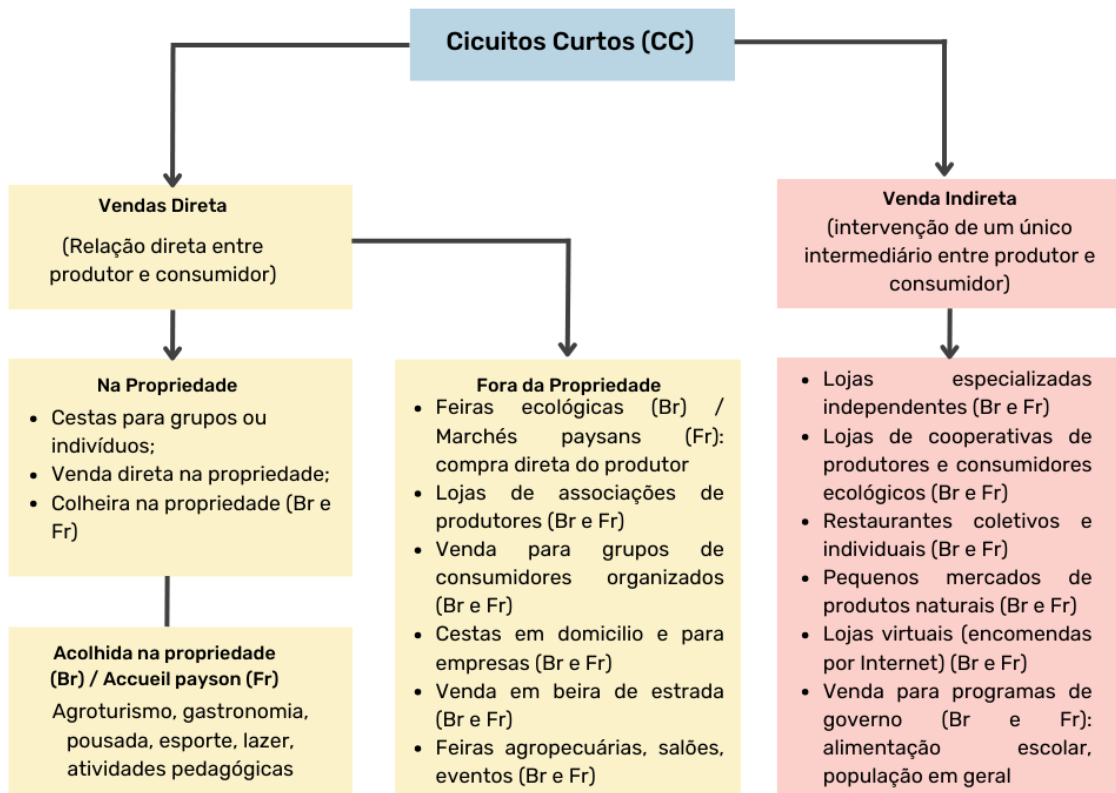
doenças, permite um melhor aproveitamento dos recursos naturais e a devolução de nutrientes variados para a terra, evitando o esgotamento do solo e reduzindo a necessidade de fertilizantes químicos. Para os consumidores, permite uma relação direta com o consumo de alimentos frescos e orgânicos, favorece a segurança alimentar através da diversificação dos alimentos frente às mudanças climáticas e eventos adversos e estimula a percepção sobre a forma como foram os processos de produção e sobre o que estão consumindo.

A esfera do mercado terciário alimentício é amparada por uma estrutura que apresenta diversos processos envolvidos, são eles: cultivo e manejo de matérias primas, fornecimento e seleção de ingredientes, preparação e produção, processamento, armazenamento e conservação, gestão de estoque, atendimento ao cliente, higiene e segurança alimentar, gerenciamento financeiro, e distribuição. Portanto, nomeia-se esta estrutura como “circuito”, segundo Model e Denardin (2014), atribuindo-se ao percurso de um produto, desde a sua produção até o consumidor final. Este modelo convencional de processos é frequentemente questionado. Todavia, quando há a redução do caminho percorrido pela mercadoria até o último comprador, nomeia-se de “circuito curto”.

No Brasil ainda não há uma definição oficial para circuitos curtos (CC), mas o conceito aponta para uma proximidade entre produtores e consumidores. Na França, o termo CC é utilizado para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor (CHAFFOTE e CHIFFOLEAU, 2007, apud DAROLT, LAMINE e BRANDEMBURG, 2013).

Dessa forma, os circuitos curtos (Diagrama 2), se caracterizam pelo número reduzido de intermediários nos processos do produto até chegar no consumidor final, independentemente de sofrer transformação ou não. A venda direta entre produtor e consumidor, garante uma margem de lucro maior para o agricultor, além de uma maior conexão e transparência. O apoio aos produtores locais garante uma melhor distribuição de renda, um sistema sustentável de transportes e “novos princípios de troca e relações mais justas entre produtores e consumidores” (DAROLT, LAMINE e BRANDEMBURG, 2013)

Diagrama 2: Tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos no Brasil (Br) e na França (Fr).



Fonte: DAROLT, LAMINE e BRANDEMBURG, 2013.

As feiras livres, por sua vez, são espaços intermediários deste processo, juntamente com os estabelecimentos do ramo alimentício e os programas estatais que fomentam esta produção, constituem espaços tradicionais de mediação entre produtor local e consumidor, assumindo um papel fundamental na formação das redes que refletem na estruturação do território.

As cooperativas e grupos alternativos são essenciais para o fortalecimento efetivo destes processos, pois dão suporte aos circuitos curtos, instruindo desde a produção até as maneiras de escoamento e comercialização, traçando planos estratégicos e efetivos para maior alcance e rendimento.

Em vista disso, as heranças dos modos de produção de uma região contribuem para reforçar as características rurais, e conseqüentemente os circuitos curtos, onde há a conservação da tradição, das técnicas de produção e do modo de vida. Conforme apontado, as feiras livres cumprem esse papel e, ao mesmo tempo, mantêm sua contemporaneidade, participando ativamente das dinâmicas territoriais.

2.2. FEIRAS LIVRES NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA

Localizada à leste do estado de São Paulo, a Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) compõe um conjunto de cidades que se situam aproximadamente a 180 quilômetros da capital paulista, em uma área denominada depressão periférica paulista (Figura 1), caracterizada por um conjunto de terras mais ou menos uniformes, aplanadas e altas, atributos estes, que qualificam o território para o vasto desenvolvimento do cultivo no campo. Apresenta uma forte tradição agrícola que se destaca pela atividade rural desde o período colonial, principalmente voltada para os grandes latifúndios de produção de cana-de-açúcar e cafeicultura.

Figura 1: Formação geomorfológica do Estado de São Paulo.

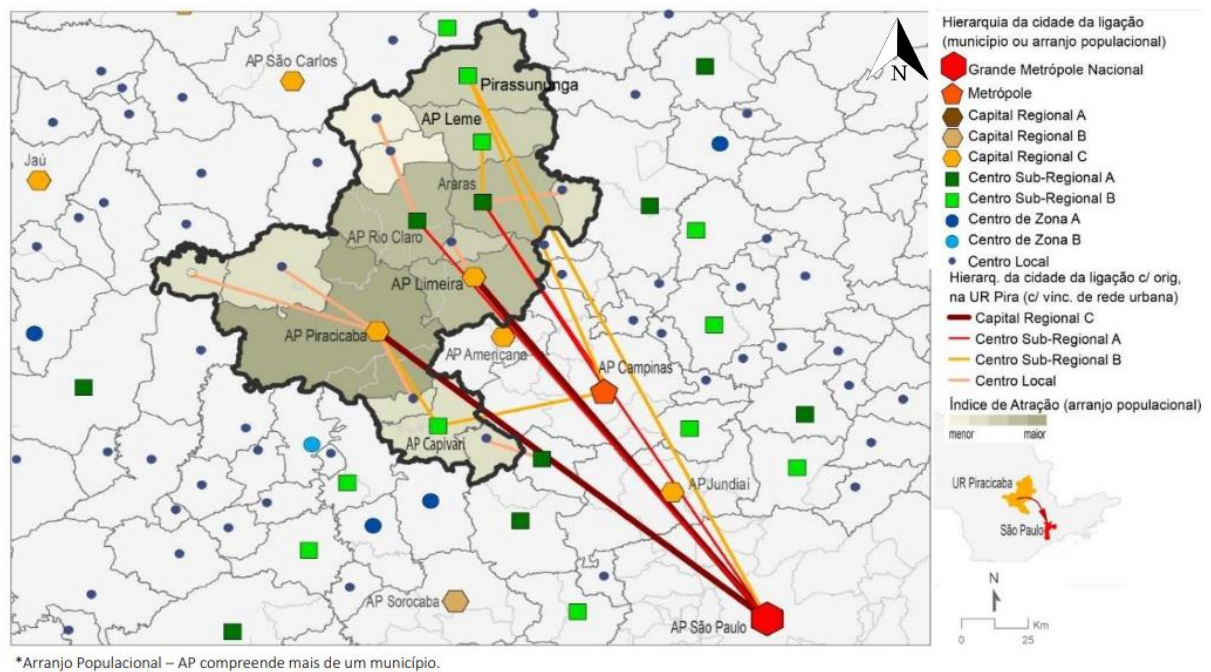


Fonte: Instituto de Geociências da USP, 2000, com interveção da autora, 2023.

No contexto industrial do século XX, a região foi foco da implantação de diversos tipos de atividades industriais, das mais variadas escalas e tipos de produtos manufaturados. O interior paulista, portanto, apresenta uma relação significativa com a difusão dos recursos produtivos e oportunidades de emprego, pois havia núcleos populacionais em desenvolvimento, os quais por vezes seguiam os conceitos e tendências das vanguardas que estavam se apresentando nas cidades maiores, como maneiras de idealizar e efetivar a cidade.

Os deslocamentos do meio rural para o urbano se davam principalmente através de carroças de tração animal, que usufruíram do espaço público, mais especificamente da rua, para a comercialização de seus produtos. Tais dinâmicas contribuíram para a criação de caminhos, rotas que se cruzavam e conformavam pontos de paradas, e conseqüentemente efetivaram os circuitos da região. Nestes pontos de intersecção se consolidaram aglomerações humanas criou-se uma rotina e a necessidade para estas atividades. Alguns exemplos de cidades que se consolidaram na Região Metropolitana de Piracicaba, com caminhos que buscavam ligação com Rio Claro, Limeira, Piracicaba e Campinas, são as cidades de: Santa Gertrudes, Cordeirópolis, Elias Fausto e Araras (Figura 2). Posteriormente a região tornou-se uma rede urbana importante para o desenvolvimento agrícola e industrial do estado.

Figura 2: Rede de Cidades - contexto da RMP no Estado de São Paulo.



Fonte: Plano de Desenvolvimento Integrado RMP, 2022.

Institucionalizada em 24 de agosto de 2021 pela Lei Complementar Estadual no 1.360, a Região Metropolitana de Piracicaba, é constituída por 24 municípios (Tabela 2), que são interligados por importantes rodovias, como a Rodovia Anhanguera, a Rodovia Washington Luiz, Rodovia do Açúcar, Rodovia Fausto Santo Mauro, entre outras. Soma-se a passagem privilegiada de várias estradas de ferro, situando economicamente a área no cenário regional, nacional e mundial. Estes

Tabela 2: Feiras Livres da Região Metropolitana de Piracicaba.

MUNICÍPIO	Nº HAB	ÁREA	Nº FEIRAS	PERIOD.	ORG.	ANO DE EMANCIPAÇÃO
RIO CLARO	209.548	922,1 km ²	3	Semanal	Secr. de Agricultura	1845 - emancipado de LIMEIRA
ANALÂNDIA	5.115	325,953 km ²	0	-	-	1897 - emancipado de RIO CLARO
IPEÚNA	7.824	190,010 km ²	0	-	-	1964 - emancipado de RIO CLARO
SANTA GERTRUDES	27.85	98,291 km ²	0	-	-	1948 - emancipado de RIO CLARO
CORUMBATAI	4.072	278,622 km ²	1	Mensal	Secr. de Turismo	1948 - emancipado de RIO CLARO
PIRACICABA	410.275	1.378,069 km ²	13	Semanal	Secr. Agricultura e Abastecimento	1821 - emancipado de PORTO FELIZ
CHARQUEADA	17.539	175,846 km ²	1	Semanal	Div. de Cultura e Turismo	1953 - emancipado de PIRACICABA
RIO DS PEDRAS	36.233	226,657 km ²	0	-	-	1894 - emancipado de PIRACICABA
SALTINHO	8.498	99,738 km ²	0	-	-	1991 - emancipado de PIRACICABA
SÃO PEDRO	36.298	611,278 km ²	1	Semanal	Secr. De Turismo	1881 - emancipado de PIRACICABA
ÁGUAS DE SÃO PEDRO	3.588	3,612 km ²	2	Semanal	Secr. De Turismo	1948 - emancipado de SÃO PEDRO
SANTA MARIA DA SERRA	6.298	252,621 km ²	1	Semanal	Secr. De Turismo	1959 - emancipado de SÃO PEDRO
CAPIVARI	56.973	322,878 km ²	1	Semanal	Dep. De Fiscalização de Posturas	1864 - emancipado de PORTO FELIZ
RAFARD	9.126	121,645 km ²	0	-	-	1964 - emancipado de CAPIVARI
MOMBUCA	3.523	133,698 km ²	1	Semanal	Secr. de Finanças	1964 - emancipado de CAPIVARI
LIMEIRA	310.783	580,711 km ²	20	Semanal	Secr. Meio Ambiente	1842 - desmembrada de PIRACICABA
ARARAS	136.739	636,5 km ²	6	Semanal	Secr. de Serviços Públicos Urbanos e Rurais	1871 - emancipada de LIMEIRA
CORDEIRÓPOLIS	25.116	137,579 km ²	3	Semanal	Secr. de Desenvolvimento	1948 - emancipada de LIMEIRA
IRACEMÁPOLIS	24.982	115,118 km ²	1	Semanal	Secr. de Finanças	1953 - emancipada de LIMEIRA
PIRASSUNUNGA	77.33	727,118 km ²	4	Semanal	Secr. Municipal de Planejamento	1895 - emancipada de LIMEIRA
SANTA CRUS DA CONCEIÇÃO	4.584	150,130 km ²	1	Semanal	Secr. De Turismo	1898 - emancipada de PIRASSUNUNGA
LEME	105.273	402,871 km ²	2	Semanal	Secr. De Emprego	1895 - emancipada de PIRASSUNUNGA
ELIAS FAUSTO	18.095	202,360 km ²	2	Semanal	Div. de Fiscalização	1944 - emancipado de MONTE MOR
CONCHAL	28.491	182,793 km ²	3	Semanal; Mensal	Div. de Turismo e Eventos; Div. de Fiscalização	1948 - emancipado de MOJI MIRIM

Fonte: IBGE; Prefeituras RMP; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. 2023.

Por certo, as feiras são realizadas em cidades de portes variados, e em cada uma delas estabelece uma relação distinta com o território, conforme mencionado. Com isso, foram levantadas as diversas feiras livres distribuídas nos 24 municípios (Tabela 2) e nota-se que não estão necessariamente apenas nas cidades mais populosas ou com maior apelo turístico, mas sim nas que sofrem influência pelos grupos ativos e órgãos gestores das atividades em nível municipal. Também estão onde há demandas da população, buscando reiterar a escala da freguesia, dos moradores que prezam por vivenciar as relações de vizinhança, quase inexistente em outros tipos de comércio varejista diversificado, como shoppings ou supermercados, em especial, por resguardar uma forma de comercialização arquetípica, presente desde as origens do espaço urbano.

A educação voltada para o ensino agrícola na região, por sua vez, é muito relevante, pois, além de ser diversificada, se articula em várias escalas que vão desde o âmbito local até o internacional.

A influência da educação agrícola atinge as escalas menores, impactando diretamente as comunidades locais, ao capacitar os agricultores com as ferramentas necessárias para adotar métodos mais eficientes e sustentáveis, estimulando o empreendedorismo agrícola e diversificando as fontes de renda nas comunidades. Além disso, promove a transferência de conhecimento intergeracional, pois ao estimular uma cultura de aprendizado contínuo, os agricultores mais experientes podem compartilhar suas práticas bem-sucedidas com as gerações mais jovens, garantindo a continuidade do conhecimento agrícola tradicional combinado com as mais recentes inovações.

Na esfera internacional, a educação agrícola emerge como um elemento de conexão da região com o restante do mundo, pois indivíduos instruídos nessas práticas conferem prestígio à região, posicionando-a como uma autoridade em agricultura sustentável, e também desempenham um papel ativo nos diálogos das dinâmicas regionais sob o escopo global, relacionados à segurança alimentar, mudanças climáticas e desenvolvimento rural. O intercâmbio de conhecimentos e tecnologias agrícolas originadas nessa localidade pode exercer uma influência substancial em iniciativas globais destinadas a enfrentar desafios relacionados à segurança alimentar e à preservação ambiental.

Com isso, no cenário educacional de nível superior, a região destaca-se pela presença de notáveis instituições de ensino, representadas pelas universidades: Unesp Júlio de Mesquita Filho (Universidade Estadual Paulista), ESALQ-USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo) e UFSCar-Campus Araras (Universidade Federal de São Carlos). Estas instituições, de caráter estadual e federal, oferecem cursos e projetos de extensão que abrangem uma grande diversidade de disciplinas e conteúdos programáticos, incluindo aquelas relacionadas diretamente e indiretamente ao campo.

No âmbito regional, para além das escolas de ensino técnico, merece destaque a "Escola Municipal Agrícola Engenheiro Rubens Foot Guimarães", localizada no distrito de Ajapi, no município de Rio Claro, a escola se distingue como uma das poucas instituições municipais no estado de São Paulo a incorporar o ensino agrícola no currículo do ensino fundamental. Ao implementar o ensino agrícola nesta fase de ensino, a escola responde à demanda por profissionais capacitados no campo, e consolida como um polo de educação inovadora, alinhado às necessidades locais. Essa abordagem pedagógica complementa o conhecimento acadêmico tradicional, e proporciona aos estudantes uma compreensão prática e aprofundada das práticas agrícolas.

Portanto, esta pesquisa focou nas dinâmicas do município de Rio Claro - SP, onde se notou uma tradição voltada para a agricultura familiar e rural - em decorrência de desdobramentos históricos e circunstâncias variadas - que se reflete nas dinâmicas do circuito curto do município e, por consequência, nas feiras livres. Atualmente o município sedia três feiras livres: Feira do São Benedito, Feira do Cervezão e Feira do produtor rural (Tabela 2). Todas institucionalizadas pelo poder público, gerenciadas pela esfera local e operadas em distintas áreas do tecido urbano, com diferentes temporalidades, traços socioeconômicos e culturais. Dessa forma, todas apresentam forte característica de venda relacionada à produção hortifrutigranjeira, intrínseca ao modo de cultivo local, ou seja, a agricultura familiar.

2.3. CARACTERIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO COMÉRCIO NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO

A ocupação inicial do território pertencente ao município de Rio Claro/SP, segundo Santos (2000, apud CAMPOY, 2022), se iniciou por volta dos séculos XVII e XVIII, em decorrência dos caminhos que levavam às terras do ouro em Goiás/MT, “por volta dos anos de 1817 a 1829, inicialmente se alojando no local denominado “Largo da Várzea”, nas proximidades do Córrego da Servidão.” (SANTOS, 2000, apud CAMPOY, 2022, p. 29). Apesar do povoado ser disperso já havia as primeiras incidências de comércio irregular na região. Santos (2000) narra que os negociantes se fixaram para atender as necessidades dos tropeiros que ali passavam.

Mesmo com a ocupação inicial, o contexto das estruturas produtivas da região passou a ter um destaque maior quando as produções agrícolas advindas do Rio de Janeiro se expandiram no sentido do oeste paulista. A agricultura local moveu-se de acordo com a demanda produtiva econômica dos ciclos rurais que se sucederam, e contribuiu para alavancar a economia da cidade, sendo que a produção, por sua vez, facilmente se adaptou às condições geográficas locais. Portanto, Rio Claro se destacou e “teve expressiva participação econômica na produção açucareira (1840) e cafeeira do Estado (1850)” (CAMPOY, 2022, p. 20), favorecendo o enriquecimento das elites locais e o desenvolvimento de diversos setores da cidade,

[em] um diálogo com as Atas da Câmara Municipal da Villa de São João do Rio Claro datada de 02 de junho de 1862. Por meio desse documento os moradores pedem uma linha de carros de boi para intensificar o transporte entre Rio Claro à “Praça de Santos e da capital do Império” tanto para os produtores quanto para os comerciantes aqui estabelecidos receberem e enviarem mercadorias. Os carros aqui chegavam a cada dez dias e o pedido feito mostrava a necessidade dos carros que chegarem a cada cinco dias, revelando claros sinais do desenvolvimento comercial. (MACHADO, 2012, p.21)

Em 1872, a extensão dos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF) (Figura 4) no território foi impulsionada pela necessidade de escoamento da produção local de café. Com isso, no final século do século XIX as fazendas da região eram praticamente autossuficientes e, por sua vez “o centro urbano concentrava as atividades subordinadas à economia rural e fornecia às fazendas alguns produtos manufaturados, arreios, carroças, e outros trabalhos de carpintaria e ferro batido” (DEAN, 1977, p.52).

Figura 4: Vista aérea das oficinas de CPEF. Data Indefinida.



Fonte: Arquivo Público do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”.

Na década de 1880, o território contava com um comércio dinâmico e diversificado:

Trinta e quatro casas de secos e molhados, vinte e quatro casas de ferragens, vinte e duas de armarinhos, moda e chapéus, oito sapatarias, duas ourivesarias e sete alfaiatarias. Contava ainda com máquinas de beneficiamento de grãos (arroz e café), fábricas de licores e de cerveja. Já tinha condições de prestar serviços médicos e educacionais. Tinha cinco médicos, dois dentistas, dois professores de canto e piano, quatro farmácias, seis colégios particulares, seis sociedades recreativas, um teatro e dois jornais. (GARCIA, 1992, p.27)



Figura 5: Leiteiro - Sebastião Geraldi, em foto tirada no início do século XX. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.



Figura 6: Bucheiro - foto tirada no início do século XX. Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”.



Figura 7: Doceiro - Inácio da "Geléia" e sua esposa, Maria da Conceição, vendiam geleia de mocotó feita com vinho do Porto. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.



Figura 8: Leiteiro - Sebastião Geraldi, início do Século XX. Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadado".



Figura 9: Padeiro - Otávio Lotti, filho de Artur Lotti, proprietário da Padaria Lotti, início do século XX. Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadado".



Figura 10: Agueiro - Foto tirada no início do século XX. Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadado".

Com o adensamento e a intensificação das demandas de abastecimento urbano, segundo Sampaio (2012), em 1886 o Matadouro Municipal (Figura 11 e 12) foi inaugurado por Dom Pedro II, onde realizava-se o abate e o processamento de animais de criação destinados ao consumo humano, bem como o processamento, desossa, armazenamento, controle de qualidade e organização para distribuição. A localização do empreendimento se dava afastada da malha urbana da cidade, visto que

Suas operações expressavam as técnicas rudimentares de abate e tratamento da carne que caracterizavam o período em tela e, com o decorrer do tempo, sua inadequação foi se tornando patente. Em 1933, no governo do

prefeito Benedicto Pires Joly, reformas foram viabilizadas em suas instalações, em uma tentativa de adequá-lo às normas então vigentes de higiene e saúde pública. (CAMPOS, 2012, p.149)

Com a difusão das práticas de saúde pública, que visavam o melhoramento das condições sanitárias das cidades, as inspeções sanitárias passaram a ser recorrentes, e devido às más condições de funcionamento e precariedade das instalações o edifício foi fechado em 1965 pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF). Atualmente o edifício se encontra sem uso e em ruínas (Figura 12).

Figura 11: As instalações originais do Matadouro Municipal de Rio Claro. 1920.



Fonte: Acirc, 90 anos de história, 2012, p.149.

Figura 12: O prédio do matadouro Municipal de Rio Claro, já desativado e mostrando alterações na arquitetura original.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Em 1897 é inaugurado o Mercado Municipal (Figuras 13 e 14), seguindo a mesma linha de necessidade de abastecimento de suprimentos alimentícios, que “por um período passou a ser usado como quartel do Exército e, só em 1924, voltou às atividades de mercado.” (ORTIGOZA, 2012, p.100). Foi um espaço de compras de

peixes, carnes, produtos naturais e hortifrutigranjeiros, como persiste até os dias atuais. No entanto, atualmente há serviços como alfaiate, lavanderia, bares e restaurantes, que são atrativos de lazer aos finais de semana e fins de tarde. O espaço interno do edifício passou por intervenção, visando atender às necessidades contemporâneas que o projeto inicial não contemplava (Figura 15).



Figura 13: Vista externa do mercado municipal, início do século XX. Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”.



Figura 14: Arte de Nicola Petti, pintor figurativo, do interior do Mercado Municipal de Rio Claro. Sem data. Fonte: Prefeitura de Rio Claro Disponível em: <https://www.rioclaro.sp.gov.br>



Figura 15: Obra concluída na intervenção no Mercado Municipal de Rio Claro. Fonte: Edijan Del Santo/EPTV, 2023.

O avanço urbanístico no século XX no município se mostrou significativo para a consolidação de grande parte da malha urbana, conformando uma estrutura

complexa, que adquiriu maior dinamismo por conta de projetos indutores como: loteamentos, conjuntos habitacionais, escolas (figura 16), indústrias (figuras 17, 18 e 19) comércio (figura 20 e 21), implantação de universidades (figura 22) e consolidação de avenidas (figura 23), estradas, estradas rurais e rodovias, as quais permitiram conectar os diversos pontos fragmentados da malha urbana - resultado de iniciativas do poder público somado às iniciativas privadas. Como consequência, conformaram-se áreas de subcentralidades, áreas periféricas, suburbanas, periurbanas, entre outros territórios que permaneceram fora do controle do planejamento territorial.



Figura 16: Grupo Escolar Irineu Penteadó, 1925. Fonte: Acirc, 90 anos de história, 2012, p.222.



Figura 17: "Officina Bruno Meyer", localizada na esquina da rua 7 com a av. 7, 1924. Fonte: Acirc, 90 anos de história, 2012, p.148.



Figura 18: Cervejaria Rio Claro, 1920. Fonte: Acirc, 90 anos de história, 2012, p.146.



Figura 19: Fábrica de cigarros "Princesa d'Oeste", 1920. Fonte: Acirc, 90 anos de história, 2012, p.148.



Figura 20: Loja do Veado. 1903. Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”.



Figura 21: Casas Pernambucanas. 1931. Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”.



Figura 22: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. 1960. Fonte: Acirc, 90 anos de história, 2012, p.244.



Figura 23: Rua 3, Av. 8 e 10, início século XX. Fonte: Acirc, 90 anos de história, 2012, p.85.

Contudo, para além do processo de expansão urbana, o meio rural se impôs ao meio urbano, principalmente através dos circuitos econômicos, criando interdependência entre ambos. Houve também um ligeiro aumento nos índices de desigualdade na distribuição de terras em Rio Claro, visto que houve a permanência de uma agricultura tradicional, baseada em estabelecimentos menores, ao lado da expansão agroindustrial

(SYDENSTRICKER, DA ROCHA, e HAKKERT, 1985). Tal perspectiva, permite analisar o desdobramento da cadeia rural familiar e sua predominância no circuito alimentar regional, em particular, sua relação com o circuito de feiras livres.

Em vista disso, Sydenstricker, da Rocha, e Hakkert (1985), pesquisadores do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO), pontuam que o município “tanto de Rio Claro quanto da Região Administrativa de Campinas como um todo, [...] [atrai] mais migrantes rurais do que acontece em outras regiões do Estado.” (SYDENSTRICKER, DA ROCHA, e HAKKERT, 1985, p. 28-29). Dentro do contexto regional,

Diferente do caso de Piracicaba, houve também um ligeiro aumento nos índices de desigualdade na distribuição de terras em Rio Claro, o que indica a permanência de uma agricultura tradicional, baseada em estabelecimentos menores, ao lado da expansão agro-industrial. A distribuição de terras em Rio Claro, porém, continua menos desigual do que em outras áreas do Estado, da Região Administrativa de Campinas, (SYDENSTRICKER, DA ROCHA, e HAKKERT, 1985, p.45-47)

Com isso pontuado, nos anos 1980, o Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO) da Unicamp, reforça que “a força de trabalho na agricultura de Rio Claro não diminuiu em termos absolutos, mantendo-se num nível de pouco mais de 3.000 trabalhadores.” (SYDENSTRICKER, DA ROCHA, e HAKKERT, 1985, p.54-55).

Segundo o NEPO (1985, p. 50) “a partir da década de 70, entretanto, Rio Claro começa a contar com uma rede variada de comércio que retém o potencial aquisitivo da população local.”. (Figura 24 e 25) O Shopping center (Figura 26) se adaptou a um edifício industrial ocioso (Figura 27), que foi implantado próximo das oficinas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, onde abrigou de 1939 a 1980 as Fábricas Matarazzo e o Grupo Cianê, o centro comercial foi inaugurado em outubro de 1995.



Figura 24: Supermercado Brasil-Serv. Av.24 com a Rua 8. Década de 1970. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.



Figura 25: Casa Comercial Casa Blanca "menina dos olhos". Rua 4 com Av.2. 1957. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.



Figura 26: Fábrica Matarazzo. 1939. Fonte: Rio Claro Retro.



Figura 27: Shopping Center Rio Claro atualmente. 2023. Fonte: Divulgação Shopping Rio Claro.

A tradição rural somada à necessidade de mão-de-obra qualificada para o campo, resultou, em 1986, na criação da “Escola Municipal Agrícola Engenheiro Rubens Foot Guimarães” (Figuras 28 e 29), já citada anteriormente.



Figura 28: Lincoln Magalhães traz Escola Agropecuária para Rio Claro. Fonte: Jornal Cidade de Rio Claro, 19 dez. 1986.



Figura 29: Escola Agropecuária um privilégio. Fonte: Jornal Cidade de Rio Claro, 21 dez. 1986.

Atualmente, Rio Claro conta com um Distrito Industrial (Figuras 30 e 31), localizado ao norte da malha urbana, estruturado por um eixo viário denominado “Avenida Brasil”, que a conecta à zona rural norte do município, trocando de nome neste trecho rural para “Estrada Vicinal Nicolau Marotti”. O eixo atua como estruturador do escoamento de toda a produção local e da produção industrial, com foco na exportação. Nesta localidade agrega-se um aglomerado de propriedades privadas de características rurais, onde há a concentração de parte da produção de alimentos para o setor hortifrutigranjeiro da cidade. Além desta área, o município conta com os demais núcleos e bairros rurais, que contribuem para a demanda da produção agrícola, como: Ajapi, Assistência, Batovi, Itapé, entre outros. (Figura 32).

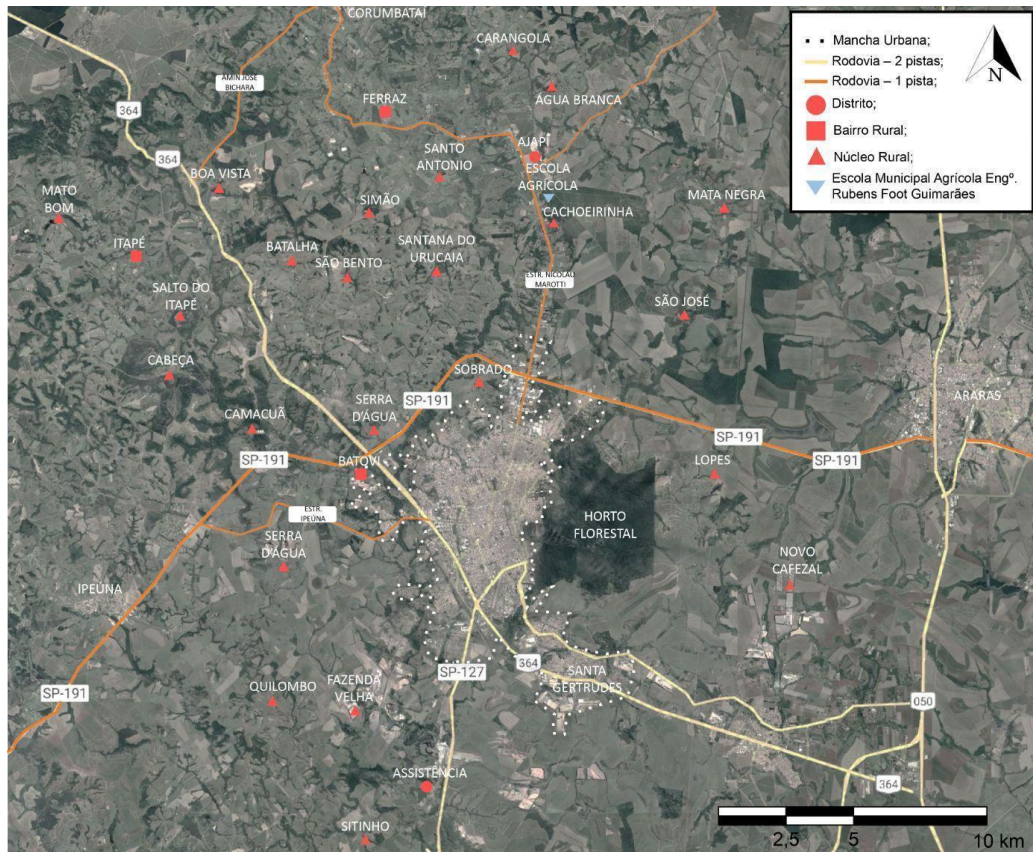


Figura 30: Vista aérea distrito industrial. Década de 80. Fonte: IBGE.



Figura 31: Vista aérea distrito industrial, 2018. Fonte: Tyba, 2018. Disponível em: <http://tyba.com.br>.

Figura 32: Região do Município de Rio Claro, localização de núcleos rurais, vetores relevantes.



Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base em MURBACH, 2017.

O vetor passou a compartilhar o uso rural com as indústrias quando teve seu loteamento parcelado na década de 1980:

Outro fator indicado como o mais importante para as decisões das indústrias que ali chegavam foram os incentivos da Prefeitura Municipal relativos à instalação do Distrito Industrial (12,50%), enquanto a existência desse distrito, significando disponibilidade de terrenos, a boa qualidade de vida no município e a oferta em potencial de mão de obra barata e abundante foram elementos atrativos menos apontados. Como fatores secundários, ou coadjuvantes, apareciam arrolados a existência de mão de obra especializada, a boa infraestrutura pública, energética e de serviços e até um fator subjetivo e intangível, a "simpatia pela cidade". (SAMPAIO, 2012, p.134)

Mesmo havendo alternativas que vão de encontro das demandas de serviços voltados para a rede de distribuição e que buscam a hegemonia na região – como os supermercados e centros de consumo - disputando comercialmente entre si e com o comércio local de porte menor, o consumo nas feiras permanece até os dias atuais.

Nos dados locais atuais do Censo Agropecuário (2017), a população envolvida em produções agropecuárias, que variam entre lavouras permanentes e temporárias, é de 3.060 pessoas, sendo 1.539 pessoas com laços de parentesco com o produtor, e

1.521 sem laços de parentesco com o produtor. A utilização das terras, por sua vez, é de 4.661 ha em lavouras permanentes e 9.368 ha em lavouras temporárias.

Em decorrência da busca por interesses em comum, a comunidade se organizou por meio de cooperativas, sindicatos e grupos, que visam objetivos para atender às necessidades coletivas. Essas estruturas promovem a eficiência na consecução de objetivos comuns, fortalecem os laços sociais e fomentam um senso de pertencimento, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e equitativo das comunidades em que estão inseridas.

Comparando os dados coletados em 1985 aos de 2017, mesmo com alterações nas dinâmicas urbanas e sociais, em 32 anos, os números se mantiveram estáveis. Some-se o fato de que nas terras rurais do município há a predominância da policultura, a constituição de circuitos curtos e o agrupamento de pessoas com interesses em comum. Portanto, tais características reafirmam a herança significativa da produção em pequena escala no município e sua relevância para a população.

2.3.1. OS CONTEXTOS DAS FEIRAS LIVRES NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO

Neste segmento, a abordagem visou a compreensão das feiras livres municipais, explorando tanto a ancestralidade dessa prática quanto a sua contemporaneidade. Para isso, se reconheceu que as políticas regionais e locais de abastecimento alimentar exercem influência direta em diversas escalas dentro do circuito constituído, impactando no funcionamento das feiras livres.

Deste modo, buscou-se realizar o levantamento de todos os tipos de feiras que foram e ainda são significativas por seu papel simbólico e articulador dentro do circuito, no contexto municipal de Rio Claro. Estas feiras, promovidas tanto por entidades de natureza pública quanto privada, ocorrem ou ocorreram em locais de acesso público amplo e em espaços designados exclusivamente para determinados segmentos de usuários, conforme apresentado na Tabela 3.

Segundo Sydenstricker, da Rocha, e Hakkert (1985), em 1984, a Prefeitura Municipal realizou um levantamento para identificação de áreas com maior necessidade de abastecimento, com finalidade de propor alternativas para suprir tais déficits.

Segundo um levantamento preliminar sobre a estrutura de abastecimento da cidade, a zona central é a melhor atendida. - Possui três feiras livres por semana e o ponto de economia cobal, realizado todas as quintas-feiras. Áreas próximas ao centro também têm suas feiras, como é o caso dos bairros Boa Morte e São Benedito. Parte da zona oeste da cidade é atendida pelas feiras de Vila Indaiá e Bela Vista. Na zona norte há feiras livres nos bairros de Santana e A. Karan. A área noroeste, a de maior densidade e com população de menor renda, só possui uma feira no bairro Arco-Íris. Ao todo são 11 feiras livres, consideradas regulares numa apreciação geral. Somente o bairro de São Benedito possui feira considerada boa. E a maior da cidade com 59 barracas. As feiras funcionam de terça a domingo. Com exceção das terças, todos os demais dias têm duas feiras. O mercado municipal funciona somente aos domingos. (SYDENSTRICKER, DA ROCHA, e HAKKERT, 1985, p.84)

Atualmente, a maior parte destas feiras livres não estão mais em atividade (Tabela 3), apenas a Feira Livre do São Benedito e o Mercado Municipal que não sedia mais sua feira aos domingos. Após este levantamento, foram implantadas as seguintes feiras públicas: Feira Livre do Cervezão, a Feira Livre do produtor Rural e, mais recentemente, no ano de 2023, a Feira Livre do Cidade Jardim. Porém, além das feiras livres públicas, há feiras em condomínios privados, tanto semanais, quanto mensais.

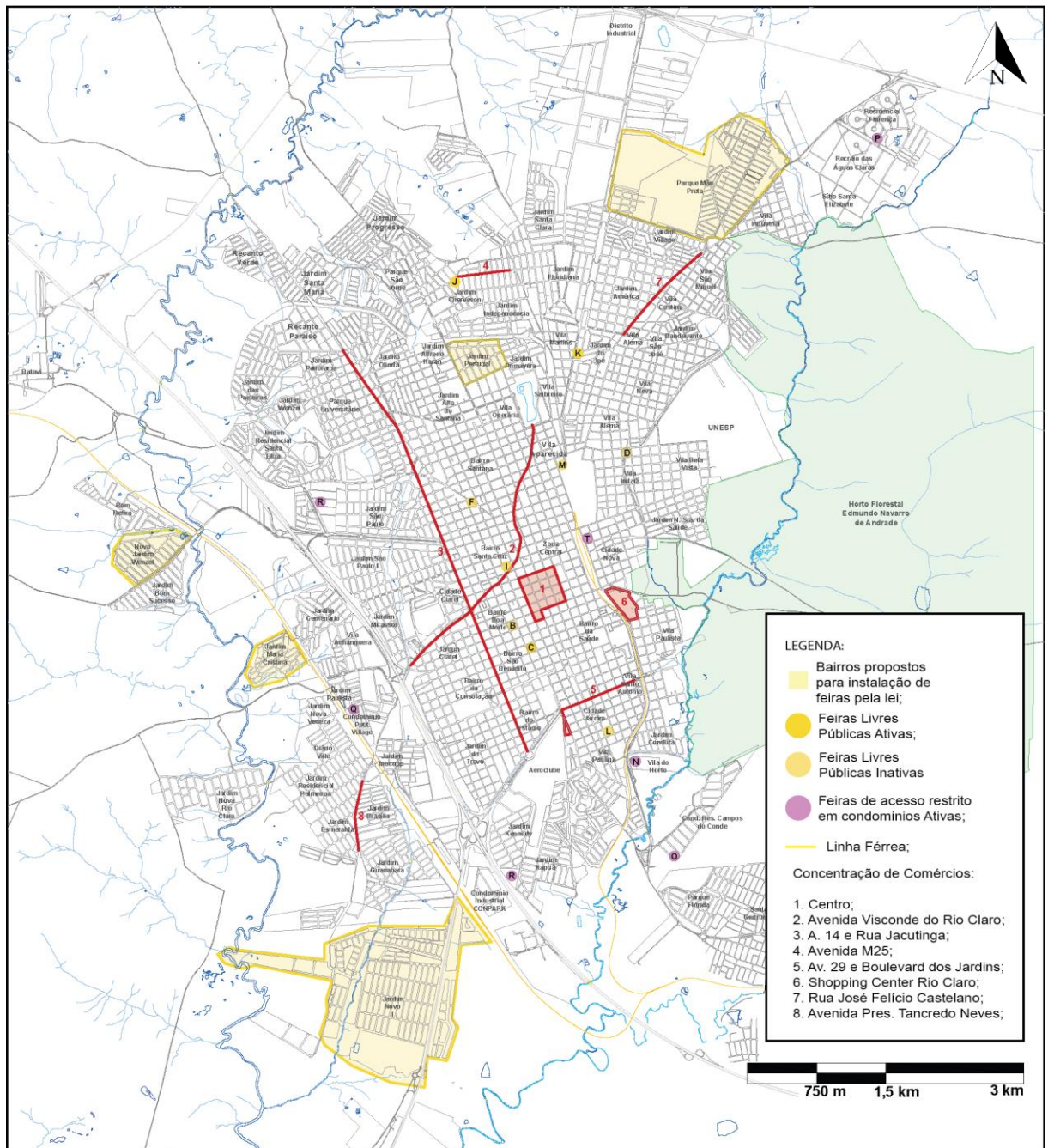
Tabela 3: Feiras do município de Rio Claro.

Letra no Mapa	Feira	Frequência	Dia	Local	Esfera	Situação
A	Feira da Economia Cobal	Semanal	Quinta	Zona Central	Pública	Inativa
B	Feira Boa Morte	Semanal	Terça	Zona Central	Pública	Inativa
C	Feira São Benedito	Semanal	Sábado	Zona Central	Pública	Ativa
D	Feira Vila Indaiá	Semanal	Quinta	Vila Indaiá	Pública	Inativa
E	Feira Bela Vista	Semanal	-	Bairro Bela Vista	Pública	Inativa
F	Feira da Samambaia	Semanal	Quinta	Bairro Santana	Pública	Inativa
G	Feira A. Karan	Semanal	-	Jardim A.Karam	Pública	Inativa
H	Feira Arco-iris	Semanal	-	Bairro Arco-Iris	Pública	Inativa
I	Feira do Mercado Municipal	Semanal	Domingo	Zona Central	Pública	Inativa, mas o mercado

						funciona
J	Feira do Cervezão	Semanal	Domingo	Jardim Cervezão	Pública	Ativa
K	Feira do Produtor Rural	Semanal	Terça e Sexta	Vila Martins	Pública	Ativa
L	Feira do Cidade Jardim	Semanal	Quarta	Bairro Cidade Jardim	Pública	Ativa
M	Feira da Vila Aparecida	Semanal	Sexta	Vila Aparecida	Pública	Ativa
N	Feira Cond. Vila do Horto	Semanal	-	Residencial Vila do Horto	Privada	Ativa
O	Feira Cond. Campos do Conde	Semanal	Quinta	Residencial Campos do Conde	Privada	Ativa
P	Feira Cond. Florença	Semanal	Quarta	Residencial Florença	Privada	Ativa
Q	Feira Petit Village	Semanal	-	Residencial Petit Village	Privada	Ativa
R	Feira Itinerante de condomínios	Semanal	-	Itinerante	Privada	Ativa
S	Feira da Economia Solidária	Mensal	-	Itinerante	Público	Ativa
T	Feira Fusteria	Mensal	-	Bairro Cidade Nova	Privada com acesso público	Ativa

Fonte: Produzido pela autora, 2023.

Figura 33: Feiras da cidade de Rio Claro – SP.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Ao analisar as feiras e demarcações das principais centralidades na malha urbana (Figura 33), nota-se uma conexão com as áreas com grande atividade comercial, destacadas no mapa em vermelho. Essa comparação revela as estreitas conexões e relações de proximidade que esses espaços estabelecem com os principais fluxos urbanos. Ao cruzar esses elementos, torna-se evidente que as feiras não são apenas

espaços isolados, mas estão integradas e interligadas às principais áreas comerciais. Essa interconexão fortalece os laços entre os diferentes setores da malha urbana.

Conforme premissa desta pesquisa, considerou-se “livres” apenas as feiras localizadas em lugares públicos e de livre acesso à toda a população, pois:

A esfera pública se constitui no domínio da liberdade, da instância cultural; a qual se contrapõe com (...) a esfera privada [que] se relaciona, primordialmente, ao domínio das necessidades, portanto, da instância econômica. Mas nem tudo que está além da esfera de vida privada se constitui na esfera pública, a sociedade capitalista contemporânea não apenas fortaleceu a esfera de vida privada como, também, reforçou uma esfera social. Esta esfera se caracteriza por acessos restritos a determinados grupos sociais, onde o mundo do negócio e do ócio se produz, em boa medida, para além da vida privada e aquém da vida pública. (QUEIROGA, BENFATTI, 2007, p. 84-85).

Portanto, as feiras que são realizadas na esfera privada com acesso restrito da população não se enquadram no recorte teórico de “lugares de memória” estabelecido para a pesquisa. Com isso, os objetos de estudo selecionados são as três feiras livres institucionalizadas, que apresentam caráter de comércio relacionado à produção hortifrutigranjeira, que permitem entrelaçar os territórios rural e urbano, e são de esfera pública com acesso coletivo, que estão em atividade atualmente no município, são elas: Feira do Cervezão, Feira do Produtor e Feira São Benedito (Figura 34), as quais apresentam periodicidade semanal, são realizadas em espaços públicos concedidos pela Prefeitura, situadas em diferentes bairros que se formaram em distintos momentos de urbanização da cidade e apresentam características próprias relacionadas a cada um destes territórios.

Figura 34: Objetos de estudo desta pesquisa – SP.



2.4. ESTRATÉGIAS DE VIDA E CONSUMO DA POPULAÇÃO LOCAL

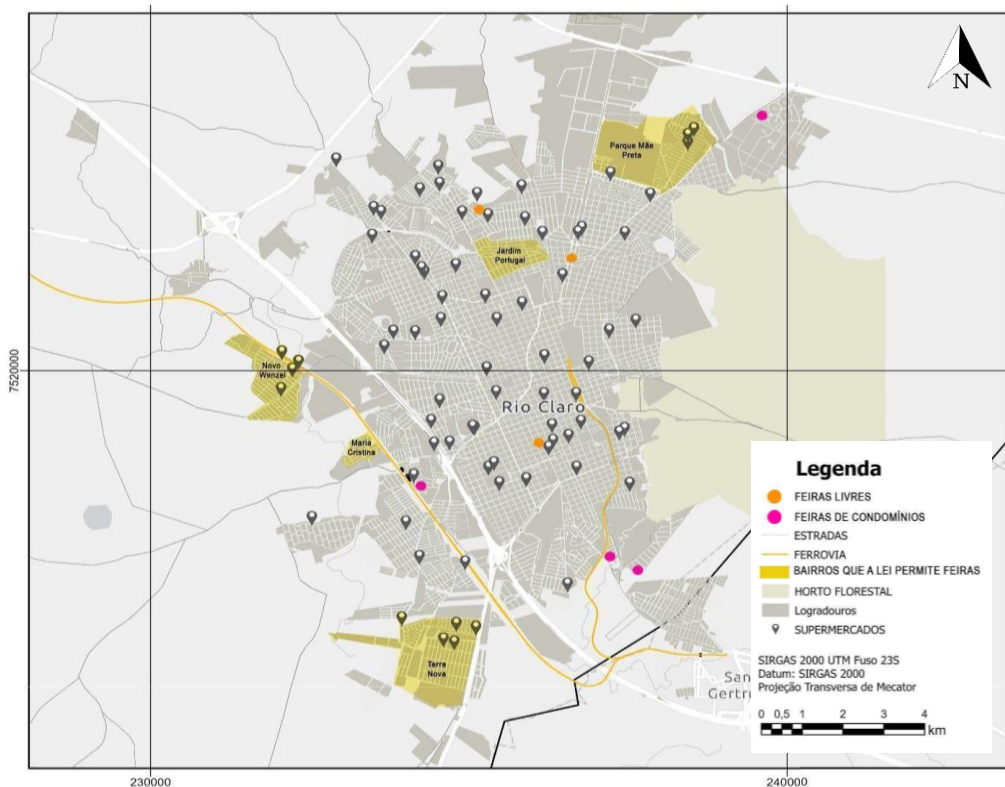
As feiras livres constituem-se como estratégias de consumo popular em resposta ao mercado formal, desempenhando frequentemente um papel complementar, com preços reduzidos, criando uma espécie de competição. Essa dualidade se manifesta na capacidade das feiras livres de oferecerem alternativas mais acessíveis e com possibilidade direta de negociação e pagamento, se comparada com o mercado formal. Portanto, surgem como uma resposta dinâmica às demandas e inclinações dos consumidores, fornecendo simultaneamente uma extensão do comércio já consolidado.

O circuito curto na produção terciária não exclui a possibilidade de coexistência com outros modelos de distribuição de alimentos, como supermercados e redes de distribuição convencionais. Pelo contrário, essa abordagem é frequentemente adotada como uma alternativa complementar, promovendo um consumo mais consciente, que valoriza produtos locais, sazonais e provenientes da agricultura familiar. Ao optar pelo circuito curto, os consumidores têm a oportunidade de estabelecer uma conexão direta

com os produtores, desfrutando de alimentos frescos, de qualidade e com maior transparência em relação à sua origem. Assim, o circuito curto na produção terciária oferece uma opção adicional para os consumidores, complementando os modelos tradicionais de distribuição e permitindo uma escolha mais informada e sustentável.

A análise do mapeamento do mercado formal, conforme evidenciado na Figura 35, em conjunto com a identificação das localidades das feiras livres, feiras sediadas em condomínios e os bairros autorizados pela legislação para o comércio de rua, oferece uma apreciação substancial para a compreensão das relações intrincadas delineadas no contexto territorial em análise.

Figura 35: Oferta de comércio na cidade.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A relação mais evidente é que as três feiras livres estão próximas às centralidades comerciais da cidade, se apropriam dos vetores de fluxo e da rua propriamente, tomando partido das relações já pertencentes às dinâmicas destas regiões. Contudo, promovem maior permanência de pessoas na região não apenas para compras, mas também para o consumo de alimentos preparados, e passam a ser consideradas atividades de lazer.

As feiras sediadas em condomínios residenciais fechados são realizadas em sua maioria, nas periferias da cidade, regiões afastadas do centro. No entanto, apresentam maiores opções de alimentos preparados para consumo no local e revenda de produtos. Logo, constituem um fenômeno distinto das feiras livres, pois criam uma realidade paralela dentro dos condomínios, ao passo que não permitem o livre acesso de toda a população da cidade. Os frequentadores são apenas os moradores dos condomínios, de mesmo nível de renda e hábitos similares.

Observa-se que os bairros designados pela legislação como locais estratégicos para a implementação de novas feiras livres estão, em sua maioria, nas áreas periféricas. Nessas localidades, a disponibilidade de pontos de compra é limitada, com os centros comerciais tradicionais situando-se a distâncias consideráveis e carecendo de acessibilidade adequada por meio de transporte público. Assim, a presença de feiras livres nessas áreas se revela-se de importância crucial para a estratégia alimentar da população residente.

2.5. ESPAÇO DE CONFLUÊNCIA DAS FEIRAS: DINÂMICAS COMERCIAIS, SOCIAIS E CULTURAIS

A investigação das feiras livres públicas visou aprofundar em características essenciais que impulsionam sua efetivação, bem como, elementos que possam estar prejudicando sua integridade. As feiras são iniciativas intrinsecamente voltadas para a comunidade, se configurando como uma ação da população para a própria população. Nesse contexto, os estudos desses espaços comerciais dinâmicos desenvolvem elementos que propiciam sua vitalidade, bem como, reconhecem e compreendem as necessidades iminentes que emergem em cada realidade.

Para o aprofundamento nas dinâmicas das feiras livres, se buscou compreender de maneira crítica os processos históricos de cada localidade, além de realizar um levantamento de campo, utilizando o método de observação participante. Os aspectos levantados foram: contexto histórico da região onde estão inseridas; levantamento das legislações vigentes; levantamento fotográfico; levantamento de usos e das dinâmicas dos espaços que sediam as feiras, tanto nos dias em que ocorrem, quanto nos demais dias da semana; meios de acesso; transporte público; produtos comercializados; códigos

de condutas implícitos; relação cidade-feira; grupos ativos em cada localidade, entre outros.

Por fim, se realizou uma análise comparativa, para identificar atributos comuns das feiras livres.

2.5.1. A FEIRA DO SÃO BENEDITO

A feira livre do São Benedito ocorre em uma praça de mesmo nome na região central do município, mobilizando também a via em seu entorno e os edifícios próximos, se valendo dos fluxos da área e transformando as dinâmicas da região em seus dias de atividade. Desta forma, a sua realização se dá num espaço de convívio e de significado para a população, semanalmente, nas manhãs de sábado, num espaço que já é comercialmente bastante ativo.

No contexto brasileiro, desde o início da urbanização das cidades, os edifícios das igrejas católicas tiveram papel relevante no contexto de formação territorial, social e cultural. A instituição atrai usos para seu entorno, como comércios, serviços, habitações e eventos que promovem cidadania, aproximando as pessoas e se constituindo como um ponto focal.

A igreja de São Benedito é um espaço relevante para a cultura negra no município, pois aos “negros eram destinadas as missas na Irmandade de São Benedito, criada em 1855, até que sua participação passou a ser recriminada e foi extinta em 1884” (SANTOS, 2000, p.60). Apesar de extinta a irmandade, a comunidade ainda se reconhecia no espaço e, segundo Castro e Magalhães (2020), deram início aos quilombos na região. A praça, por sua vez, acolhia eventos típicos da cultura trazida pelos escravizados, como a Umbigada e o Tambu (Figuras 36 e 37):

O Tambu tem origem nos povos Bantus, que são ali da região de Angola, é um povo que eles curtiam muito o tambor. O tambor é considerado como um santo, uma entidade para eles, por que tudo gira em torno dele, ele que produz a energia” (Daniel Moi, Vídeo Danças Afro-brasileiras na Cidade de Rio Claro: O Batuque de Umbigada e a Congada de São Benedito – Portal Memória Viva)

As práticas trouxeram significado para a enorme figueira branca centenária que havia na praça (Figura 3) até 2015, quando foi removida pela municipalidade (Figura 4),

depois de muita resistência por parte do movimento negro, que tinha apreço pelo local (FARIA, 2011 apud CAMPOY, 2021). Hoje, pedaços desta árvore estão em exposição no museu municipal, como forma de manter a memória viva desses grupos étnicos.

Figuras 36 e 37. Local da feira do São Benedito ocupado pelas atividades da Umbigada e do Tambu.



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó” e Grupo Batuque de Umbigada (imagem disponível no Instagram do grupo).



Figura 38: Antiga figueira branca na Praça de São Benedito.

Fonte: Reprodução/EPTV.



Figura 39: Remoção da figueira pela municipalidade.

Fonte: Prefeitura de Rio Claro, 2015.

No caso da feira não foi diferente, ela se fixou estrategicamente junto à praça (Figura 40), usufruindo das vias para a localização das barracas e inicialmente mobilizou a Avenida 13, onde até hoje se mantém a atividade, e que no passado se estendia em forma de “L” até a Rua 10 (Figura 41).

Figura 40: Vista da Feira Livre do São Benedito, com perspectiva da Rua 9 para a Avenida 13.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 41: Feira do Largo de São Benedito, com perspectiva da Rua 10 sentido Avenida 15.

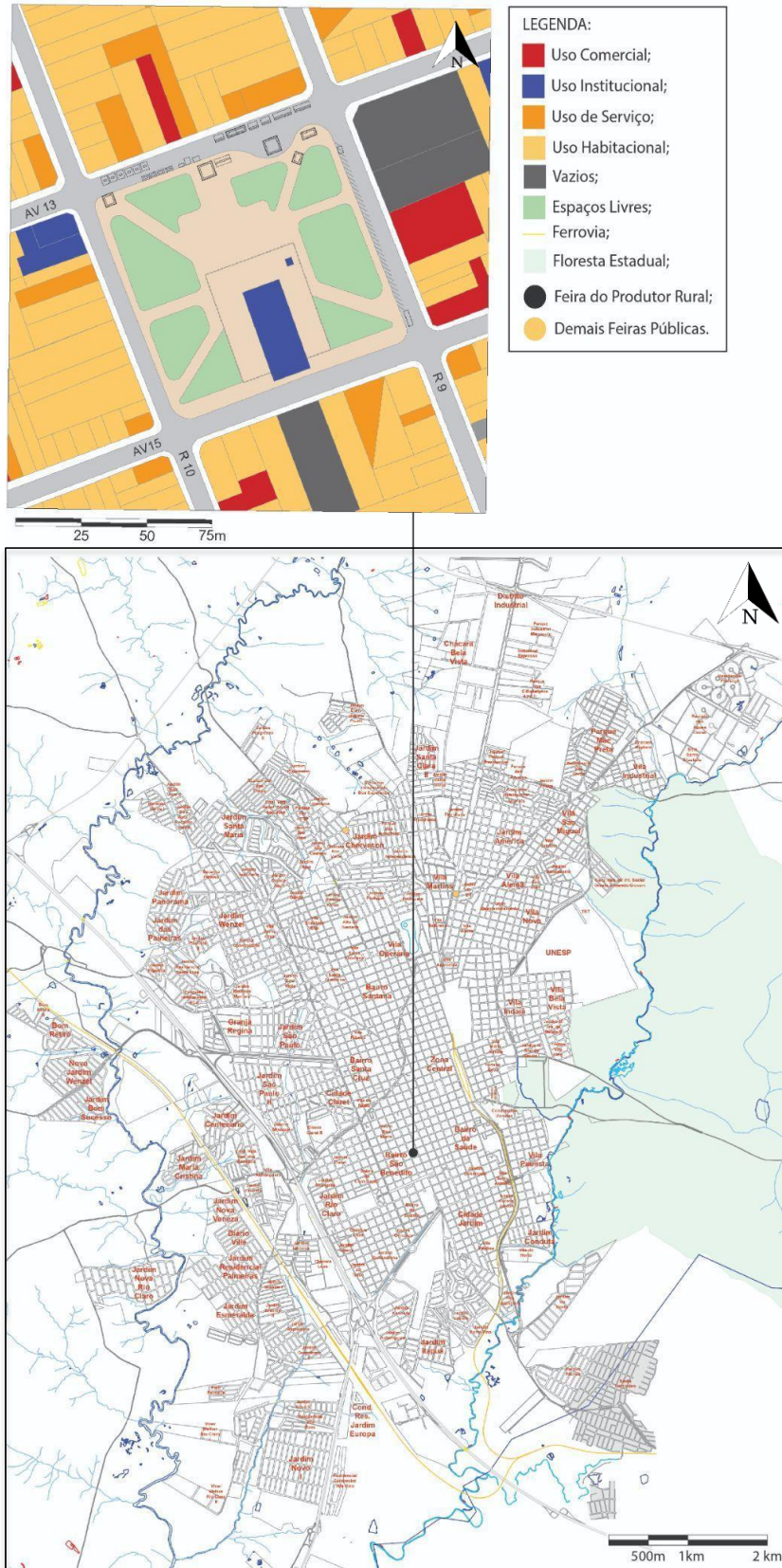


Feira do Largo de São Benedito - Rua 10 com Avenida 13.

Fonte: Desconhecida, s/data.

Atualmente, a feira do São Benedito é a mais antiga do município, a qual resistiu, diferentemente de outras feiras também da região central que foram extintas. A atividade é favorecida por sua localização central e por estar em vias coletoras, em rotas de grande fluxo de veículos da cidade, atraindo frequentadores das mais diversas áreas. Soma-se ao significado do local para a população, que mantém ativa a identidade e a memória do local, reforçadas pelos vínculos construídos no território pela população que à mantém viva.

Figura 42: Implantação da Feira Livre do São Benedito (acima) e localização na malha urbana de Rio Claro (abaixo).

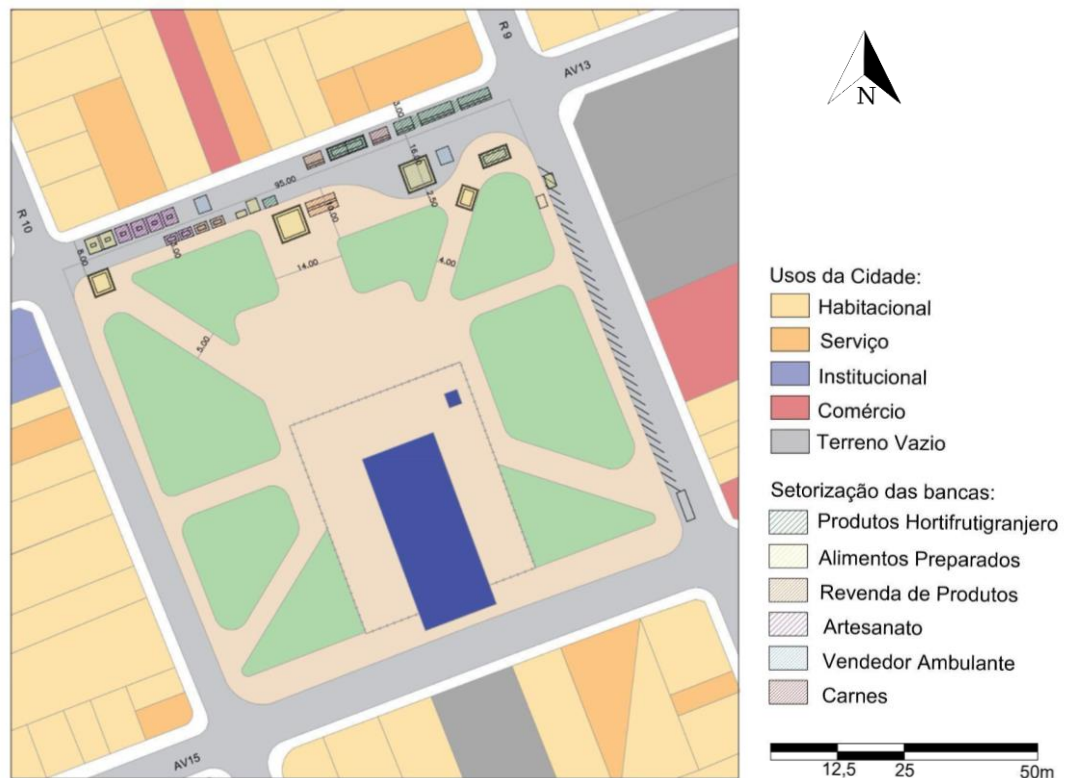


Fonte: Produzido pela autora, 2023.

A feira também é um ponto relevante de exposição de produtos para viabilizar outros negócios. Um dos antigos feirantes (interlocutor 1)⁵ relatou que trabalha na feira desde seus 10 anos, por ser um trabalho em família que se tornou tradição, que inclui a participação de irmãos e primos. Afirmou que, apesar da extinção de muitas feiras (Tabela 3) em que expunha, surgiram novas demandas, e hoje, além de expor na Feira do São Benedito ele também estendeu suas vendas para o Programa de Aquisição Alimentar (PAA), para restaurantes e supermercados do município.

Por estar próxima do centro tradicional do município, há muitas atividades que são realizadas na região, no entanto, a área também é próxima de bairros que apresentam zoneamento predominantemente residencial. Os frequentadores, por sua vez, são atraídos tanto pela oferta de produtos com possibilidade de negociação de preços, quanto pela experiência de convívio e de consumo de alimentos preparados no local, como pastéis, pamonhas, caldo-de-cana, entre outros.

Figura 43: Distribuição das barracas que compõem a Feira livre do Cervezão no espaço.



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

⁵ O interlocutor 1 é um feirante do segmento hortifrutigranjeiro, comercializa na feira legumes e verduras que produz em seu sítio na área rural norte do município.



Figura 44: Feirantes hortifrutigranjeiros.
Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 45: À esquerda, local da antiga Figueira branca. Fonte: Acervo da Autora, 2023.



Figura 46: Banca do setor hortifrutigranjeiros.
Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 47: A direita, *Food Truck* com venda de alimentos preparados para consumo no local.
Fonte: Acervo da Autora, 2023.



Figura 48: Corredor principal conformado pelas barracas da feira na Av. 13.
Fonte: Acervo da Autora, 2023.

Se valendo deste movimento, há grupos ativos na sociedade que se colocam na feira para a promoção de suas atividades, como exemplo, em período eleitoral, em que a feira se torna local de campanha de candidatos. Outro exemplo é a utilização do espaço por ONGs (Figura 49), que organizam bazares de roupas na feira para arrecadação de dinheiro para manter sua atividade. A feira, por ser um local acolhedor, acolhe pessoas que expressam sua cultura através da música, recebendo dinheiro de

peças que apreciam sua arte (Figura 50). Ainda que a feira compartilhe o uso do local com a igreja, nos dias de atividade não há movimentação na instituição (Figura 51).



Figura 49: Bazar organizado por ONGs. Fonte: Acervo da Autora, 2023.



Figura 50: Músico se apresentando. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 51: Igreja São Benedito fechada em dia de feira. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Por sua vez, o perfil dos comerciantes desta feira se divide em 6 segmentos principais: hortifrutigranjeiro, carnes, alimentos preparados para consumo no local, artesanatos, revenda de produtos e comércio ambulante. Os feirantes do setor hortifrutigranjeiro (Figura 52) são produtores locais que comercializam verduras, legumes, frutas e ovos, ou seja, é o segmento mais tradicional desta feira, com os feirantes mais antigos e comércio realizado por mais de uma geração. A comercialização de carnes na feira, por sua vez, caiu com o passar dos tempos, em decorrência da venda facilitada em supermercados e açougues, no entanto, nesta feira há um feirante que trabalha com este produto (Figura 53), produzindo linguiças artesanais, carne suína, bovina, e revendendo peixes. A atuação do segmento de

alimentos preparados (Figura 54), se caracteriza pela venda de comidas para consumo no local, distribuídos pela praça e pela Avenida 13, em barracas e vendas por food trucks (Figura 47), gerando a permanência do público da feira no recinto. Os artesãos (Figura 55), comercializam peças de costura, acessórios, peças em crochet e tricô, e itens artesanais variados. A revenda de cosméticos, cachaças, queijos, doces, entre outros artigos, ocorre em cerca de 5 barracas (Figura 56). E, por fim, o comércio ambulante (Figura 57) se caracteriza pela revenda de produtos variados e se valem do fluxo de pessoas que circulam pelo local.



Figura 52: Produtores do setor hortifrutigranjeiro.
Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 53: Feirante que comercializa carnes.
Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 54: Feirantes do setor de alimentos preparados. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 55: Feirantes que comercializam artesanato. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 56: Revenda de produtos.
Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 57: Vendedores ambulantes.
Fonte: Acervo da autora, 2023

A situação de tradição familiar apenas é impossibilitada quando se interrompe o ciclo de sucessão, como foi possível constatar no relato de um dos feirantes (interlocutor 2)⁶ cuja família comercializava produtos naturais produzidos em um sítio próprio na zona rural da cidade. Com a popularização de sua atividade comercial acabou se estabelecendo num ponto fixo do comércio de rua, mas seguiu com a comercialização de seus produtos nas feiras até que se aposentou e não havia mais quem desse continuidade ao trabalho.

Por outra perspectiva, a feira desempenha um papel significativo como uma forma de complementação de renda familiar para alguns feirantes. Esta dinâmica evidencia a versatilidade das feiras como espaços que transcendem seu papel tradicional de comércio, assumindo também uma função socioeconômica crucial. Um feirante produtor (interlocutor 3)⁷ afirmou que por mais de 30 anos teve a feira como um segundo trabalho, onde conseguia conciliar apenas aos finais de semana, no entanto, quando se aposentou logo foi incluído nos negócios familiares e passou a contribuir integralmente para a produção e comercialização para a atividade. Portanto, a feira emerge como um ambiente dinâmico que promove a circulação de bens e serviços, e funciona como estratégia de subsistência de famílias, proporcionando uma fonte adicional e flexível de ganhos.

⁶ A família do interlocutor 2 era comerciante na feira e produtora no ramo da agropecuária.

⁷ O interlocutor 3 é feirante e produtor do ramo hortifrutigranjeiro, onde expõe semanalmente nas feiras do São Benedito e do Cervezão, narra que não comercializa em demais áreas pois sua rotatividade de produção não comporta outros eventos simultâneos.

A dinâmica da feira é influenciada por uma série de condutas, incluindo o respeito à área designada para cada banca e a abordagem na captação de clientes. Além disso, a interação com a vizinhança é crucial, especialmente considerando que alguns edifícios próximos à Avenida 13 têm restrições de acesso para veículos durante o período da feira (Figura 58). As bancas com produtos similares são dispostas próximas umas das outras (Figura 59), estabelecendo uma dinâmica própria nos fluxos da feira.



Figura 58: Relação da vizinhança com a feira. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 59: Bancas de artesanato próximas. Fonte: Acervo da autora, 2023.

A atividade atrai serviços informais, como os "flanelinhas", que atuam na área para estacionamento de veículos particulares em terrenos ociosos, edifícios abandonados e na própria rua (Figura 60). Em contrapartida, outro aspecto considerável é a regularidade com que a polícia se apresenta no ambiente da feira, de certa maneira, buscando vigiar o espaço (Figura 61).

Figura 60: Área de estacionamento e "flanelinha".



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 61: Guarda Cível na feira.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Quanto à organização espacial do recinto, as áreas de permanência são distribuídas predominantemente em áreas sombreadas da praça (Figura 62 e 63), apartadas do fluxo principal (Figura 64) e próxima das bancas de alimentos preparados. Em contrapartida, como já citado, a dinâmica e os movimentos gerados aos sábados são pouco influenciadas pelo edifício institucional da igreja, que não se integra à feira durante sua realização (Figura 51).

Figura 62 e 63: Área de permanência próxima a bancas de alimentos preparados para consumo no local.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 64: Corredor de barracas criado pela feira.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

As estratégias de captação de clientes consistem em: variedade de formas de pagamento; aluguel de atrações infantis em datas específicas (Figura 65); busca de acolhimento aos usuários, oferecendo alguns confortos como assentos para permanência e sombreamento por lonas (Figuras 67 e 68).



Figura 65: Atração infantil em datas especiais. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 66: Delimitação da área de trabalho dos feirantes. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 67 e 68: Receptividade da feira. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Os feirantes, por sua vez, utilizam as barracas para expor seus produtos, por meio de dispositivos desmontáveis, alguns feitos de estruturas metálicas cobertas por lonas, os produtos são dispostos em tabuleiros apoiados por cavaletes - estes em geral são feitos sob demanda para a atividade da feira (Figuras 69 e 70); outras barracas são pré-fabricadas, feitas com estrutura metálica, sendo posteriormente adaptadas a cada tipo de produto comercializado (Figuras 49 e 55).

A delimitação do espaço de trabalho das bancas do fluxo de fregueses é realizada por meio dos tabuleiros de exposição de produtos, dos caixotes e pelos próprios veículos dos feirantes (Figura 69 e 70), facilitando o processo de montagem e desmontagem das estruturas. (Figura 71).

Figuras 69 e 70: Delimitação da área de trabalho dos feirantes.



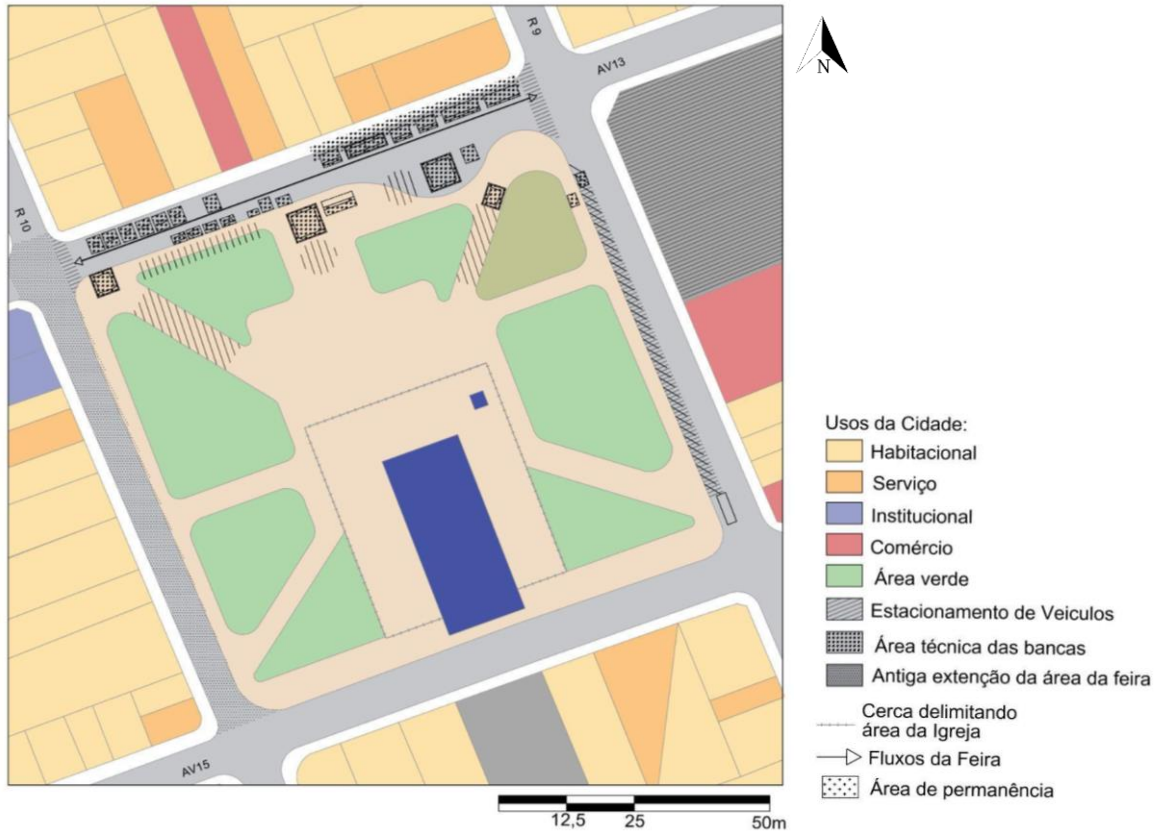
Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 71: Desmontagem das bancas de exposição de produtos hortifrutigranjeiros.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 72: Síntese da Feira Livre do São Benedito.



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

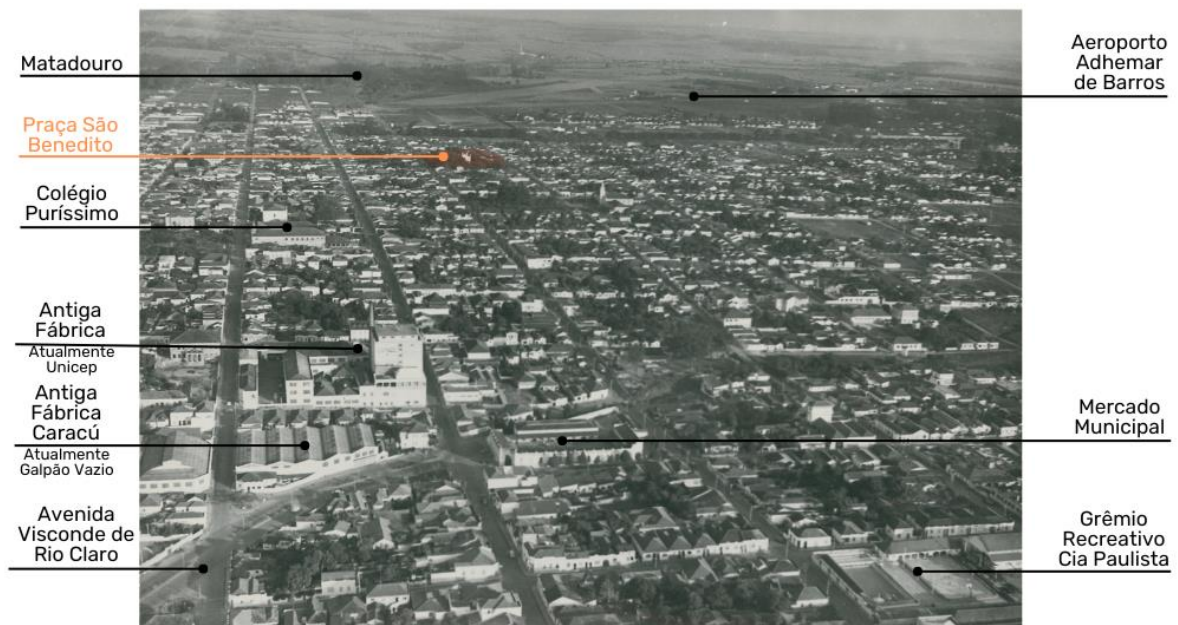
Figura 73: Igreja de São Benedito fechada durante a realização da feira.



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

A área está a 700m do perímetro tombado do centro e a 1500 m da estação ferroviária, onde atualmente também funciona o terminal de ônibus. Em decorrência da inserção da atividade na região central da cidade, nota-se que em um raio de 500 metros da feira o transporte público atende a diversos bairros do município, inclusive na periferia e em outras cidades da região, como Piracicaba, Santa Gertrudes, Cordeirópolis e Limeira. Isso possibilita a abrangência da feira numa escala mais ampla, para além do bairro.

Figura 74: Contexto de inserção na feira do São Benedito na malha urbana de Rio Claro.



Fonte: IBGE, final do século XX, alterado pela autora, 2023.

A maioria dos produtores desta feira tem sua área de produção na zona rural, no norte do município, de onde se deslocam para a atividade. No entanto, se comparada com as outras duas feiras estudadas, o acesso dos feirantes que vêm da área rural é dificultado pela distância, e na hora do encerramento da atividade é marcada pelo significativo congestionamento da área central.

O mercado imobiliário, por sua vez, dispõe de alguns terrenos vazios próximo a área da feira em espera de valorização. Na própria esquina da Rua 9 com a Avenida 13 há uma sequência de prédios e lotes vazios que servem de estacionamento. Isso ocorre porque na região há uma grande gama de equipamentos institucionais, comerciais e de serviços, os quais atraem fluxos diariamente para a área. Aos sábados, dia de realização da feira, o movimento é ainda maior, visto que é um dos poucos dias livres para muitos trabalhadores realizarem suas atividades na área

central. Contudo, para além da feira complementar o abastecimento de produtos, ela reforça a identidade/complementaridade da natureza dos espaços de encontros e convivência, se legitimando principalmente pelas relações sociais criadas.

Figura 75: Mapa de uso do solo do entorno da Feira de São Benedito.



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

A própria praça atrai atividades coletivas para o seu entorno nos dias de missas da igreja católica, em dias de feira e diariamente com um *food truck* de lanche (Figura 76), pelas atividades comerciais e de serviços nas proximidades, pelo parquinho

adaptado pela própria comunidade (Figura 77) e uso da praça pelos bares como extensão de suas áreas (Figura 78).



Figura 76: Presença da guarda civil na feira. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 77: Área de permanência. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 78: Vista da área no período em que não ocorre a feira. Fonte: Produzido pela autora, 2023.

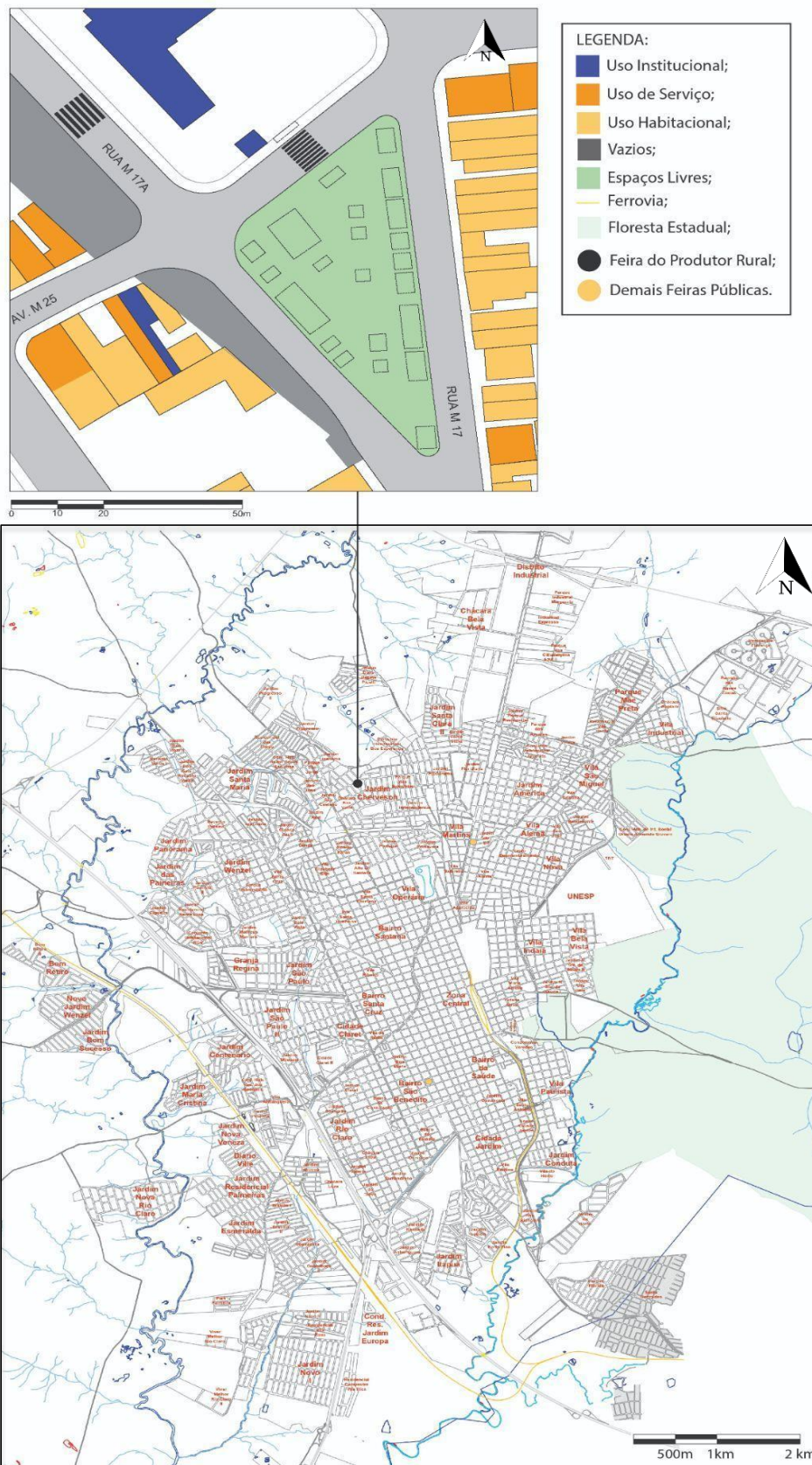
Conforme dito, a feira do São Benedito ocorre em um contexto de grande movimento, atraindo moradores de várias partes da cidade, tornando-se um lugar de encontro regional. Além disso, a feira desempenha um papel essencial na economia dos pequenos produtores locais. Contudo, apesar de muitos de seus feirantes serem idosos e não contarem com pessoas da família para dar continuidade ao comércio, e de ter mudado suas características ao longo dos anos para atender a novos perfis de consumidores, ela segue resiliente.

2.5.2. A FEIRA LIVRE DO CERVEZÃO

A feira livre do Cervezão ocorre em um espaço público pouco equipado para atividades coletivas, em um território periférico com características típicas de urbanização em processo, cercado por muros de terrenos vazios e sem nenhum atrativo para permanência. Desta maneira, a realização da feira conforma um espaço de convívio importante para os bairros do entorno. Realizada pela manhã, aos domingos, com frequência semanal, é caracterizada por compor uma paisagem típica da periferia do interior paulista. No entanto, apesar de efêmera, contribui para o desenvolvimento da economia e da identidade local, que andam na contramão das práticas generalistas e globalizadas evidenciadas nos processos comerciais da região metropolitana em que está inserida.

Mesmo com as questões regionais de desenvolvimento do circuito superior serem latentes na região, a situação de abastecimento na escala local em Rio Claro, segundo Sydenstricker, da Rocha, e Hakkert (1985), enfrentou uma dicotomia, pois as ofertas de estabelecimentos com foco no abastecimento alimentar, em números absolutos, se destacavam diante da média do estado. No entanto, as distribuições territoriais desses comércios eram desiguais, e regiões periféricas e mais pobres não tinham o abastecimento necessário e acessível para toda a população. Através de estudos socioeconômicos, a localidade do Cervezão foi colocada em pauta nas propostas de desenvolvimento por haver uma grande demanda de abastecimento, em decorrência do adensamento habitacional expoente no final da década de 1960, causado pela implantação do distrito industrial norte no município. Dentre as propostas desenvolvidas, houve a recomendação de implantação de feiras voltadas para a exposição de produtores locais em bairros populares, visando suprir o déficit de abastecimento e fortalecer a economia local, e a “viabilização, a médio prazo, de uma forma mais estável e permanente, para o atendimento de áreas como Cervezão [...]” (SYDENSTRICKER, DA ROCHA, e HAKKERT, 1985, p.85).

Figura 79: Implantação da Feira Livre do Cervezão (à esquerda) e localização na malha urbana de Rio Claro (à direita).



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

Em contrapartida, segundo Machado (2012), com o desenvolvimento industrial, foram criadas alternativas pela iniciativa privada, para atender parte das demandas de abastecimento, voltada para os trabalhadores da indústria, onde foi criado o Centro de Abastecimento, que recebia subsídio do Serviço Social da Indústria (SESI). Esta iniciativa tirou parte significativa do fluxo de vendas garantidas dos produtores e mercadores locais, e se tornou “motivo de muitas críticas por parte dos comerciantes que atuavam no ramo de alimentação. Por conta desse subsídio, os preços praticados nesses Centros de Abastecimentos eram menores, tornando a concorrência com os comerciantes do ramo desleal.” (MACHADO, 2012, p.48).

Os feirantes, por sua vez, continuaram o compromisso de sediar a feira na localidade do Cervezão, e gradualmente foram se adaptando às mudanças socioespaciais e as necessidades dos usuários. Parte significativa dos produtores hortifrutigranjeiros que vendem na feira do Cervezão possuem propriedades na área rural do município, possibilitando, para além da concorrência com o comércio formal, a possibilidade de negociação de preços, fornecimento de produtos orgânicos que são pouco encontrados nos comércios, e a venda de produtos variados. Além disso, complementam o abastecimento da região ofertando produtos alinhados com as demandas locais.

Figuras 80 e 81: Vistas da Feira Livre do Cervezão.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 82: Vista da Feira Livre do Cervezão.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Atualmente, a Feira do Cervezão é a única feira pública localizada na região periférica que resistiu às dinâmicas urbanas globalizadoras no município, expressas pela presença de equipamentos relacionados aos circuitos maiores (hipermercados, shoppings etc.). Transformou-se em um local que é representado pela diversidade que se reflete no território, fortalecendo as relações de vizinhança, atendendo tanto a população do próprio bairro, quanto de todo o conglomerado da região do Grande Cervezão, que se caracteriza por uma porção de aproximadamente 20 bairros localizados no setor norte da cidade de Rio Claro.

Contudo, para além de um local de compras, a feira promove encontros, marcando o cotidiano de quem esporadicamente sai do bairro para vivenciar um espaço de coletividade e representatividade. A experiência da vivência da feira extrapola a vizinhança, portanto, se torna um espaço com significado singular para as pessoas, principalmente para crianças, adolescentes e para os que não conhecem a vida para além da realidade do bairro e não têm acesso a outras vivências.

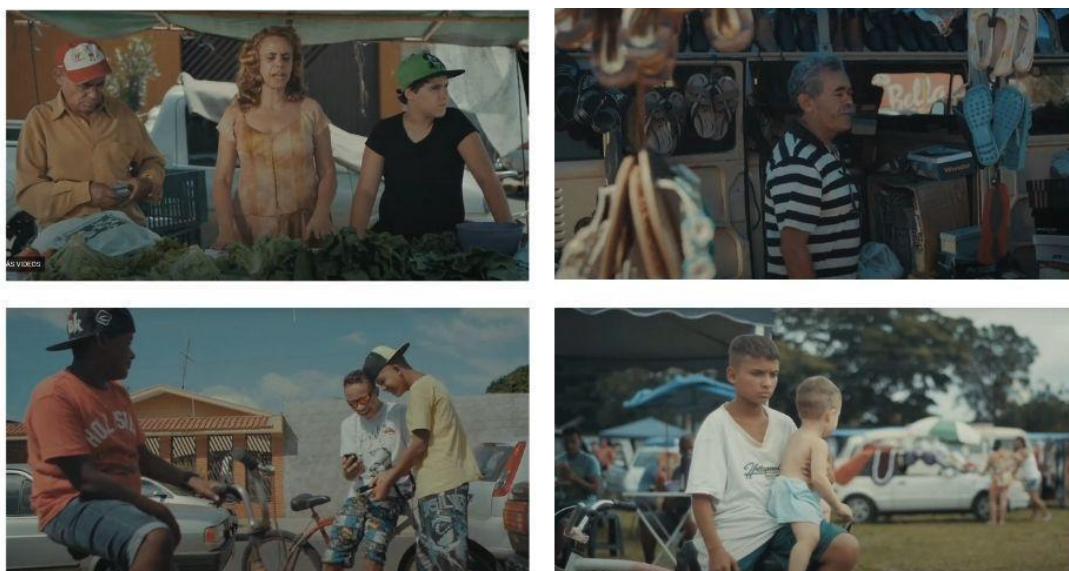
Figura 83: Distribuição das barracas que compõem a Feira livre do Cervezão no espaço.



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

Esse fato se evidenciou no curta metragem *Command Action* (2015) (Figuras 84 à 87), em que a feira foi tomada como cenário, e a narração se deu a partir do interior da feira, captando a atmosfera da diversidade que a periferia proporciona para este ambiente, bem como, os sentimentos, sons, histórias cruzadas, a forma de atrair clientes pelos feirantes, a relação dos feirantes com os fregueses e a paisagem onde está inserida. Aclamado pela crítica, o curta metragem foi produzido a partir da perspectiva de quem viveu a experiência da periferia e acompanhou de perto a realidade do trabalho dos feirantes numa feira livre do interior, registrando as relações sociais que se dão no território e são evidências neste ambiente.

Figuras 84, 85, 86 e 87: Cenas do curta-metragem produzido na Feira do Cervezão.



Fonte: <https://www.jornalcidade.net/rc/curta-feito-na-feira-cervezao-vai-para-cannes/17404/>

No espaço onde ocorre a feira há a presença de diversos grupos ativos da sociedade, desde os representantes das comunidades de cunho religioso, que vão à feira para pregar sua fé, seja através de caixas de som para alcançar o máximo de pessoas possíveis (Figura 88), ou através de cartazes e abordagem mais seletivas e discretas (Figura 89). É também um local estratégico em períodos eleitorais, onde grupos de partidos políticos montam seus esquemas de propaganda pelo forte apelo popular do recinto.

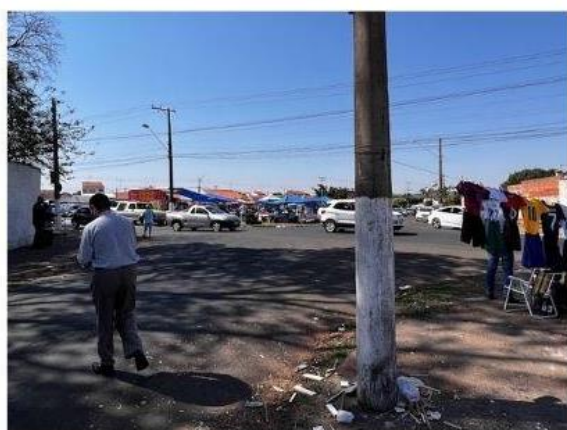


Figura 88: Pastor pregando a palavra na feira. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 89: Cartazes para abordagem de pessoas na feira. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Por sua vez, o perfil de vendedores desta feira, em geral, é identificado por dois segmentos de vendas: os feirantes e os ambulantes. Os feirantes são caracterizados

pelas barracas de produtores hortifrutigranjeiros (Figura 90), de alimentos preparados (Figura 91), consideradas pelos frequentadores as mais tradicionais da Feira do Cervezão. Por sua vez, a atuação dos ambulantes se caracteriza pela implantação de barracas como *food trucks* (Figura 92), venda de cosméticos, sapatos, camisetas, réplicas de objetos, brinquedos (Figura 93), e até mesmo de atividades para atrair mais o público, como brinquedos infantis para uso no local da feira (Figura 94). Os ambulantes são os mesmos que atuam por toda a cidade e que, neste caso, são atraídos pelo fluxo de pessoas.



Figura 90: Banca de produtores hortifrutigranjeiros.
Fonte: Acervo da autora, 2023



Figura 91: Banca de alimentos para consumo no local. Fonte: Acervo da autora, 2023



Figura 92: *Food Truck*.
Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 93: Vendedores ambulantes.
Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 94: Atração para o público infantil.

Fonte: Acervo da autora, 2023.

Portanto, as dinâmicas locais são reveladas principalmente pelas relações coletivas, verbais e não verbais, expandidas pela atmosfera da feira, evidenciando outros recursos de comunicação social. Constrói-se um código de postura no espaço de apropriação deste mercado ao ar livre, tanto por parte dos feirantes com os próprios colegas de ofício, quanto com os frequentadores. Os protocolos informais são evidenciados pela rotina da feira, portanto, são maneiras de lidar com as situações típicas do cotidiano, como regras para estacionar, para fixar as barracas deixando espaços para circulação, posição de cada setor produtivo, procurando visibilizar os produtos oferecidos.

A situação mais evidente é quanto às relações proporcionadas entre os indivíduos no espaço, tanto no esforço para atrair clientes e no modo mais informal e pessoal de lidar com a freguesia, quanto na própria relação entre os feirantes, que por mais que possam comercializar produtos similares, não estabelecem uma relação pela concorrência e sim de cooperação, pelas vantagens da proximidade. Quanto aos preços, estes não são estabelecidos de forma fixa, sendo objeto de negociação entre os feirantes e os consumidores, a depender das demandas e horários das compras, que, como se sabe, decaem quanto mais se aproxima o final da feira.



Figura 95: Feirante de carnes e freguês. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 96: Espaço de sociabilidade. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 97: Comercialização de animais vivos. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 98: Banca de Hortifruti. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 99: Fluxos proporcionados pela feira. Fonte: Acervo da autora, 2023.

A configuração espacial das barracas também faz parte das regras implícitas do espaço. A partir dos setores já citados, as áreas são divididas em três segmentos: feirantes com exposição de produtos, consumo de alimentos preparados e vendedores ambulantes. As barracas que são mais antigas e que apresentam uma regularidade nos dias de exposição, são distribuídas da mesma forma todas as semanas, os tipos de produtos comercializados tendem a se agrupar, e a revenda de alimentos preparados criam espaços de permanência para consumo no local. Estas atividades tendem a ocupar a área externa do terreno da feira, onde conseguem posicionar os veículos que funcionam como apoio às suas atividades. Apenas os vendedores ambulantes não apresentam uma regularidade nos dias de exposição e um lugar fixo, se concentrando no centro do terreno, seguindo a lógica dos fluxos e de percurso do espaço.

A ordem de chegada, saída, montagem e desmontagem das estruturas também funciona por acordos entre os feirantes, seguindo o fluxo de veículos que comportam as vias para escoamento, bem como o tempo de preparação, chegada e saída de cada barraca.

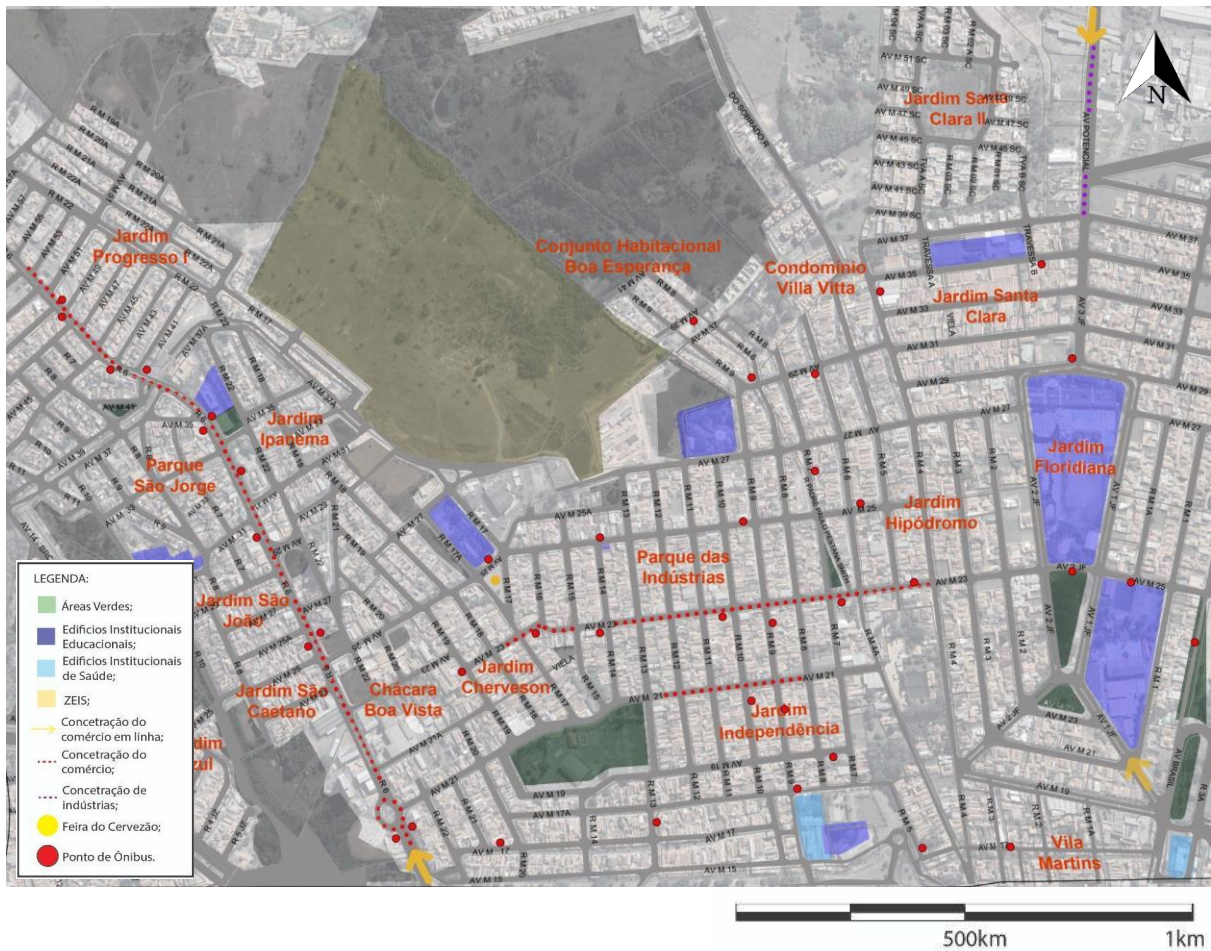
Figura 100: Síntese do espaço da Feira livre do Cervezão.



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

Pela perspectiva formal, a legislação vigente da feira do Cervezão se enquadra na lei Municipal nº524 de 1957, e tem como órgão governamental de apoio a Secretaria Municipal de Agricultura. No entanto, a lei é muito vaga e se por um lado permite adaptações ao ambiente da feira, por outro, não garante estabilidade para a atividade, pois não há um controle de extensão da feira, nem do impacto na urbanização.

Figura 101: Área do Grande Cervezão.



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

Na escala de abrangência do Grande Cervezão, a área onde se realiza a feira é classificada por zonas. Há a Zona de Uso Diversificado (ZUD), que permite uma ampla possibilidade de usos residenciais, não residenciais e mistos, de baixo e médio potenciais de incomodidade. Algumas áreas vazias têm usos específicos previstos, como é o caso da área destinada para Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), caracterizada por áreas para implantação de novos empreendimentos Habitacionais de Interesse Social (HIS), bem como pela existência de assentamentos consolidados de maneira irregular, com intervenções do Poder Público ou ações de regularização fundiária e/ou construtiva. No entanto, há áreas vazias destinadas apenas para usos habitacionais, cuja legislação permite a alta densidade, sendo objetos de especulação imobiliária.

Por ser uma área com distância aproximada de 4,5 km do centro tradicional da cidade, a demanda por transportes públicos é alta. No entanto, o percurso das linhas de ônibus atinge apenas o centro e, portanto, para acessar outras áreas da cidade,

são necessários duas ou mais baldeações. A regularidade da passagem de ônibus na região é de aproximadamente 50 minutos, e nos dias de feriado e final de semana o intervalo é ainda maior, prejudicando o acesso à feira livre pelo público de outras áreas da cidade por transporte público, bem como, gerando um acúmulo de pessoas nos pontos de ônibus próximos à feira (Figura 102).

Figura 102: Ponto de ônibus em dia de feira.



Fonte: Acervo da autora, 2023

Contudo, a localização da feira na malha urbana se aproxima da área rural, no norte do município, local onde há maior número de produtores, o que lhes facilita o acesso à feira.

Figura 103: Usos do Solo Jardim Cervezão.



- ① Local da Feira do Cervezão
- ② Escola Municipal Antonio Sebastião da Silva
- ③ Subprefeitura Chervezon
- ④ 2º Polo de Ação Social e Biblioteca
- ⑤ Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil, e Guarda Civil Municipal
- ⑥ Força Tática 37º BPMI - Polícia Militar de Rio Claro
- ⑦ Complexo Lagoa Seca
- ⑧ Residencial Ipê Amarelo
- ⑨ Residencial Estellencs
- ⑩ Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)

Fonte: Produzido pela autora, 2023.

A crescente expansão urbana, somada à longa distância do centro tradicional da cidade, resultou em uma rede de comércios e serviços de baixa tecnologia, que funciona nas principais vias da região, que não chegam a ser uma via comercial mais consolidada. Permeando o interior do bairro, destacam-se alguns eixos de maior intensidade de usos de serviços e comércios na região como as Avenidas M 25, M 23 e Rua 6. (Figuras 104,105,106 e 107). Em decorrência deste movimento, há uma quantidade significativa de edifícios de uso misto e de habitações adaptadas para usos comerciais ou serviços.

Levando em consideração a Avenida M 23 e sua área adjacente, a população do Grande Cervezão tem à sua disposição cerca de 100 estabelecimentos comerciais, sendo 83 deles voltados para o comércio (JESUS, 2008). A maioria deles se localiza na Avenida M 23 [...] e na Avenida M 25. São estabelecimentos de pequeno e médio porte que visam atender principalmente à população local e outros bairros adjacentes. (MAIA, 2017, p.106)



Figura 104: Ocupação de terrenos vazios próximo a feira. Fonte: acervo da autora, 2023.



Figura 105: Av, M25, predominância de uso misto, habitações e comércio/serviço. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 106: Av. M23, concentração de comércios e serviços. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 107: Rua M13, e verticalização ao fundo. Fonte: Acervo da autora, 2023.

A valorização de uma área que antes era desapreciada, ocasionou uma mescla de condições socioeconômicas, evidenciadas através da variedade de empreendimentos no bairro, onde se encontram edificações autoconstruídas e

edifícios de um padrão mais elevado, além de casas com grandes quintais, com modo de vida mais próximo da cultura rural, mesmo em lotes de tamanho reduzido.

Figura 108: Vista Aérea do Grande Cervezão.



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

Apesar da feira estar localizada próxima a duas vias com maior concentração de comércios e serviços de baixa tecnologia, é uma área sem urbanidade, com vazios em seu entorno, com lotes à espera de valorização, conforme já dito, cenário típico de área periférica do interior paulista. O terreno onde esta feira ocorre, não possui edificações em seu entorno formando uma fachada contínua, por isso, o aspecto não é de praça (Figuras 109, 110, 111 e 112).



Figura 109: Vista da feira na extensão da Av.M25. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 110: Vista da feira pela chegada da Rua M17. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 111: Vista da feira pela chegada da Rua M17A. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 112: Vista da feira da Rua M17A. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Porém, a feira acaba construindo, aos domingos, mesmo que de forma efêmera e às vezes improvisada, uma relação de vizinhança naquela localidade (Figuras 113, 114 e 115).



Figura 113, 114 e 115: Relações de vizinhança criada pela feira livre. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 116: Área onde ocorre a feira, fotografada em um dia em que não está ocupada.
Fonte: Acervo da autora, 2023.

O mercado imobiliário, por sua vez, identificou o potencial da região e avança com projetos e obras para a ocupação destes vazios e das extremidades da malha urbana, construindo edificações verticais voltadas para o público de classe média, chegando a torres de 17 pavimentos (Figura 117 e 118), que se destacam na paisagem predominantemente horizontal. Este movimento permite inferir que a realidade do bairro será transformada em poucos anos e pode acarretar mudanças no local onde hoje ocorre a feira.



Figura 117 e 118: Verticalização próxima à área da feira livre. Fonte: Acervo da autora, 2023.

As áreas do entorno da feira, onde hoje estão sendo construídos condomínios residenciais, já foram áreas de plantação e, de certa forma, isso é o que justifica a localização da feira, conforme relatado por um feirante (interlocutor 4)⁸, que afirmou

⁸ O interlocutor 4 é feirante do segmento de hortifrutigranjeiros, e tem sua área de produção em um sítio arrendado na área rural norte do município.

2.5.3. A FEIRA DO PRODUTOR RURAL

A Feira do Produtor Rural, também conhecida como Feira do Corujão ou Feira da Agricultura Familiar, ocorre semanalmente às terças e sextas-feiras no período noturno no Espaço Livre da Vila Martins, espaço cedido pela prefeitura que conta com estrutura equipada para atividades coletivas. O local compartilha o uso com as demais atividades relacionadas ao lazer e à cultura da cidade, como a Escola de Samba Uva e, em datas esporádicas, é palco para festas promovidas pela municipalidade, como a Festa da Cachaça e a Festa do Milho. O edifício está implantado em um território consolidado, de origem operária e com características de uso misto. No entanto, por ocorrer num espaço murado, essa feira se difere das demais abordadas nesta pesquisa, pois, o acesso da população não se dá a partir do fluxo peatonal, mas sim a partir do automóvel, por estar entre avenidas de alto fluxo. Desta forma, a realização da feira reafirma o espaço de convívio do edifício. Há uma guarita para controle de acesso ao estacionamento, dificultando o acesso ao espaço, pois este não tem nenhuma face de contato com a cidade.

Promovida pela Secretaria Municipal de Agricultura em ação conjunta com a Associação dos Produtores Familiares de Rio Claro, a atividade da feira teve início em 2012, no estacionamento a céu aberto do prédio da própria secretaria (Figuras 120 a 123). A princípio, a proposta foi reunir produtores hortifrutigranjeiros da região para comercializar seus produtos, favorecendo tanto os produtores, que passaram a dispor de mais um local para expor seus produtos, quanto a comunidade local, que teve o acesso facilitado a produtos orgânicos de qualidade, além de ampliar o número de feiras no município, que até então, só possuía feiras livres aos finais de semana. No entanto, a atividade passou a atrair outros tipos de comércio em decorrência de sua popularização, como a revenda de produtos e a comercialização de alimentos preparados, tanto para consumo no local, quanto para viagem. Com isso, o espaço inicial da feira não era mais condizente com as demandas e a intensidade dos fluxos gerados com a atividade, sendo necessária a realocação da feira para um local mais amplo.

Figura 120 e 121: Edição da Feira do Produtor da Agricultura Familiar realizada na Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Silvicultura durante o ano de 2013.



Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura de Rio Claro, 2013.

Figura 122 e 123: Edição da Feira do Produtor da Agricultura Familiar realizada na Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Silvicultura durante o ano de 2013.



Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura de Rio Claro, 2013.

Portanto, desde o ano de 2014 o Galpão da Vila Martins, também conhecido como Central de Agronegócio (Figura 124), foi o local escolhido para acolher a atividade da feira duas vezes por semana, localizado aproximadamente a 1,5 quilômetros do antigo local, que também era próximo aos eixos viários que passam pelo espaço atual (Figura 130). O edifício conta com um programa pré-concebido, ou seja, a feira se readaptou após a sua mudança ao novo espaço.

O novo local é coberto, o que permite o funcionamento da feira mesmo em dias de chuva, espaços com infraestrutura de cozinhas (Figuras 131 e 132), que acolhe os feirantes que comercializam alimentos preparados no local, guarita com seguranças (Figura 133), palco (Figura 134), e metade da área total é destinada para

estacionamento (Figura 135), onde compartilha o uso com a sede da escola de samba Uva (Figura 136).



Figura 124: Entrada do Espaço Livre da Vila Martins. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figuras 125 e 126: Bancas hortifrutigranjeiras. Fonte: Acervo da Autora, 2023.



Figura 127: Vista corredor central da Feira.
Fonte: Acervo da autora, 2023.

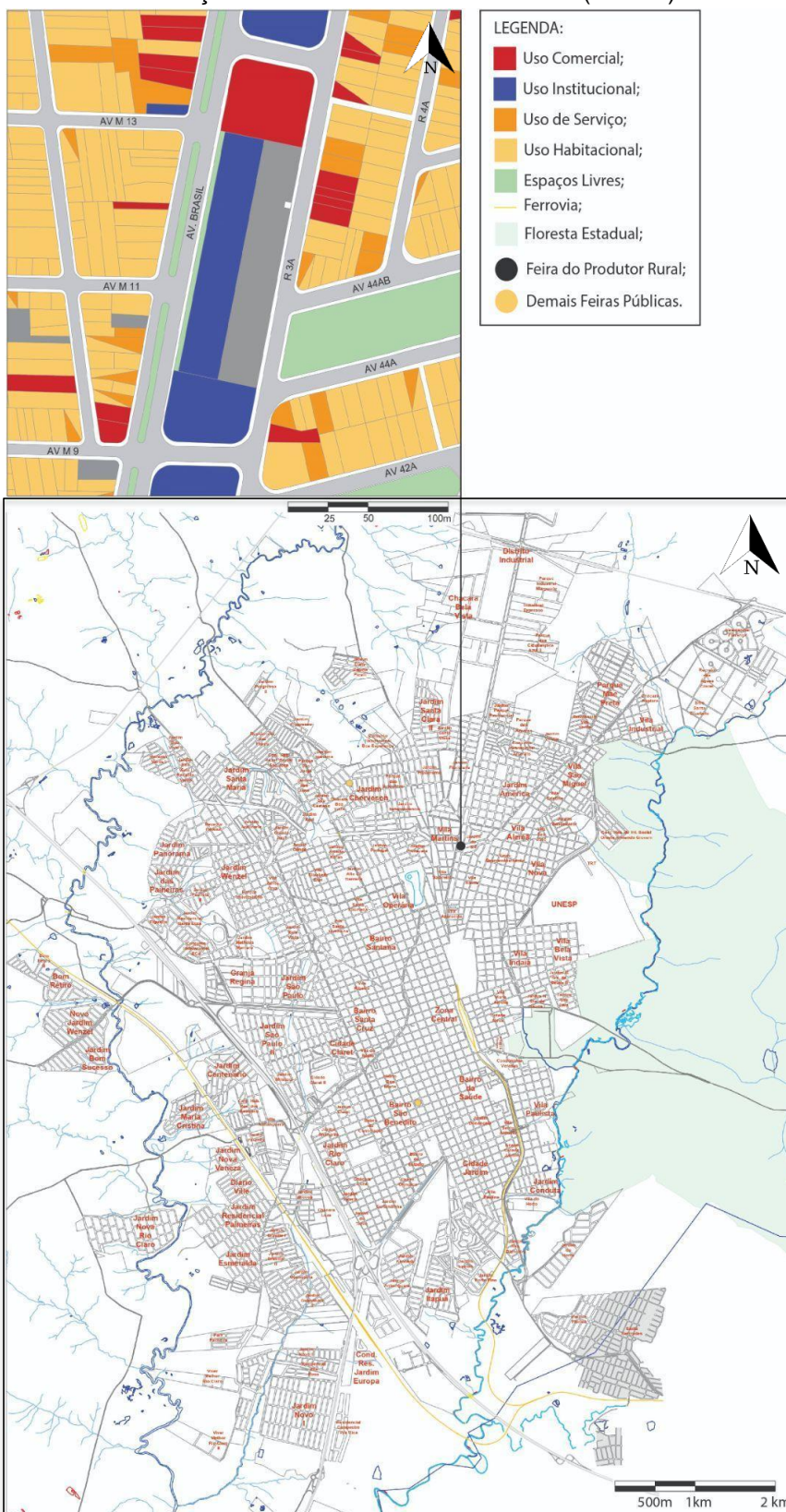


Figura 128: Bancas de artesanato.
Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 129: Disposição das bancas da feira, música ao vivo. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 130: Implantação da Feira do Produtor Rural (acima) e localização na malha urbana de Rio Claro (à baixo).



Fonte: Produzido pela autora, 2023

Em decorrência das mudanças de características do local antigo para o Espaço Livre da Vila Martins, a atividade readaptou suas formas de exposição em função do programa do edifício. Atualmente, se destaca pela variedade de ofertas de produtos alimentícios preparados (Figuras 131 e 96), desta forma os feirantes foram atraídos pelas estruturas de cozinhas dispostas no barracão, estimulando o público a permanecer mais tempo consumindo no local. A feira, com este serviço, passou a ter um caráter de espaço gastronômico.



Figura 131: Comercialização de alimentos preparados para consumo no local ao fundo, e artesanato a frente. Fonte: Jornal Cidade, 2021.



Figura 132: Comercialização de alimentos preparados para consumo no local. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 133: Guarita de Segurança na entrada do estacionamento. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 134: Música ao vivo. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 135: Área de estacionamento e feira ao fundo. Fonte: Acervo da autora, 2023.

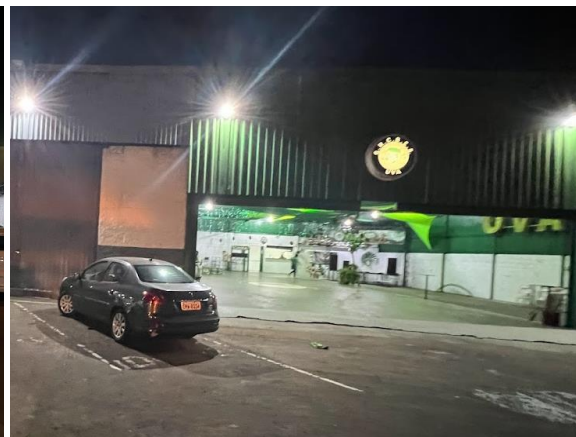


Figura 136: Sede da Escola de Samba Uva que ocupa o galpão ao lado do da feira. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Isso ficou mais evidente quando, buscando envolver mais o público, a feira passou a promover atrações, como música ao vivo (Figura 134) e a instalação de brinquedos e produtos para o público infantil (Figuras 137). Este movimento transformou o objetivo inicial da atividade, pois o espaço do Produtor Rural, que dá nome à feira, ficou em segundo plano, inclusive reduzindo os feirantes deste segmento nas barracas de exposição.

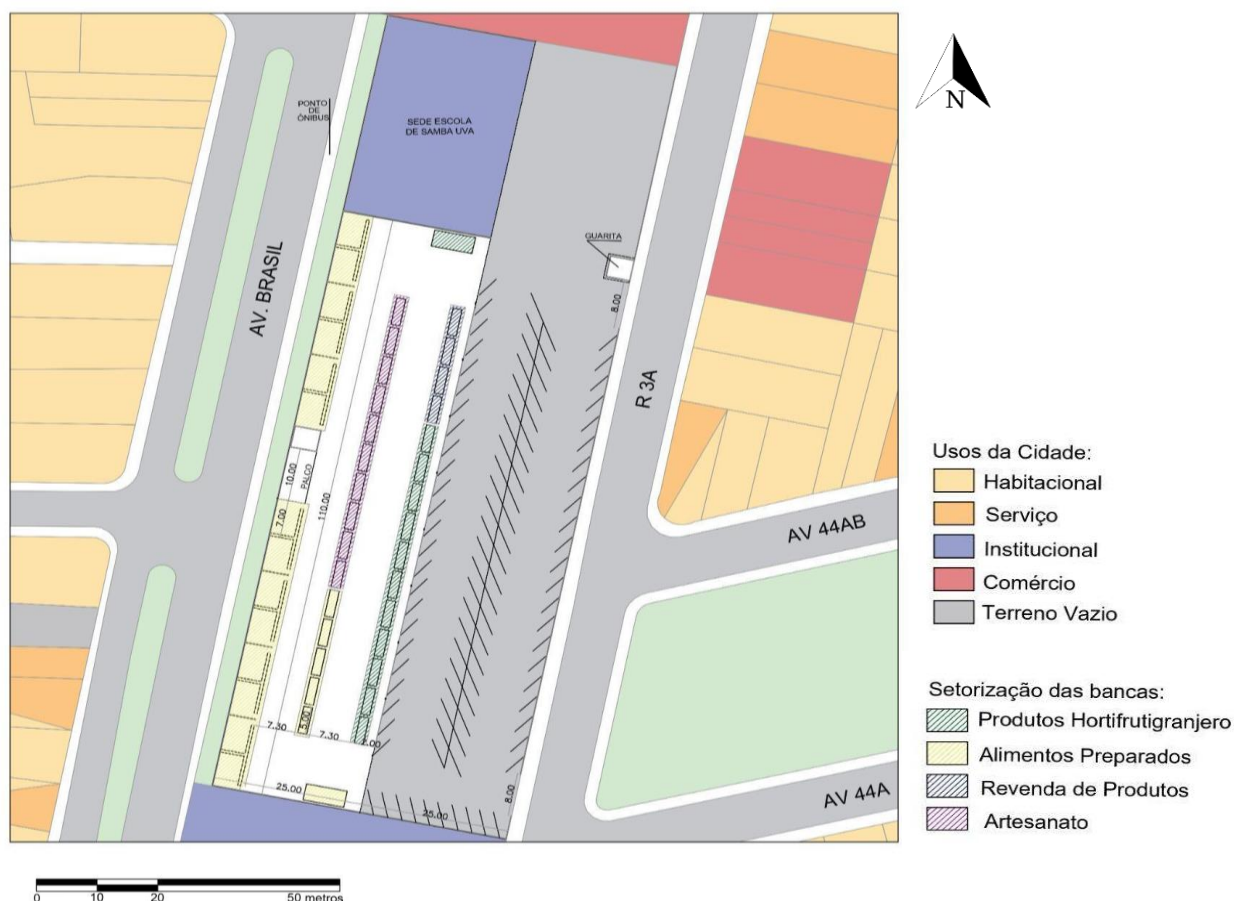


Figura 137: Atração para o público infantil. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Por outro lado, a feira atrai a população de diversos bairros da cidade. Uma pesquisa publicada no ano de 2021 relata que:

os consumidores/frequentedores da Feira Corujão direcionam-se para o recinto dos mais diferentes bairros da cidade de Rio Claro-SP. Isso nos indica que a feira já é um evento conhecido, que atrai diferentes camadas da população e que tem um impacto social e espacial no contexto municipal, articulando de forma eficaz o campo e a cidade rio-clarenses. (FERREIRA e RODRIGO, 2021, p.359; grifo da autora)

Figura 138: Distribuição das barracas na Feira do Produtor Rural no espaço.



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

A estratégia de atrair frequentadores, por sua vez, teve sucesso por 6 anos, até o início da pandemia, que reduziu o público da feira drasticamente:

A feira contava com 40 feirantes entre produtores rurais, artesãos e vendedores de alimentos preparados, recebendo entre 1000 e 1500 pessoas a cada edição. Esse número sofreu grande redução ao longo de 2020 em consequência da pandemia do Corona Vírus. Muitos dos feirantes com idade avançada deixaram de frequentar o local, bem como os consumidores. [...] o espaço da feira oferecia atividades diversas que também ficaram comprometidas e o espaço transformou-se em um local no qual se efetua uma compra rápida de hortifrutis, sem haver permanência para o consumo de outros produtos. (FERREIRA & RODRIGO, 2021, p. 349-350)

O enfrentamento da paralisação da atividade das feiras por conta da pandemia obrigou os feirantes a iniciarem uma nova forma de distribuição e venda dos produtos, conforme apontou um dos expositores (interlocutor 5)⁹, que teve que criar um serviço

⁹ O interlocutor 5 é um feirante do setor hortifrutigranjeiro, que tem sua área de produção na área rural norte do município.

de entrega semanal de cestas em domicílio, que acabou permanecendo mesmo após a retomada da realização das feiras livres.

Em uma entrevista concedida ao Jornal Cidade, mídia que relata informações de Rio Claro e região, a presidente da comissão da feira, Fernanda Ap. Spolador Vertini, relata a situação que a atividade enfrenta:

Depois da pandemia, parecia que iria voltar ao normal, durante algum tempo pós-pandemia até que dava movimento, mas de uns três meses para cá caiu drasticamente o movimento. Reduziu-se também o número de feirantes, não tendo retorno, eles não ficam, principalmente os que começaram há pouco tempo. Não tem movimento, eles pegam as coisas e não voltam mais”, [...]. Segundo a coordenação, o número de feirantes caiu de 64 para 35. (HUMMEL, C. De olho nos fatos: crise na Feira do Produtor leva famílias a pedirem ajuda. Jornal da Cidade. Rio Claro, 25 set. 2023. Disponível em: <https://www.jornalcidade.net/rc/de-olho-nos-fatos-crise-na-feira-do-produtor-leva-familias-a-pedirem-ajuda/250606/> Acesso em: 9 nov. 2023.)

O período pós-pandemia está sendo de reestruturação para essa atividade, a movimentação busca regeneração, o programa da feira procura se readaptar às novas necessidades da população, se alinhando com as demandas dos novos expositores. A organização, por sua vez, realiza a seleção dos expositores para completar o quadro de produtos fornecidos, evitando vendas de apenas uma variedade de produtos.

Em contrapartida, alguns feirantes iniciaram suas atividades após o período pandêmico, onde viram na feira potencial para conseguirem gerar uma renda. Conforme relatado por outro feirante do setor hortifrutigranjeiro (interlocutor 6)¹⁰, muitos outros feirantes, como ele, deram início às suas operações após a volta das atividades, para complementação de renda familiar, incentivados pela Secretaria Municipal de Agricultura. Destaca-se no seu relato a referência ao acolhimento que recebeu na feira, tanto pelos feirantes quanto pelos consumidores, que ainda se ressentiam do abandono da atividade por muitos feirantes que atuaram até 2020.

Os vendedores desta feira se dividem em quatro segmentos: os feirantes hortifrutigranjeiros, os artesãos, os que comercializam alimentos preparados e os que revendem produtos. Os feirantes hortifrutigranjeiros (Figura 139) são produtores locais que comercializam verduras, legumes, frutas, ovos e temperos. Os artesãos (Figura 140) comercializam produtos como tapetes, itens em costura, entre outros produtos, apesar de serem em menor número, se comparado com os outros segmentos desta

¹⁰ O interlocutor 6 iniciou suas atividades na Feira do Produtor Rural, e produz em uma chácara na área rural noroeste do município.

feira, é a que mais atrai a exposição de artesanatos das três feiras estudadas. Por sua vez, a atuação do segmento de alimentos preparados (Figura 141), como já mencionado anteriormente, se caracteriza pela venda de alimentos para consumo no local, distribuídos nas cozinhas e nos *food trucks*, na área de permanência do público da feira. Por fim, ocorre a revenda de produtos como cosméticos, cachaças, queijos, doces, entre outros artigos (Figura 142).



Figura 139: Feirantes hortifrutigranjeiros. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 140 Feirantes do setor de Artesanato. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 141: Comercialização de alimentos preparados para consumo o local. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 142: Revenda de produtos. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Com isso, buscando captar e fidelizar os clientes, os feirantes passaram a realizar o marketing da feira pelas redes sociais como Instagram (Figura 143), por meio de cartões fidelidade, em que, a cada montante de compras, o cliente ganha um benefício, com atendimento personalizado e produtos específicos, de acordo com a necessidade do freguês, privilegiando a exposição de produtos pouco conhecidos ou *in natura* para despertar a curiosidade dos clientes (Figura 144), através de promoções (Figura 145) e sorteios e negociação de preços.



Figura 143: Perfil no Instagram da Feira do Produtor Rural.
Fonte: Instagram Feira do Produtor Rural Rio Claro, 2023.



Figura 144: Produto *in natura*.
Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 145: Ofertas e promoções.
Fonte: Acervo da autora, 2023.

Por outro lado, alguns fenômenos novos começam a ganhar força neste ramo de venda direta do produtor e a partir dos recursos de exposição por meio virtual, conforme apontou um dos expositores (interlocutor 7)¹¹, que não comercializa seus produtos nas Feiras do Cervezão e do São Benedito, mas apenas em demais eventos privados, feiras restritas da região, realizadas em condomínios fechados ou fornece diretamente para os programas municipais. Segundo ele, isso se deve à vários fatores, como: o custo da infraestrutura necessária para montar as bancas em outras localidades; o perfil dos clientes; e a ausência de outras atividades que concorrem para a animação das feiras, como, por exemplo, a atividade gastronômica. Portanto,

¹¹ O interlocutor 7 é um comerciante do setor de revenda de produtos, onde vende produto como queijos e cachaças.

tais características reafirmam a diferença do perfil desta feira para as demais feiras aprofundadas nesta dissertação.

Por ser um espaço controlado, os grupos ativos da sociedade atuam de maneira mais discreta, através de venda e doação de livros religiosos (Figura 146 e 147); formando grupos de mulheres autônomas que cooperam com o trabalho umas das outras, atividade que extrapola a esfera da feira e atinge outras atividades no município; através da arte, pelo coletivo Art Muro, que a convite da Secretaria Municipal de Agricultura, grafitou o muro de entrada do edifício com uma arte feita exclusivamente para feira (Figura 148).



Figura 146: Representantes das comunidades de caráter religioso. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 147: Representantes das comunidades de caráter religioso. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 148: Postagem no Instagram do coletivo Art Muro. Fonte: Instagram coletivo artmuro, 2019.

A organização para a realização desta feira fica evidente na disposição das barracas agrupadas pelos tipos de produtos comercializados; na presença de guarita com seguranças na entrada do recinto; na postura dos feirantes ao abordar os

frequentadores; e nas dinâmicas de funcionamento do recinto, em que, após o encerramento das atividades das bancas, mantém a “praça de alimentação” funcionando até às 22h.

A exposição dos produtos que são comercializados na feira está distribuída em três eixos, dois conformados por mesas dispostas de forma linear, delimitando um corredor central de circulação dos fregueses, separando a área “técnica” das bancas da área livre para circulação. As cozinhas, por sua vez, também são distribuídas ao longo da parede que delimita o recinto, definindo seus espaços por paredes a meia altura e balcões, onde o público é atendido. Portanto, os setores de artesanato, hortifrutigranjeiro, revenda de produtos e alimentos preparados se organizam no galpão de maneira a agrupar produtos semelhantes.

Figura 149: Síntese do espaço da Feira livre do Produtor Rural.



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

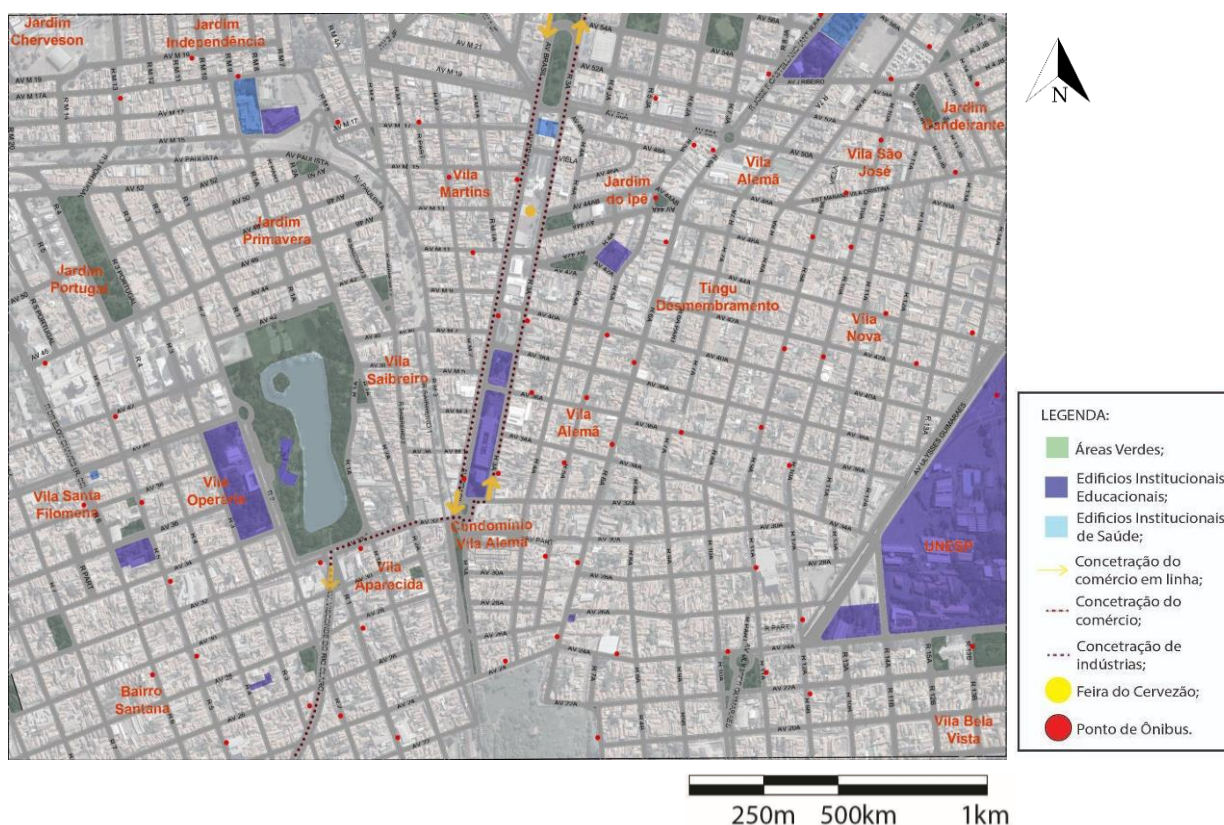
As diretrizes de realização da Feira do Produtor Rural não eram definidas pelas leis municipais vigentes relacionadas às feiras públicas, por serem apenas voltadas aos locais de realização dos eventos e à taxaço de impostos da atividade comercial. Com isso, a prefeitura sancionou a Lei Municipal nº 5.029 no ano de 2017,

determinando parâmetros para a realização específica da Feira do Produtor Rural, tais como local de realização, critérios de atuação das atividades comerciais dos feirantes em outros logradouros públicos e recintos fechados, normativas estabelecidas para os expositores - definindo os produtos comercializados e, no caso dos produtos hortifrutigranjeiros, a determinação de haver um mínimo de 70% de produção própria, e no máximo 30% de produtos terceirizados - licença dos tipos de produtos vendidos e da participação dos feirantes válidas por 1 ano, taxas de manutenção da atividade, regras de inspeção para os produtos comercializados no recinto (SIF, SISP ou SIM); e criação de uma Comissão de Representantes da Feira do Produtor Rural para orientação da atividade da feira.

Apesar de chamar-se “Feira do Produtor”, as normas de realização da feira acabam por barrar produtores locais de menor escala que queiram participar da atividade, como produtores de queijos, mel, cachaças, carnes, produtos que, de acordo com a legislação, precisam de certificação, o que na maioria dos casos de pequenos produtores é inviável, gerando assim, uma lacuna destes produtos locais nesta feira.

A feira está situada na Zona de Uso Diversificado” (ZUD), abrangendo o uso residencial e outros, com potencial de gerar níveis moderados a baixos níveis de incomodidade. Por isso, após a mudança da atividade da feira para o edifício atual, alguns usos similares foram atraídos, como comércio de hortifrutis e os serviços alimentícios. Os quarteirões do entorno estão em “Zona Predominantemente Residencial” (ZPR), favorável a atividades como a feira.

Figura 150: Mapa dos bairros de entorno da Feira do Produtor Rural.



Fonte: Produzido pela autora, 2023

A área está a 3,2 km de distância do centro tradicional, entre duas vias que fazem a conexão com o distrito industrial e a zona rural norte do município. Portanto, se localiza em um ponto estratégico da cidade, com transportes públicos que se conectam à diversos pontos da malha urbana, principalmente o centro, o distrito industrial e a periferia, assim como áreas externas ao perímetro urbano, como o distrito de Ajapi e Ferraz, e o município de Araras.

Em relatos feitos com consumidores no local, são atraídos de diversas áreas do município, no entanto, o principal transporte que utilizam para chegar na feira é o transporte particular. Com relação aos feirantes, eles se deslocam principalmente da área rural norte e noroeste, como do distrito de Ajapi, e do bairro rural Jacutinga, onde apresentam acesso facilitado por conta da localização estratégica da feira, como já citado, por conta do viário urbano.

Figura 151: Usos do Solo no entorno da Feira do Produtor Rural.



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

Figura 152: Contexto de inserção na feira do Produtor Rural na malha urbana de Rio Claro.



Fonte: Gunnar Koelle, 2005. Alterado pela autora, 2023.

Apesar do bairro onde está inserida a feira ter surgido como bairro operário, atualmente, em decorrência das transformações urbanas, ele se caracteriza pela predominância do uso residencial de classe média, com equipamentos de serviço e comercial distribuídos nos eixos viários de maior fluxo de veículos, concentrados nas Avenida Brasil e a Rua 3 A. O edifício que abriga a feira compõe um eixo de edifícios institucionais que em sua maioria comporta equipamentos públicos, como escolas, corpo de bombeiros, Polícia Militar Ambiental, Guarda Mirim, entre outros, que estruturam e trazem movimento para estas vias, assim como o comércio e serviços.

2.5.4. SÍNTESE DOS ASPECTOS ANALISADOS

As três feiras livres objetos de estudo desta dissertação se situam em distintos quadrantes da cidade e apresentam características singulares que definiram suas morfologias, produtos, frequentadores e comerciantes.

A morfologia das feiras, ou seja, a disposição física da atividade na cidade, dispõe bancas, corredores, áreas de permanência e de circulação, e são moldadas pela funcionalidade prática, mas também pela interação única entre o ambiente urbano e as relações comerciais locais. Além disso, a diversidade de produtos disponíveis reflete não apenas a oferta e a demanda do mercado, mas também as características intrínsecas de cada comunidade, incorporando elementos culturais e locais.

Os frequentadores dessas feiras, representam a diversidade da população urbana e a escala de abrangência destes eventos, trazem consigo preferências, hábitos de consumo e expectativas específicas, influenciando diretamente a atmosfera e os produtos ofertados. Da mesma forma, os comerciantes, atuam como agentes influentes, desempenham uma função vital na configuração das feiras, trazendo consigo técnicas de comércio, produtos específicos e até mesmo aspectos culturais relacionados às origens de cada comerciante.

Por sua vez, as dinâmicas da periferia, no contexto da Feira do Cervezão, apesar do acesso dos feirantes ser facilitado pela proximidade com a área rural, a feira atrai apenas a população da região, e não da cidade por completo, como apontado no

estudo. A realidade é muito diferente das outras duas feiras, pois esta oferece produtos mais baratos e diversificados, compatíveis com as necessidades socioeconômicas da região, num território onde, por mais que haja um comércio emergente, as opções se tornam restritas. Junto a isto, destaca-se os distintos modos de convívio entre consumidor e vendedor, e até entre os próprios frequentadores.

A feira do Produtor Rural, fruto de uma iniciativa de interesse de grupos independentes em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, situa-se em um bairro tradicional da cidade e perto de vias de fácil acesso. Originalmente era voltada quase exclusivamente à comercialização da produção hortifrutigranjeira familiar da região. No entanto, com o tempo, passou a oferecer outros tipos de produtos, similares a outras feiras do município. Não obstante, atualmente é a feira que apresenta maior número de expositores. Os consumidores, por sua vez, costumam frequentar o local não apenas para compras, mas também para consumo de alimentos preparados no local, demonstrando o potencial de ampliação futura da feira com atividades que possibilitem a permanência.

Apesar dos tipos de produtos comercializados nas três feiras serem similares (Tabela 4), a aceitação e procura de produtos se difere em cada localidade. Portanto, cada feira investe na exposição de produtos específicos, que atraem mais o público local, conforme apontou um dos feirantes, denominado de interlocutor 8¹², que expõe nas feiras do São Benedito e do Cervezão. Segundo seu relato, a Feira do São Benedito vende mais “miudezas” e a do Cervezão costuma ter mais clientes que fazem a “feira completa”. Dessa forma, constata-se que cada feira apresenta um perfil específico de acordo com o perfil de seus frequentadores.

Tabela 4: Produtos Comercializados nas feiras.

	Feira São Benedito	Feira Cervezão	Feira do Produtor Rural
Hortifrutigranjeiros	5 feirantes	5 feirantes	3 feirantes
Floricultura	1 feirante	1 feirante	1 feirante
Especiarias	2 feirantes	2 feirantes	1 feirante
Alimentos Preparados	13 feirantes	7 feirantes	18 feirantes

¹² O interlocutor 8 é um feirante do setor hortifrutigranjeiro, que tem sua área de produção na área rural norte do município.

Animais	-	1 feirante	Não é permitido
Medicina Natural	-	-	2 feirantes
Artesanato	2 feirantes	-	8 feirantes
Revenda de Produtos	6 feirantes	5 feirantes	2 feirantes
Açougue	1 feirante	1 feirante	Não é permitido
Banheiro	Não há estrutura	Banheiro fornecido pela instituição próxima	Banheiro do recinto

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Através da metodologia de observação participante, foram levantados e catalogados os locais de produção hortifrutigranjeira (Tabela 5), a fim de compreender os vetores estruturadores dos circuitos curtos da região, bem como os destinos da produção e a relação com a malha urbana (figura 2).

Tabela 5: Circuito Curto mobilizado pelas feiras.

FEIRANTE	LOCAL DE PRODUÇÃO	ONDE COMERCIALIZA
BANCA 1	FERRAZ	-Feira do Produtor Rural; -Feira do Florença; -Feira do Petit Village; -PAA.
BANCA 2	AJAPI	-Feira do Produtor Rural; -Restaurantes de Rio Claro; -PAA; -Cestas delivery.
BANCA 3	JACUTINGA	-Feira do Produtor Rural; -Feira do Villa do Horto; -Condomínios variados.
BANCA 4	COMPRA DO CEASA	Compra do CEASA.
BANCA 5	CACHOEIRINHA	-Feira do São Benedito; Feira do Cervezão.
BANCA 6	CACHOEIRINHA	-Feira do São Benedito; -Feira do Cervezão; -PAA.
BANCA 7	CACHOEIRINHA	-Feira do São Benedito; -PAA; -Hortifruti e Supermercados de RC.
BANCA 8	CACHOEIRINHA	-Feira do Cervezão;

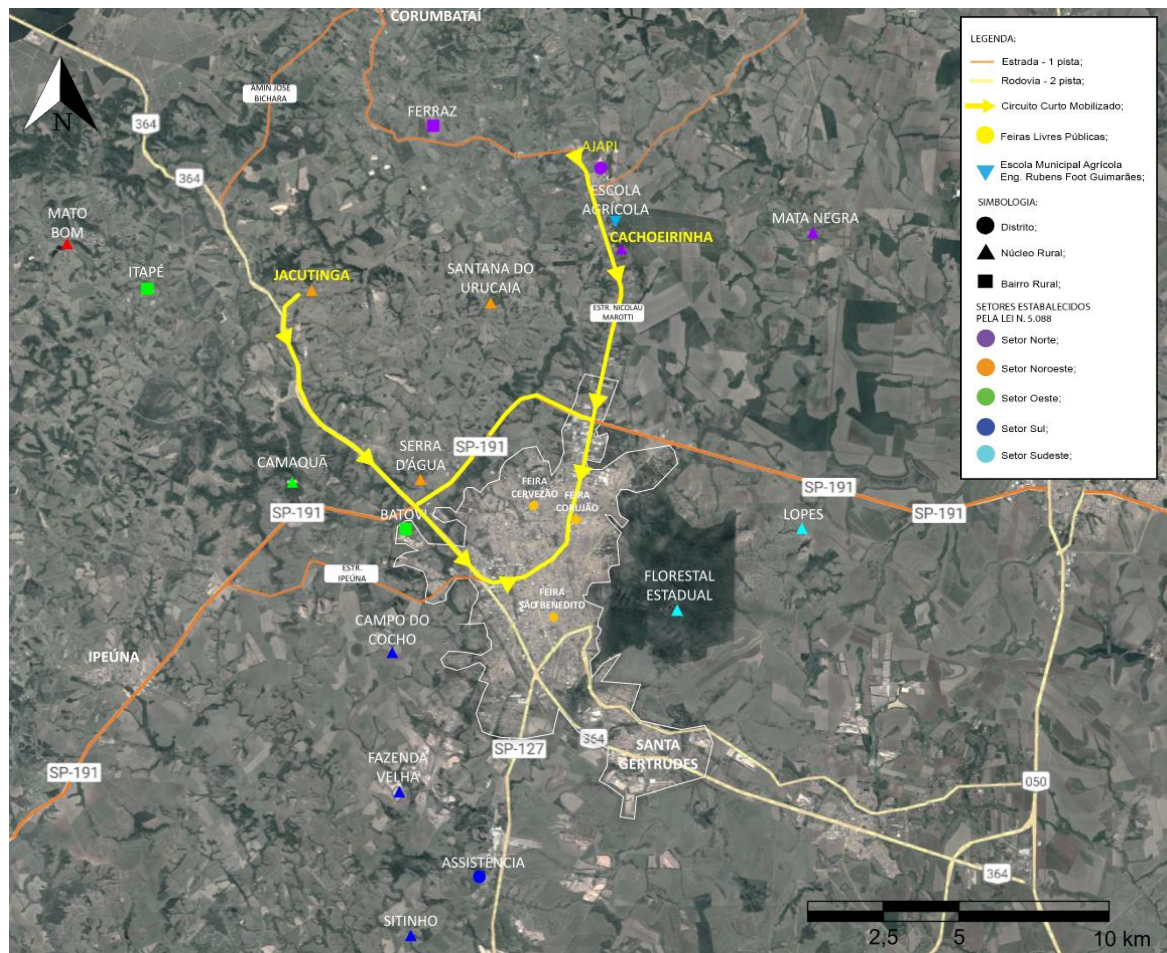
		-Doa seu excedente.
BANCA 9	JACUTINGA	-Feira do São Benedito; -Feira do Cervezão.
BANCA 10	AJAPI	-Feira livre do Cervezão; -PAA; -Mercados e Quitandas; -Asilo.
BANCA 11	BAIRRO INDAIÁ	-Feira livre do Produtor Rural; -Feira Livre do São Benedito; -Feira Livre do Cervezão; -Encomendas.

Fonte: Produzido pela autora, 2023.

Com isso, constata-se, os principais núcleos rurais de produção hortifrutigranjeira, que são: Cachoeirinha, Ajapi e Jacutinga, os quais se utilizam de alguns eixos importantes de mobilidade regional para deslocamento dos produtos: Estrada Vicinal Nicolau Marotti, que conecta o setor rural norte do município com a cidade, desembocando na malha urbana pela Avenida Brasil; a Rodovia Washington Luiz (SP-310) e a Estrada Ipeúna, conectando o setor rural Oeste e Noroeste através da Avenida Castelo Branco e Avenida Visconde. A Rodovia Wilson Finardi, por sua vez, possui posição estratégica, visto que conecta os setores rural oeste e noroeste com as áreas rurais que estão ao norte do município (Figura 153).

Portanto, observa-se que apesar do distrito industrial norte estar no eixo que conecta a cidade com a zona rural norte do município, há próximo dele uma maior atividade da produção hortifrutigranjeira de pequena escala, por ser uma área fisicamente maior, se comparada com as demais, e pela concentração de sítios. Na situação da área rural sul, há uma concentração de indústrias ceramistas e plantações de monocultura, que se estende no eixo da Rodovia Washington Luiz, no entanto, ainda há terras com potencial que podem ser utilizadas para a produção em pequena escala.

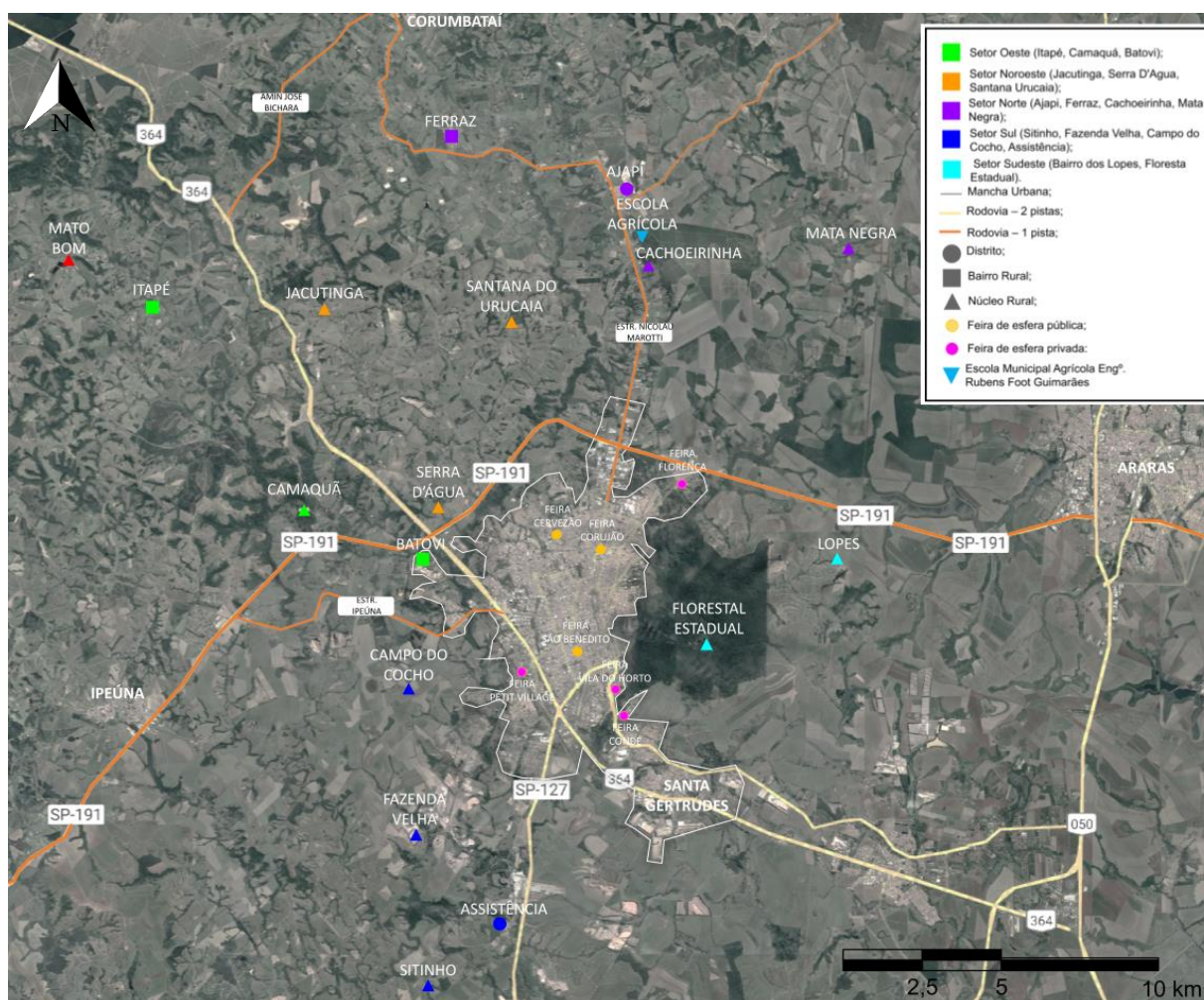
Figura 153 - Circuitos Curtos mobilizados no território.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Desse modo, a Lei Municipal N°5.088, de 31/08/2017 busca atuar com a finalidade de qualificar o abastecimento do município, levando em conta as dinâmicas econômicas, sociais e culturais que as feiras livres promovem. A lei exige a constituição de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), visando a eleição de membros titulares e suplentes representativos de diferentes áreas do campo (Figura 154), sendo obrigatória a reeleição dos membros a cada dois anos de mandato, o que garante uma maior representatividade.

Figura 154: Objetos de estudo desta pesquisa – SP.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

E a mesma lei “autoriza, respeitando o interesse da coletividade, a criar novos espaços para o funcionamento das feiras livres, podendo autorizar também o seu funcionamento nos seguintes bairros: a) Jardim Novo Wenzel; b) Parque Mãe Preta; c) Bairro Terra Nova; d) Bairro Jardim Maria Cristina; e) Bairro Jardim Portugal.” (Rio Claro, 2017). Portanto, a legislação cria parâmetros para a concepção de novas feiras livres, e sugere bairros nas periferias da malha urbana que são estratégicos para a comunidade.

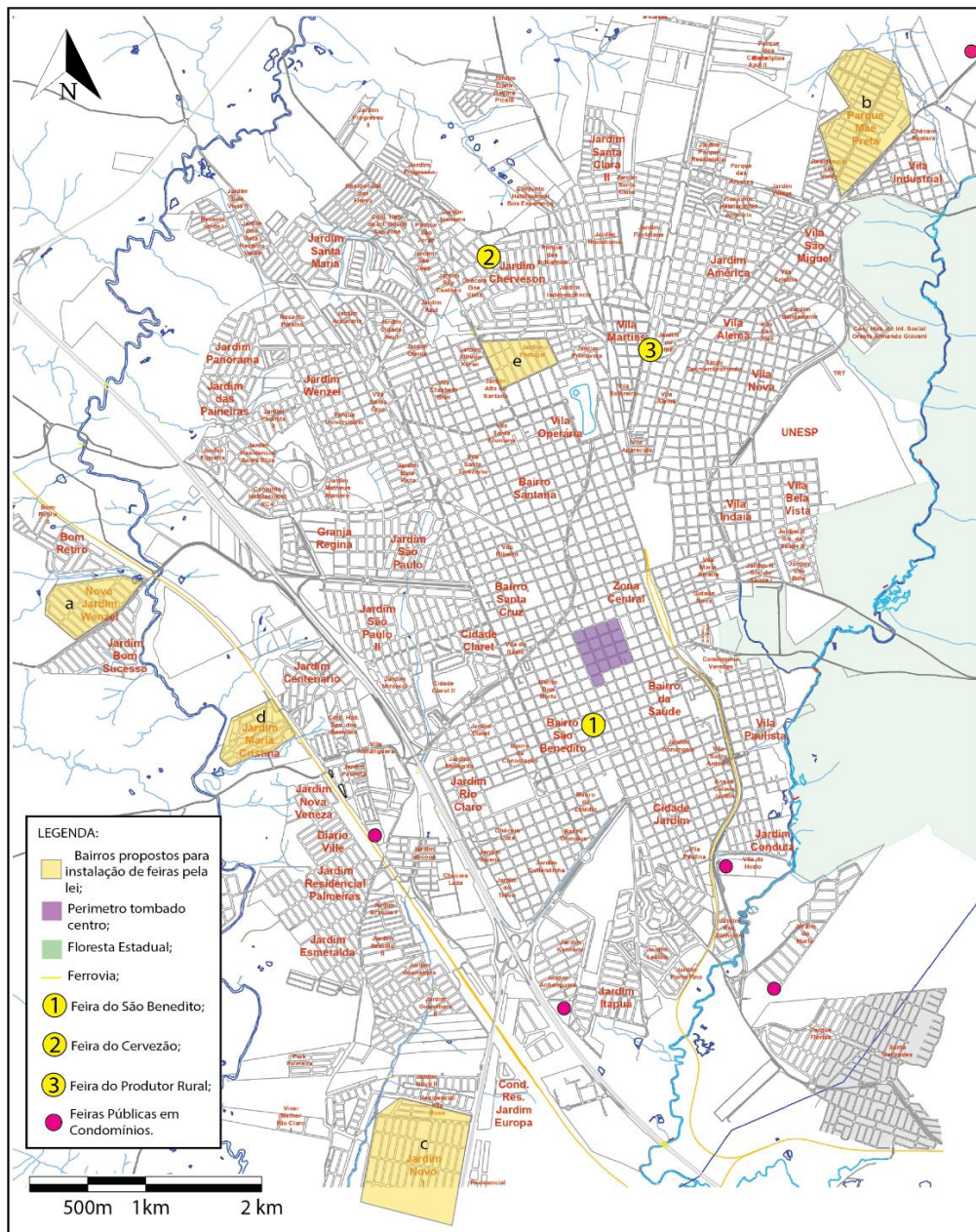
Os bairros “Jardim Novo Wenzel” (a), “Terra Nova” (c), e “Jardim Maria Cristina” (d) se assemelham à realidade do local da feira periférica do Cervezão, com poucas opções de abastecimento próximas e no limite urbano do município, neste caso próximos das zonas rurais sul e oeste, circunjacente aos bairros rurais: Itapé, Camaquã, Batovi (Setor Oeste), Sitinho, Fazenda Velha, Campo do Cocho e Assistência (Setor Sul), todos conectados ao eixo da Rodovia Washington Luiz.

Por sua vez, os bairros Mãe Preta (b) e Jardim Portugal (e) são muito parecidos com a realidade do Jardim Cervezão, pela proximidade física dos bairros, pela oferta de comércios e serviços de baixa tecnologia e predominância residencial, com destaque para a recente verticalização destas áreas, onde todas são de predominância de gabarito baixo.

Em vista disso, se fosse dado o devido apoio, incentivo e subsídio para alavancar a produção hortifrutigranjeira, haveria possibilidade de fortificar este circuito curto, com ponto final da distribuição em feiras posicionadas estrategicamente nestes bairros, movimentando a economia local, e possibilitando locais de sociabilidade e de produção de cultura.

As feiras que acontecem em condomínios fechados se valem do apelo ao significado que a feira carrega, do valor que agregam ou inovam aos espaços de exposição e venda. Por fim, a realização destas feiras em esferas privadas com proximidades físicas destes bairros citados permite inferir que há viabilidade de realização de feiras livres públicas nestes bairros, pois haveria a adesão tanto de feirantes, quanto de frequentadores na região.

Figura 155: Localização das feiras livres na malha urbana de Rio Claro. Com destaque, em círculos amarelos, das feiras estudadas.



Fonte: Base fornecida pela Prefeitura Municipal de Rio Claro, com alterações da autora, 2023.

Este cenário evoca uma reflexão sobre o próprio significado do termo "feira livre", uma vez que, apesar de carregar a nomenclatura característica, sua abrangência e acessibilidade são restritas à uma população limitada, aos que podem acessar o condomínio. Portanto, enquanto as feiras públicas promovem a interação social e a diversidade de produtos, as feiras privadas são locais de permanência para consumo de alimentos preparados. Contudo, essas dinâmicas demonstram o poder

da mobilização por grupos interessados em promover e usufruir destas atividades, e que há sim potencial para adesão de feirantes e da população para a promoção de novas feiras livres.

CAPÍTULO III

FEIRAS LIVRES COMO LUGARES DE MEMÓRIA



À luz dos tópicos discutidos no Capítulo I, somada às dinâmicas territoriais construídas pelo domínio dos circuitos mobilizados através das feiras livres na extensão territorial de Rio Claro, se assimilou a atividade no município como espaços representativos da herança cultural da região.

A esfera comunitária predomina no ambiente das feiras livres, o que faz com que atuem como elementos de conexão, estabelecendo vínculos entre a comunidade e o território. Portanto, desempenham um papel crucial, como pontos de convergência entre a malha urbana e a memória da sua população. Estes espaços captam a essência regional e local, proporcionam uma experiência singular, que reafirma a identidade da população. Está presente na rotina de distintos atores sociais em momentos relevantes, caracterizados por encontros, tradições e práticas. E, apesar do caráter efêmero da atividade, a "vida cotidiana transcorre na paisagem" (FORTUNA, 1997, p.30), se fixando no imaginário da população.

Os frequentadores, por sua vez, são atraídos semanalmente, provenientes de diversos setores da cidade, apesar de possuírem estilos de vida distintos, se congregam no espaço das feiras e exercem a liberdade de escolha:

O consumidor possui diferentes valores e estilos de vida; apesar da tendência de "copiar" o outro, existe também um aumento da individualidade, fazendo com que os consumidores procurem sua identidade nas mercadorias que consomem. Assim, o sistema produtivo vai se adaptando e as lojas precisam atender às diferentes necessidades e desejos de seus clientes. (MAIA, 2017, p.20)

Como já afirmado, a consolidação da prática se tornou tradição urbana, impulsionada pelo conjunto de atribuições que a feira livre oferece, como: preços justos, qualidade dos produtos, espaços de sociabilidade, oportunidade de negociação e momentos de lazer. Apesar de sua transitoriedade intrínseca, a atividade mobiliza, mesmo que temporariamente, espaços estrategicamente posicionados, tornando-os essencialmente comunitários e transformando as dinâmicas urbanas em seu período de realização.

Nessa perspectiva, as feiras livres podem ser interpretadas como práticas sociais que desempenham um papel substancial para a funcionalidade e coesão da sociedade, pois fornecem estruturas que facilitam a interação, cooperação e alcance de propósitos em comum. Deste modo, apresenta funções cruciais na formação da identidade social, na promoção de valores sociais e comunitários.

Portanto, conectada a esta atividade está “uma rede articulada dessas identidades diferentes, uma organização inconsciente da memória coletiva que nos cabe tornar consciente de si mesma. Os lugares são nosso momento de história nacional.” (NORA, 1993 p. 27). Diante disso, como já pontuado, o simbolismo destes lugares de memória são associados à sua natureza material e, logo, contrapõe-se por natureza ao monopólio de grupos hegemônicos no território, na medida em que “(...) os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.” (NORA, 1993, p. 22)

Segundo Lima (2012), a sociedade resgata no passado signos e referências que lhes sejam suporte do ser no mundo. As feiras livres no contexto das cidades médias e pequenas, por sua vez, possuem esse papel simbólico, e por consequência, constituem marcos identitários para a população, conectando o meio urbano ao rural, adquirindo uma relevância político-cultural através dos recintos e relações nelas desenvolvidas. Com isso, entende-se que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, [...] porque essas operações não são naturais. E por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA, 1993, p. 13)

As feiras se revelam como elementos estruturadores do cotidiano, daquilo que tem regularidade, permanência, entrelaçando as dinâmicas de abastecimento aos espaços de sociabilidade:

Hábito, habitualidade expressam bem essa noção de constância, continuidade. Trata-se, portanto, de uma relação de pertencimento - mecanismo nos processos de identidade que nos situa no espaço, assim como a memória nos situa no tempo: são as duas coordenadas que balizam nossa existência. (MENESES, 2009, p. 27)

Sendo assim, as feiras livres estão vinculadas ao “jogo das práticas sociais”, como afirma Meneses (2009), que são processos profundamente enraizados no território, os quais não só expressam a familiaridade e a rotina ligadas a um local específico, mas também exercem uma influência fundamental nas interações diárias que se desenvolvem e se adaptam dentro desse contexto territorial, revelando-se como espaços com notável valor patrimonial.

3.1. SÍNTESE DE PADRÕES: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES DAS FEIRAS

Abordar a reflexão sobre o cotidiano e a apreensão das dinâmicas urbanas através da análise das feiras livres, possibilitou a avaliação das relações sociais, territoriais, econômicas, culturais e políticas subjacentes a esfera local. Assim, o recorte de estudo no município de Rio Claro mostrou-se representativo ao universo urbano e rural vinculado às feiras livres.

Deste modo, foram traçados critérios para comparação entre as feiras públicas, promovidas pela municipalidade (Tabela 6), com o objetivo de elucidar os locais onde são inseridas.

O contexto de inserção das feiras livres define, de certa forma, o dinamismo da atividade e, por outro lado, cada feira possui uma espécie de “DNA”, que se revela em como determinadas características se manifestam: diversidade étnica; representatividade de diferentes grupos; acolhimento da população; especificidades de produtos vendidos; atividades culturais; caráter de permanência ou não nos recintos.

Tabela 6: Análise comparativa entre as feiras de estudo.

	Feira do São Benedito	Feira do Cervezão	Feira do Produtor Rural
Localização Urbana	Área Central	Periurbano	Bairro
Escala de Abrangência	Intermunicipal	Bairros do entorno	Intermunicipal
Esfera da atividade	Pública	Pública	Pública
Interface com a cidade	Praça	Terreno - Sem Urbanidade	Edifício Público
Uso do solo predominante	Área Mista	Residencial - em desenvolvimento	Área Mista
Participação Comunitária	Ativa	Ativa	Ativa
Cadeia de Abastecimento Hortifrutigranjeiro	Local	Local	Local

Legislação Vigente	Lei genérica	Lei genérica	Lei específica para a feira
Gestão	Secretaria Municipal de Agricultura	Secretaria Municipal de Agricultura	Secretaria Municipal de Agricultura + Organização de feirantes
Controle Social	Ronda da Guarda Civil	Segurança promovida pela coletividade	Guarita

Fonte: Produzido pela autora, 2023.

A localização urbana, portanto, se revelou como um fator relevante para a vitalidade da atividade da feira livre. A implantação na malha urbana impacta na atividade local, em sua abrangência e no acolhimento da comunidade. Destaca-se, entretanto, que a escala de abrangência de uma feira não está estritamente atrelada ao seu tamanho ou à sua localização na malha urbana e sim com o seu potencial de mobilização e promoção de dinamismo no contexto em que se insere, como espaço de relevância para a economia local.

As feiras se beneficiam das dinâmicas preexistentes para maximizar sua atratividade e acessibilidade. Sua ligação com outros pontos da cidade é fundamental, e se dá essencialmente por meio dos principais viários urbanos, integrando-se ao dinamismo das atividades na cidade, principalmente pelo transporte público.

No caso das feiras livres de Rio Claro, o acesso pelo transporte público é essencial para o acesso e para os comércios presentes no entorno, que se relacionam diretamente com suas atividades, sendo implantadas em eixos de vias coletoras.

Não obstante, esse dinamismo pode acarretar consequências ambíguas para a malha urbana. Isso é evidenciado na atual situação do Cervezão, em que se observa uma valorização exponencial da área pelo mercado imobiliário, resultando na ocupação intensiva de condomínios verticais. A médio prazo, pode representar uma ameaça à integridade das dinâmicas locais, influenciando na identidade local e modificando substancialmente a natureza da atividade. Há o risco de atrair usos diversos concorrentes com a feira, em especial, shoppings e hipermercados.

Desta forma, a presença da habitação tradicional de bairro é essencial, pois estabelece uma conexão estreita entre a atividade comercial e a comunidade local. As interações pessoais e singulares entre feirantes e consumidores tem um impacto

significativo para a construção de uma identidade comunitária, pois ao transcenderem a esfera mercantil molda-se um ambiente de proximidade e confiança, fortalecendo os vínculos sociais. Além disso, a diversificação das atividades nas feiras, como eventos culturais e iniciativas educacionais, potencializa a participação comunitária, consolidando esses espaços como mais do que meros locais de comércio.

Outro fator que se mostra determinante para a conformação plena dos mercados de rua é a participação dos feirantes, protagonistas na definição dos produtos ofertados e no delineamento do fluxo de vendas, que promovem a manutenção da identidade da feira.

No recorte desta pesquisa, a cadeia de abastecimento hortifrutigranjeira se destaca pela tradição da agricultura tradicional no município que, segundo o Sydenstricker, da Rocha, e Hakkert (1985), em 1985 era baseado em propriedades menores e a distribuição de terras era menos desigual comparada com a média estadual. Atualmente, a Secretaria Municipal de Agricultura “realiza trabalho de apoio aos produtores no desenvolvimento rural sustentável e valoriza as famílias que têm no campo seu meio de sustento e renda” (“Prêmio Cidadania no Campo”, 2019.).

As feiras livres são também espaços que intermedeiam a população urbana com o campo e os setores hortifrutigranjeiros das feiras de Rio Claro são constituídos majoritariamente por produtores locais, os quais desempenham um papel fundamental na constituição dos circuitos curtos, para geração de oportunidades de empregos e assegurando o acesso à produtos frescos e com preços justos à população. Essa sinergia reforça a sustentabilidade da cadeia de abastecimento no contexto socioeconômico regional.

A legislação que regula as atividades das feiras, estabelece os tipos de produtos comercializados, a taxaçoão de impostos, a área de mobilização e as práticas dos feirantes, diretrizes que asseguram a integridade e a ordem nas operações da feira. Por outro lado, a gestão municipal coordena aspectos logísticos, financeiros e organizacionais.

Contudo, a legislação pode limitar a flexibilidade e a adaptabilidade da atividade como, por exemplo, no caso de Rio Claro, em que há uma legislação

específica para a feira do produtor rural que, como dito, acaba por limitar a atuação dos pequenos produtores na feira.

Por outro lado, observou-se a ausência das instituições formais de segurança na Feira do Cervezão, ainda que a comunidade local possua mecanismos de autovigilância promovida pela sociedade. Essa conjuntura evidencia desafios estruturais mais amplos que requerem ações mais efetivas para garantir equidade, segurança e participação cívica na comunidade.

Portanto, há características que as três feiras têm em comum, como, por exemplo: vias coletoras próximas de seus locais de inserção, onde desempenham um papel na distribuição e coleta do tráfego dentro de áreas urbanas; transporte público próximo; se valem de fluxos provenientes de comércios e serviços; são ainda circundadas por áreas residenciais de predominância horizontal; possuem legislações que garantem seu funcionamento. Contudo, ainda que compartilhem várias semelhanças em sua natureza, como locais de comércio e interação comunitária, cada feira possui uma singularidade que a caracteriza e a diferencia. Essa singularidade seria de vários fatores como as características geográficas e culturais da região, os tipos de produtos oferecidos e as dinâmicas específicas das comunidades.

Sob a perspectiva cultural, esses espaços configuram-se como expressões dinâmicas das tradições locais, simultaneamente assimilando influências externas. Não são práticas cristalizadas no tempo, e sim moldadas através dele, ressignificando, reconstituindo e se adaptando às demandas locais e geracionais. Todavia, “embora os símbolos culturais tenham existência coletiva, eles são passíveis de manipulação. Articulam-se no interior de uma mesma cultura, concepções e interesses diferentes ou mesmo conflitantes.” (ARANTES, 1981, p.50), por isso são resistentes aos padrões, pois a dimensão social local está imersa nessa realidade, atuando como mecanismo de salvaguarda.

As mudanças nas feiras livres não são apenas visíveis na paisagem urbana, mas refletem transformações fundamentais na essência da sociedade urbana e rural, encapsulando a história e evolução da cidade e proporcionando uma visão das dinâmicas que impulsionam a comunidade em constante movimento. No entanto, quando a paisagem onde se insere a feira livre é desfigurada ou retirada os elementos

antes citados que estruturam esta atividade, principalmente com relação ao espaço público em contraposição com a esfera privada, lhe é transformado em “produto terminal, evento isolado ou coisa, aquilo que, em seu contexto de ocorrência, é o ponto culminante de um processo que parte de um grupo social e a ele retorna, sendo indissociável da vida desse grupo.” (ARANTES, 1981, p. 19 e 20)

3.2. A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO ESPAÇO DAS FEIRAS LIVRES

A cultura tem seu domínio intrínseco às experiências humanas, e segundo Antonio Augusto Arantes (1981, p. 50 e 51), se forma por um complexo tecido constituído de signos e símbolos, e desempenham papéis cruciais na transmissão de saberes entre as gerações, integrando sistemas e se consolidando como tradições. Todavia, por ser operada dentro do campo social, atua junto à esfera política, por isso, conforme aponta Arantes (1981) “o estudo das manifestações culturais deve detectar os constrangimentos que limitam a sua articulação efetiva e a sua transgressão e superação em situações concretas” (ARANTES, 1981, p.51). Logo, o reconhecimento desses constrangimentos implica em revelar as forças que configuram e, em algumas instâncias, restringem as manifestações culturais, e podem se manifestar na imposição de normas culturais inflexíveis, na influência exercida por instituições de poder ou nas demandas específicas de determinados grupos dominantes.

O conceito de valor, é interpretado a partir de atributos que a sociedade define e transmite entre as gerações, orientando as escolhas individuais e coletivas. Os símbolos tornam-se uma manifestação tangível ou representativa destes valores, servindo como meio através do qual uma comunidade expressa sua identidade. Através desta perspectiva, o ICOMOS desenvolveu o conceito de significância cultural, definido pela Carta de Burra de 1981 que, conforme apontam Oliveira e Farah, representam:

um conjunto de valores reconhecidos nos bens, pela população que deles se apropria, ou seja, sendo assim uma construção social com base nos valores passados e presentes, [...] deve levar em conta também, os valores “não oficiais”, aqueles ignorados pelos especialistas, mas que dizem respeito à forma como a população valora tais bens. A significância cultural deve ser o conjunto de todos os significados e valores atribuídos, por todos que tem relação com o bem, de forma que possibilite a sua compreensão total, material e imaterial, seus usos, formas de apropriação, contextos socioeconômicos e culturais, de forma que, a partir dessa compreensão, a gestão patrimonial tenha condições de estabelecer parâmetros de

preservação realmente relevantes e condizentes com a importância desses bens para a contemporaneidade e, assim, traçar formas de transmiti-los no futuro. (OLIVEIRA & FARAH, 2021, p. 26 - grifo da autora)

As feiras livres, interpretadas pela ótica da significância cultural, são manifestações atribuídas pela coletividade e com valores evidenciados e determinados pela sociedade, reafirmando questões associadas à diversidade e à desigualdade nos ambientes em que são promovidas e reiteram “a concepção de que deveriam ser valorizados os aspectos da produção cultural em que as camadas populares tinham e têm uma participação inquestionavelmente visível e efetiva” (ARANTES, 2010, p.54).

Nesse sentido, ainda que os significados de um bem mudem ao longo dos anos, juntamente com os grupos que com ele se relacionam, a preservação desse bem deve levar em conta sua posição de documento e registro de memórias e significados passados, garantindo a sua transmissão em ambas as instâncias, estética e histórica, para compreensão da sua totalidade. (OLIVEIRA & FARAH, 2021, p. 19)

As feiras livres emergem como componentes representativos da cultura imaterial, que segundo o IPHAN:

[...] dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. (IPHAN, 2023)

As feiras livres incorporam um diversificado conjunto de referências culturais de caráter imaterial, desempenhando um papel de significativa relevância na construção da identidade de pessoas e grupos e na preservação e transmissão de tradições, valores e práticas culturais. No entanto, esse legado cultural muitas vezes permanece despercebido pela maioria, “diferentemente dos monumentos e obras de arte [...], essas manifestações culturais, se não forem objeto de alguma forma adequada de preservação, podem desaparecer juntamente com as sociedades e as circunstâncias que as produziram.” (LONDRES, 2007, p. 70).

No que concerne às feiras livres analisadas, essas expressões culturais se manifestam nos relatos e memórias manifestados sobre o cotidiano da feira; através do sentimento de pertencimento da população ao território; das práticas locais e trocas de saberes e afetos; dos compartilhamentos de técnicas; pela urbanidade gerada nos espaços durante a realização das feiras; pelas diferentes gerações que

trabalham e frequentam a atividade; como espaço de encontro no cotidiano; pela representação de grupos; e pelas apresentações artísticas.



Figura 156: Controle e registro de forma tradicional das vendas pelos feirantes. Feira do São Benedito. Fonte: Acervo da autora, 2023



Figura 157: Espaços promotores de sociabilidade. Feira do São Benedito. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 158: Apresentação musical. Feira do São Benedito. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 159: Criação de uma relação de vizinhança e urbanidade. Feira do Cervezão. Fonte: Acervo da autora, 2023

A dinâmica de incorporação das atividades culturais no cotidiano das comunidades resguarda as tradições, e viabiliza a evolução orgânica dessas práticas, refletindo as transformações e desafios enfrentados pela sociedade ao longo do tempo. Nesse contexto, o papel desempenhado pelas comunidades locais como preservadoras desses valores assegura a continuidade das práticas culturais, e fomenta uma vitalidade e a relevância contínuas em meio às transformações culturais e sociais.



Figura 160: Sociabilidade entre feirante e freguês. Feira do Cervezão. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 161: Sociabilidade entre feirantes. Feira do Cervezão. Fonte: Acervo da autora, 2023.



Figura 162: Feirante com seu filho. Feira do Produtor Rural. Fonte: Acervo da Autora, 2023.



Figura 163: Apresentação Musical. Feira do Produtor Rural. Fonte: Acervo da autora, 2023.

Assim sendo, a função exercida pelas comunidades locais como zeladoras destes valores garante a perpetuação das práticas culturais, e estimula uma contínua vitalidade e relevância. Diante disso, Meneses faz a seguinte reflexão:

Aqui está, pois, o coração de nosso problema: falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc., etc. - e, em

suma, seus valores. [...] significações e valores não está nas coisas em si, mas nas práticas sociais. Por isso, atuar no campo do patrimônio cultural é se defrontar, antes de mais nada, com a problemática do valor, que ecoa em qualquer esfera do campo. (MENESES, 2009, p. 32)

Meneses (2009) propõe um roteiro para a avaliação e identificação do valor cultural, cujos tópicos foram analisados sob a perspectiva do valor cultural das feiras livres:

- 1) Valores cognitivos: interpretado como um valor de fruição intelectual, ou seja, práticas que propagam conhecimento, sejam eles técnicos, econômicos, estilísticos, políticos, culturais, sociais, entre outros. As feiras livres, por sua vez, desempenham um papel multifacetado na disseminação e preservação de saberes, através das trocas de conhecimento entre feirantes e consumidores, da preservação de saberes tradicionais, da conscientização ambiental, entre outros.
- 2) Valores formais: concebido pelo autor como “ponte fundamental que os sentidos fornecem para nos possibilitar sair de dentro de nós, construir e intercambiar significados para agir sobre o mundo” (MENESES, 2009, p.36), ou seja, reconhecer sensorialmente o contato do meu “eu” com o “mundo externo”. Na perspectiva das feiras, destaca-se a manifestação da vivência cotidiana, percebidas como ambientes que fomentam a sociabilidade e as trocas entre indivíduos.
- 3) Valores afetivos: referem-se à construção da autoimagem e ao fortalecimento da identidade. Possuem caráter afetivo, uma vez que permitem relações subjetivas das pessoas com determinados bens. Os mercados de rua, de forma geral, são mediadores das relações sociais e afetivas, compõem o imaginário social das comunidades a que pertencem, contribuindo para a consolidação da identidade e de memórias coletivas.
- 4) Valores pragmáticos: Meneses define “valores de uso percebidos como qualidades” (MENESES, 2009, p.37), isto é, como as condições que possibilitam qualificar as práticas. Nesse sentido é interessante interpretar para além das feiras livres, abordando o mercado varejista em geral, a experiência

de compra faz parte do cotidiano, as feiras somam o valor cultural ao valor econômico, e proporcionam experiências em recintos abertos, com maior interação com a comunidade, e com a possibilidade de estender a vivência para atividades de lazer, qualificando a experiência de compra da população. Ademais, neste tópico pode se conectar ao conceito de “Espírito do Lugar”, a partir do fato que a feira “é uma construção humana destinada a atender as necessidades sociais.” (ICOMOS, 2008, p.3).

- 5) Valores éticos: “são aqueles associados não aos bens, mas às interações sociais em que eles são apropriados e postos a funcionar, tendo como referência o lugar do outro.” (MENESES, 2009, p.37), ou seja, a conexão intrínseca entre os valores e a dinâmica social que os envolve. As feiras livres promovem práticas que promovem a integridade e o respeito entre os participantes, este atributo pode ser evidenciado também pelo “código de conduta” implícito no ambiente, onde, em geral, há um respeito mútuo entre os integrantes.

As feiras também se revelam parte das paisagens históricas da produção da região, formadas a partir das atividades econômicas, que

Son de carácter evolutivo y en ellos se identifican en el territorio los rasgos básicos que definen las actividades, procedimientos y relaciones necesarias para llevar a cabo las tareas dirigidas al sostenimiento material de la población de un determinado territorio durante un proceso histórico marcado por continuidades y rupturas que convierten al medio físico en un escenario privilegiado de observación de las transformaciones y los usos que las sociedades han hecho de sus recursos. (SOBRINO, 2010. p.51)

Assim, as feiras livres ainda hoje desempenham uma função central nos circuitos curtos que dinamizam os contextos regionais, também são eventos que recriam lugares de encontro e consumo e, na situação de Rio Claro, a atividade é marcada pela proximidade geográfica entre produtores e consumidores, numa rede dinâmica que fortalece os laços comunitários, desempenhando um papel significativo na vitalidade econômica e social que fazem parte dos circuitos da produção.

3.3. A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DAS FEIRAS LIVRES: PERMANÊNCIA E DURAÇÃO

Por se tratar de uma atividade ancestral, as feiras livres são elementos urbanos por essência, e conforme discutido previamente, conectam o meio rural à cidade, característica fundamental para a conformação dos circuitos curtos dentro da economia do setor hortifrutigranjeiro. Neste sentido, para se manterem ativas, as feiras livres estão em processo de constante atualização. Característica que faz parte de sua natureza, pois são espaços socialmente ativos, passíveis de ressignificação e persistência ao longo do tempo, repositórios da memória coletiva e social.

A memória social é, portanto, decisiva para a construção do sentido da dimensão histórica da vida social, propiciando a percepção do processo de desenvolvimento social como algo sujeito a mudanças que se produzem, por intervenção das forças sociais do presente, a partir de acúmulos produzidos historicamente. (MESENTIER, 2006, P. 7 e 8)

No entanto, com o avanço das práticas capitalistas globalizadoras, algumas feiras foram progressivamente se esvaziando, pois perderam o vínculo com o território, por vezes, por falta de suporte estatal. A dificuldade de captação de recursos e a concorrência com o comércio formal causou instabilidade em suas atividades. Neste sentido, “cabe ao Estado, em parceria com a sociedade, assumir a responsabilidade de protegê-los do desgaste inevitável da ação do tempo e dos efeitos destrutivos da ação humana, seja esta intencional ou não” (LONDRES, 2007, p. 69). Nesse cenário, grupos sociais emergem como protagonistas ativos, assumindo responsabilidades pelo funcionamento efetivo de alguns procedimentos, por vezes subvertem o caráter público das feiras livres ao realizá-las na esfera privada, descaracterizando suas características originais.

Portanto, a ressignificação nem sempre resulta na preservação de tradições, mas permite que “movimentos sociais, políticos e culturais, consciente ou inconscientemente, operam ações que resultam na construção de identidades coletivas.” (MESENTIER, 2006 p. 9), logo, a atividade exercida torna-se um veículo dinâmico de comunicação cultural, permitindo que os grupos expressem, recriem e afirmem suas identidades de maneira contínua, contribuindo para a riqueza e diversidade do mosaico cultural mais amplo.

Isso reforça a importância de que estas manifestações culturais sejam salvaguardadas, pois “se não forem objeto de alguma forma adequada de preservação, podem desaparecer juntamente com as sociedades e as circunstâncias que as produziram.” (LONDRES, 2007, p. 70). Neste sentido, as cartas patrimoniais oferecem parâmetros em nível internacional e, segundo Kühl (2010), atuam como documentos indicativos e prescritivos que fundamentam bases teórico-críticas para a atuação dos profissionais, pesquisadores, e da gestão específica de cada município.

Assim, cabe à municipalidade, juntamente com as comunidades detentoras, identificar tais patrimônios, e se moverem para promover políticas públicas efetivas que alavanquem tais práticas alicerçadas no território.

O tombamento, como instrumento jurídico e administrativo, exerce uma função essencial na conservação de bens culturais de caráter material. Porém, o contexto das feiras é o do evento, do acontecimento, do efêmero, do circunstancial, ainda que habitual. É o território de temporalidade movediça que permite captar a história do tempo presente que

(...) cobre uma sequência histórica marcada por duas balizas móveis. Para cima, essa sequência remonta até os limites da duração de uma vida humana, ou seja, um campo marcado primeiramente e antes de tudo pela presença de “testemunhas” vivas, traço mais visível de uma história ainda em devir [...]. Para baixo, essa sequência é delimitada pela fronteira, com frequência difícil de situar, entre o momento presente – “a atualidade” – e o instante passado (DELACROIX, 2018, p. 50)

Por isso, conforme afirma Poulot:

De fato, é evidente que fracassaria o patrimônio que fosse um controle utópico do tempo, tentando reproduzi-lo de uma forma idêntica. O patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica. Neste aspecto é que a história parece, com tamanha frequência, “morta”, no sentido corrente. Mas, ao contrário, o patrimônio é “vivo”, graças às profissões de fé e aos usos comemorativos que o acompanham (POULOT, 2009, p. 12)

O conceito da preservação do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) tem suas raízes em desenvolvimentos ao longo do tempo. No entanto, há alguns marcos importantes na concepção e promoção da preservação do patrimônio imaterial, segundo Richard Kurin (apud FERRAZ, 2015), aponta que:

o tema da preservação de bens culturais intangíveis floresceu em meio a, pelo menos, dois movimentos. Primeiro, no âmbito dos debates e questões jurídicas e técnicas para implementação dos direitos autorais a partir dos

anos 1950. [...] Segundo, em um plano mais difuso, orientado por políticas sociais e culturais nacionalistas no pós Segunda Guerra Mundial, iniciou-se em alguns países programas de apoio às chamadas tradições antigas. Os programas ganharam relevância gradualmente, na medida em que essas tradições eram entendidas como parte do patrimônio cultural nacional, definidor de identidades nacionais e, por sua vez, ameaçadas pelos supostos efeitos destrutivos causados pela modernização. (FERRAZ, 2015, p. 65 e 66)

Em vista disso, instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), se caracterizam pela colaboração mútua em prol da valorização e da preservação do patrimônio cultural, com foco igualmente para o patrimônio imaterial, onde atuam na promoção de convenções, documentos, projetos e direitos voltados para a salvaguarda destes bens.

No contexto brasileiro, a trajetória do patrimônio imaterial pontuada cronologicamente por Cavalcanti (2008), e tem seu marco a Semana de Arte Moderna em 1922, onde Mário de Andrade desenvolve o “tema da diversidade cultural e do interesse etnográfico pela cultura das camadas populares” (CAVALCANTI, 2008, p.15). Em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a primeira entidade governamental brasileira destinada à salvaguarda do patrimônio cultural nacional. Nas décadas de 40 a 60 é criada e desenvolvida pelo SPHAN a Comissão Nacional de Folclore, marcando o início de iniciativas oficiais nesse campo. Na década de 1970, o SPHAN se transformou em IPHAN, essa mudança foi parte de uma reestruturação mais ampla, refletindo uma expansão de suas responsabilidades e áreas de atuação. O ano de 1975 testemunhou a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) por Aloísio Magalhães, seguido, em 1976, pela transformação da Campanha em Instituto Nacional do Folclore, vinculado à Fundação Nacional de Arte (Funarte). A década de 1980 foi marcada pela definição mais abrangente de patrimônio cultural na Constituição Federal de 1988. Em 1991, o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) foi instituído para fomentar a preservação de bens culturais materiais e imateriais. Em 1997, um seminário em Fortaleza discutiu estratégias e formas de proteção para o patrimônio imaterial.

A virada do milênio trouxe desenvolvimentos significativos, incluindo a criação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) em 2000. O primeiro registro no Livro dos Saberes ocorreu em 2002. Em 2003, o Departamento do Patrimônio Imaterial e Documentação de Bens

Culturais foi estabelecido no IPHAN, coincidindo com a aprovação pela UNESCO da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Somando-se ao Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que consiste em “um instrumento de conhecimento e aproximação do objeto de trabalho do IPHAN” (CORSINO, LONDRES e ARANTES, 2000, p.8) com objetivo de identificar e documentar bens culturais para reconhecer a diversidade cultural, além de compreender os significados atribuídos pelos moradores de sítios tombados, considerando-os intérpretes legítimos e parceiros preferenciais na preservação. Subsequentemente, o Brasil aderiu à Convenção, participou do primeiro Comitê Intergovernamental do Patrimônio Imaterial da UNESCO e, em 2006, contribuiu para a criação do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina (Crespial). Esses eventos evidenciam o compromisso contínuo do Brasil com a preservação e valorização de seu patrimônio cultural imaterial em níveis nacional e internacional.

Contudo, a preservação da imaterialidade é ainda uma lacuna no cenário da salvaguarda cultural. O representante da UNESCO no Brasil de 2009 à 2013, Vincent Defourny, pontua:

Se, por um lado, o país é referência pela formulação e pela implementação deste modelo de política, por outro, considera-se um grande desafio a efetivação do processo junto às esferas estadual e municipal. A dimensão territorial, a complexidade das articulações burocráticolegais e o ainda incipiente investimento em capacitação na gestão pública configuram-se como obstáculos à normatização do direito de salvaguardar o conjunto de conhecimentos tradicionais, a oralidade, os saberes e as manifestações artísticas da população brasileira e para ela como um todo. (DEFOURNY, 2008, p.7)

Diante disso, a democratização do patrimônio emerge como um paradigma fundamental na administração cultural, impulsionando a transferência do direito de usufruto do patrimônio para a sociedade em sua totalidade. Essa abordagem está alicerçada na premissa de que o patrimônio cultural não deve constituir um privilégio exclusivo, mas sim um recurso compartilhado, acessível e apreciado por todos os integrantes da comunidade. Considerando isso:

[...]o patrimônio deve contribuir para revelar a identidade de cada um, graças ao espelho que ele oferece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro: o outro de um passado perdido e como que tornado selvagem; lugar de pessoa pública; lugar da história edificante, lugar da identidade cultural. (POULOT, 2009, p. 14)

Pelo panorama dos planos de Salvaguarda, Cavalcanti (2008), pontua através da perspectiva de inventários e registros:

Durante esses processos, o conhecimento produzido sobre os modos de expressão e organização própria das comunidades envolvidas permite identificar mecanismos e instrumentos locais de transmissão do bem cultural e, a partir daí, identificar as formas mais adequadas de salvaguarda. Esse conhecimento e sua valorização estão na base, portanto, dos instrumentos que visam favorecer a manutenção dos mecanismos de transmissão e a continuidade dessas manifestações culturais.

O conjunto de ações envolvidas é amplo e variado, e pode ser assim resumido:

- 1)apoio à transmissão do conhecimento às gerações mais novas;
- 2)promoção e divulgação do bem cultural;
- 3)valorização de mestres e executantes;
- 4)melhoria das condições de acesso a matérias-primas e mercados consumidores;
- 5)organização de atividades comunitárias. (CAVALCANTI, 2008, p.24)

Cabe agora perguntar: Como a gestão urbana pode atuar para a preservação das atividades no âmbito municipal?

O principal meio utilizado pela gestão para garantir a proteção e promoção da atividade das feiras é a legislação, que tem um papel importante ao complementar, fomentar e proteger legalmente as práticas, abrangendo desde a produção no ambiente rural até o momento em que o produto chega ao consumidor final, valorizando os arranjos produtivos locais, promovendo estratégias e ações de impacto nas esferas econômica, social e cultural.

Alternativas, como o controle e monitoramento do uso do solo do entorno da feira devem ser colocadas em pauta, pois a difusão inadequada de usos pode comprometer a integridade da feira livre. No entanto, não apenas o âmbito físico deve ser amparado pela legislação, mas também no campo simbólico e subjetivo, como: o espírito do lugar, a memória, e a identidade. Os quais devem ser entendidos como tão essenciais para a atividade quanto como o local onde está sendo sediado, e os produtos que estão sendo comercializados.

Sob a perspectiva dos produtores rurais, protagonistas essenciais no contexto do abastecimento regional, destaca-se a responsabilidade atribuída à municipalidade de promover e fomentar efetivamente esse tipo de produção. Tal incumbência implica

na concessão de aportes financeiros, benefícios específicos e a facilitação do acesso a terras, programas de educação especializada, direcionados para atender às necessidades singulares inerentes a essa realidade agrícola.

A atuação da municipalidade não apenas identifica a importância estratégica dos produtores rurais para a segurança alimentar e a dinâmica econômica local, mas também demonstra um compromisso em fortalecer e sustentar a atividade agrícola familiar da região.

No caso das feiras livres objetos deste estudo, são em linhas gerais normatizadas por quatro legislações distintas, que em prática se relacionam e complementam. A primeira que continua vigente até os dias atuais, a Lei Municipal nº 524 de 12 de junho de 1957 (Anexo 1), registra que os feirantes são tributados como vendedores ambulantes, e deixa a cargo do poder municipal a mudança e criação de novas feiras livres se a coletividade demonstrar interesse.

A segunda, Lei Municipal nº 3.338, de 8 de abril de 2003 (Anexo 2), criou o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Rio Claro, onde no âmbito de suas atribuições, incumbe a promoção a orientação do desenvolvimento rural, fomentar a produção agrícola, bem como, guiar a utilização ponderada dos recursos naturais, dentre outras responsabilidades correlatas.

No caso específico da Feira do Produtor Rural, a gestão da atividade sentiu a necessidade da criação de parâmetros específicos, pois a legislação de 1957 que abarcava e regulava as feiras era insuficiente. Com isso, a Lei Municipal nº 5.029, de 7 de março de 2017, foi sancionada a legislação que regulamenta exclusivamente a atividade da nova feira (Anexo 3), onde institucionaliza o licenciamento para participação dos feirantes, determina a atuação e o local de cada feirante dentro de seus segmentos, cria margens de produção própria e revenda de produtos por barraca de produtores locais. Bem como, abarca o tema da sustentabilidade no campo, descarte de resíduos sólidos, e inspeção da produção de produtores rurais. Observa-se que a normativa atua para além apenas da esfera restrita do momento de realização da feira, mas cria parâmetros que induzem ações que influenciam em todo o circuito estabelecido pela atividade. Entretanto, com a implementação da legislação, observou-se resistência em relação à atuação dos feirantes produtores da Feira do Produtor Rural, visto que a legislação limita a sua atuação, mas especificamente, as

certificações de inspeção acabam por aumentar os custos dos produtos, inviabilizando a produção em pequena escala. Como resultado, diversos produtores optam por não participar da referida atividade.

Por fim, no mesmo ano, a Lei Municipal nº 5.088 de 31 de agosto de 2017, foi aprovada a lei que dá continuidade ao movimento de criação de novas feiras livres em outras áreas da cidade se houver interesse da coletividade (Anexo 4), seguindo a legislação de 1957, com o diferencial de propor potenciais bairros que possam ser sediadas novas feiras livres.

A regulamentação transcende não apenas a esfera específica do momento de execução da feira, mas estabelece critérios que direcionam ações capazes de impactar todo o circuito delineado pela referida atividade. Por este viés, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, está intrinsecamente relacionado às ações das atividades das feiras livres, reforçando suas características ancestrais de relação com a produção. Bem como, a Secretaria Municipal de Agricultura, a qual tem o poder de relacionar as necessidades da sociedade com o poder municipal. Que por sua vez, pode negociar e explorar recursos financeiros, como subsídios e incentivos fiscais, por parte da municipalidade, desempenhando um papel crucial na viabilidade econômica desses produtores, impulsionando a prática da agricultura sustentável e preservando a qualidade dos produtos.

Dessa forma, ao contribuir para a profissionalização de um maior número de produtores e feirantes, cria-se um cenário propício para a expansão e implementação de feiras em diferentes setores da cidade. O fortalecimento da capacitação profissional não apenas eleva a qualidade dos produtos oferecidos, mas também impulsiona a diversificação e abrangência das feiras, alinhando-se de maneira mais precisa com as necessidades e preferências da comunidade local. Essa abordagem promove o desenvolvimento econômico dos produtores e feirantes, e também enriquece a experiência dos consumidores, contribuindo para a construção de uma comunidade mais sustentável e economicamente dinâmica. E, finalmente, atende ao interesse manifestado pela população, conforme evidenciado pelo caráter de desenvolvimento das feiras livres evidenciadas nesta dissertação, e também pode ser entendida como uma ação no sentido da preservação.

Portanto, o reconhecimento das feiras livres como patrimônios culturais imateriais é um processo complexo e próprio de cada realidade, que se inicia internamente na sociedade e requer o suporte contínuo de instituições estatais e grupos ativos da sociedade para manter sua eficácia, diversidade e identidade. Conforme acentua Londres:

Através do processo de transformar algo em patrimônio esses determinados bens se convertem em testemunhos privilegiados de uma cultura, evidenciando assim a diversidade cultural da humanidade, e integrando a herança cultural que queremos transmitir às futuras gerações. São referências a partir das quais se constroem e se reelaboram as identidades dos grupos sociais (LONDRES, 2007, p. 69)

Assim, a valorização não surge de maneira isolada; ao contrário, reflete uma interação dinâmica entre as percepções e práticas culturais profundamente enraizadas na sociedade e o reconhecimento social e institucional respaldado pelo Estado.

CONCLUSÃO



Ao compreender as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais presentes nas feiras livres e especialmente ao eleger os circuitos alimentares ligados à produção hortifrutigranjeira como recorte, característicos da Região Metropolitana de Piracicaba e do município de Rio Claro, foi possível evidenciar como os arranjos desse segmento produtivo entrelaçam cotidianamente os territórios rural e urbano e de que forma as feiras, como intermediadoras desses processos no espaço urbano, atuam na preservação de hábitos e dinâmicas de comércio tradicionais, assim como atores, agentes e uma paisagem histórica ressignificada no presente: a paisagem da produção (SCHICCHI; FARAH, 2022).

As análises buscaram sintetizar as formas de usos e apropriação desses espaços, em movimentos cíclicos, desde a movimentação da economia local até o âmbito regional e vice-versa, com a perspectiva de encontrar atributos nesses processos que pudessem amparar a compreensão de que as feiras, como eventos, não obstante seu caráter intermitente, transmitem valores ancestrais, como técnicas de comércio, modos de vida, sociabilidade, cooperação, coletivismo e muitos outros atributos que consciente ou inconscientemente se fixam no imaginário coletivo. Em síntese, tais práticas caminham na contramão dos movimentos globalizadores.

Ao analisar os distintos territórios das três feiras, no centro urbano, numa área periférica e num espaço especializado confinado, conclui-se que embora as feiras não promovam a segregação social, elas refletem a segregação presente na estruturação urbana da cidade. Portanto, existe uma tensão permanente entre a segregação social e a natureza agregadora das feiras, que se revelou com mais intensidade em territórios onde a exclusão social era mais evidente.

Dessa maneira, as feiras livres públicas transcendem sua função como locais de trocas comerciais, pois são recintos onde se desdobram narrativas que preservam, através do tempo, as memórias individuais e coletivas e o senso de pertencimento. Por outro lado, as feiras privadas, que a princípio foram excluídas pelos critérios de seleção da pesquisa, são elas mesmas evidências dos riscos de extinção das práticas sociais realizadas no espaço público.

O entendimento e reconhecimento das feiras livres como patrimônio imaterial, como prática social, que ao longo do tempo, reafirma dinâmicas essenciais para a

recriação permanente da identidade local, atua como consciência histórica aliada à função da memória. Produtores, feirantes, frequentadores, gestores e as comunidades locais são agentes ativos nesse processo, contribuindo para a criação de um tecido social e cultural singular, permeado por valores que transcendem o mero intercâmbio comercial.

A feira é o lugar que preserva as práticas tradicionais de comercialização de produtos. Esse aspecto potencializa sua inserção nos circuitos gastronômicos locais voltados para o turismo, o lazer e o tempo livre das pessoas, com a geração de novas atividades e postos de trabalho locais, tema que não foi possível aprofundar neste trabalho, mas que certamente abre perspectivas para novas pesquisas.

Outro tema relevante a ser aprofundado a partir desta perspectiva, é a análise da multiplicidade de estratégias de vida presentes nos arranjos familiares envolvidos nas feiras, considerando como essas estratégias se desenvolvem e se adaptam dentro das dinâmicas regionais.

Por fim, esta pesquisa buscou contribuir para uma compreensão da importância de se constituírem planos de salvaguarda em nível local e regional. Na esfera municipal, é fundamental que se efetivem garantias de proteção através da legislação, tanto das feiras no circuito de abastecimento local quanto do zoneamento e outros instrumentos urbanísticos que, conforme apresentado, podem constituir ferramentas de controle para o pleno desenvolvimento das feiras, estabelecendo um arcabouço normativo que legitima suas práticas e contribui para a preservação e fortalecimento das dinâmicas econômicas, sociais e culturais associadas ao território. Na esfera estadual ou regional, uma política de incentivos e de facilidades de créditos, bem como de assistência técnica para os produtores rurais podem contribuir para regularizar essa cadeia produtiva, em termos de sua continuidade e eficiência. Dito de outra forma, a eficácia e abrangência da legislação podem desempenhar um papel preponderante na construção de um ambiente propício para o enraizamento das feiras livres e para a democratização deste patrimônio para todos, ao serem autorizadas tanto em áreas consolidadas quanto nas áreas periféricas ou de urbanização recente, consolidando-as como elementos essenciais na promoção de práticas comerciais sustentáveis e na preservação dessa tradição.

Portanto, como espaços onde se entrelaçam práticas comerciais, sociais e culturais, as feiras tornam-se elementos fundamentais na construção e manutenção das relações de identidade, da memória e do senso de pertencimento de distintas comunidades de Rio Claro/SP. O valor patrimonial das feiras não reside apenas na troca de bens, mas na preservação e renovação constante de uma herança cultural local que se perpetua através das gerações.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, A. A.. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1982. Coleção Primeiros Passos.

_____. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Massangana, v. 1, p. 52-64, 2010.

As Danças Afro-brasileiras na Cidade de Rio Claro: O Batuque de Umbigada e a Congada de São Benedito. Direção: Projeto Memória Viva. Rio Claro. 2011. *Online* (10 min). Disponível em: <https://vimeo.com/27299147> Acesso em: 15 dez. 2023.

AUSTRALIA, ICOMOS; PARA LLEVAR A CABO ESTUDIOS, Procedimientos. Carta de Burra. **ICOMOS Australia**, 1999.

BORSOI, D. F.. A paisagem das trocas: a Vila de Cunha e a formação de uma economia de abastecimento interno na transição do século XVIII para o XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 28, 2020.

BOUROTTE, C. L. M. Instituto de Geociência. Formação geomorfológica do Estado de São Paulo. 2000. Disponível em: <https://geohereditas.igc.usp.br/atividade-rochas-estado-de-sao-paulo/> Acesso em: 15 dez. 2023

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – **IPHAN**. Patrimônio Imaterial, s/d. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234#:~:text=Os%20bens%20culturais%20de%20natureza,que%20abrigam%20pr%C3%A1ticas%20culturais%20coletivas\).](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234#:~:text=Os%20bens%20culturais%20de%20natureza,que%20abrigam%20pr%C3%A1ticas%20culturais%20coletivas).)

Acesso em: 28 de ago. 2023.

CACCIAMALI, M. C.. Globalização e processo de informalidade. **Economia e sociedade**, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2000.

CAMPOS, M.T.de A.. **Acirc, 90 anos de história**: Associação Comercial e Industrial de Rio Claro-SP: 1922-2012. 2012.

CAMPOY, C.C.P.. **Territórios e identidades culturais**: o centro urbano de Rio Claro/SP. 2022. 156 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16557>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CASSOL, A. Instituições sociais e abastecimento alimentar contemporâneo: Resgatando a importância socioeconômica das feiras livres tradicionais brasileiras. **Vamos às feiras!**: Cultura e ressignificação dos circuitos curtos. (1. ed.) – Aracaju, SE : Criação Editora, 2021.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio cultural imaterial no Brasil: estado da arte. **Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**, v. 1, p. 11-36, 2008.

COMMAND ACTION; Direção de João Paulo Miranda Maria. Brasil: Kino-Olho, 2015. *Online* (13 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aR3h6S-3r80>
Acesso em: 15 dez. 2023

DEAN, W. Rio Claro. **Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura - 1820-1920**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

DE BARROS MOTT, L. R.. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. **Revista de História**, v. 53, n. 105, p. 81-106, 1976.

DEFOURNY, Vincent. A UNESCO e o Brasil: alinhamento histórico nas proposições para o patrimônio imaterial. CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO/Educarte, p. 7-8, 2008.

DEL SANTO E. D. 8 anos após incêndio, Mercado de Rio Claro inaugura 1ª etapa de revitalização; veja mudanças. **G1**. 04 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2023/08/04/8-anos-apos-incendio-mercadao-de-rio-claro-inaugura-1a-etapa-de-revitalizacao-veja-mudancas.ghtm>
Acesso em: 15 dez. 2023

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, v. 5, 1997.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, .. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agrícolas**, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.

DA SILVA, Andresa Lourenço. Breve discussão sobre o conceito de cidade média. **Geoiंगा: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE/UEM)**, v. 5, n. 1, p. 58-76, 2013.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018. Título Original: L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ? DOI: 10.5965/2175180310232018005

DE LIMA, Marcia Cristina Senra Marinho. Cidade, identidade e os lugares de memória. **Revista Unimontes Científica**, v. 14, n. 2, p. 01-11, 2012.

DE SAES, Décio Azevedo Marques. Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. **Revista Novos Rumos**, v. 52, n. 1, 2015.

DOS SANTOS, Fábio Alexandre. **Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906**. Annablume, 2002.

FERRAZ, T. G.. **O papel da cooperação Sul-Sul na rearticulação da autoridade do patrimônio cultural no Brasil: um estudo sobre ações internacionais do IPHAN**. 2015. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

FERREIRA, D. A. O.; RODRIGO, W. L.. A VENDA DIRETA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E O CASO DA FEIRA CORUJÃO – RIO CLARO/SP. In.: **Vamos às feiras!: Cultura e ressignificação dos circuitos curtos**, ebook (1. ed. - p. 341 - 362,) – Aracaju, SE : Criação Editora, 2021.

FERRETI, M. Feiras nordestinas: estudos e problemas. In.: FERRETI, S. [Org.] **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados**. São Luis: Edições UFMA, 2000. p. 35-66.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, p. 127-141, 1997.

GARCIA, L. B. R.. **Rio Claro e as oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro**: trabalho e vida operaria, 1930-1940. 1992. 235 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei Complementar Estadual nº 1.360. **DIÁRIO OFICIAL**, 24, de agosto de 2021.

HUMMEL, C. De olho nos fatos: crise na Feira do Produtor leva famílias a pedirem ajuda. **Jornal da Cidade**. Rio Claro, 25 set. 2023. Disponível em: <https://www.jornalcidade.net/rc/de-olho-nos-fatos-crise-na-feira-do-produtor-leva-familias-a-pedirem-ajuda/250606/> Acesso em: 9 nov. 2023.)

IBGE. **Censo Agro 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/> Acesso em: 15 dez. 2023.

ICOMOS. **Declaração de Québec sobre a preservação do Spiritu Loci**. 16ª Assembleia Geral do ICOMOS. Quebec, Canadá: ICOMOS, 2008.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Iphan, 2000.

JARAMILLO URIBE, G. Nuevos desafíos entre el discurso oficial y local del patrimonio cultural inmueble. **Territorios**. [S. l.], n. 44, p. 1-21, 2021.

KIELING, R. I.; SILVEIRA, R. L. L. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **PERSPECTIVA**, Erechim. v. 39, n.148, p. 133-143, 2015.

KÜHL. Notas sobre a Carta de Veneza. In. **Anais do Museu Paulista**, 2010, vol.18, n.2, p. 287-320.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LEITE, D. C. B.. **Feiras como espaços de hospitalidade e identidade coletiva: feira permanente da Ceilândia/DF**. 2015. 165 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Turismo)- Universidade de Brasília, Brasília.

LIMA, E. D. **A feira-livre na mediação campo-cidade**. São Cristóvão: 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. UFS, 2012.

LONDRES, M. C.. **Patrimônio Cultural: por uma abordagem integrada** (Considerações sobre materialidade e imaterialidade na prática da preservação). Caderno de Estudos do PEP. COPEDOC/IPHAN-RJ, 2007. p. 69-73.

MACEDO, S. S.; QUEIROGA, E. F.; CAMPOS, A. C. de A. **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MACHADO, H.M.F.G.. **A construção da história da associação vinculada ao desenvolvimento de Rio Claro**. p. 19-73 In.: **Acirc, 90 anos de história: Associação Comercial e Industrial de Rio Claro-SP 1922-2012**. 2012.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Antropologia urbana em Brasil: de la periferia al centro. **Investiga Territorios**, n. 7, p. 9-28, 2018.

MAIA, Ana Claudia Nogueira. **Uma leitura da periferização do comércio em cidades médias: o caso de Rio Claro**. 165 f. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Unesp. Rio Claro, 2017.

MEDEIROS, R.M.V. Território, espaço de identidade. In SAQUET, M. A. e SPOSITO, E.S. (Orgs.) **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

MENESES, U. T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, v. 1, p. 25-39, 2009.

MENEZES, S.de S.M.; DE ALMEIDA, M.G.; DE DEUS, J.A.S. (ORGS). **Novos usos do Espaço Rural e suas Resiliências: Transformações e ruralidades em Goiás, Minas Gerais e Sergipe**. 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2020.

MESENTIER, L. M. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. *Revista Vivência*, Natal, UFPN, n. 28, p.167-177, 2006.

MODEL, P. A., & DENARDIN, V. F.. Agricultura familiar e a formação de circuitos curtos de comercialização através das feiras livres: o caso da Matifeira - Paraná. **Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente** (pp. 1-15). São Paulo: FEA-USP. 2014.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, A. C. S. de; FARAH, A. P.. O centro histórico de Poços de Caldas/MG. O caso do quadrilátero do complexo hidrotermal e hoteleiro. **Cidades. Comunidades e Territórios**, n. 42, 2021.

ORTIGOZA, S. A. G.. Comércio e Indústria em Rio Claro: Formação Histórica, Características, Atores e Potencialidades - Passado, Presente e Futuro. In.: **Acirc, 90 anos de história**: Associação Comercial e Industrial de Rio Claro-SP 1922-2012. 2012.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do documento aos valores**. Estação Liberdade, 2009.

Prefeitura Municipal de Rio Claro (1952). Lei Municipal N° 241, de 16 de maio de 1952.

Prefeitura Municipal de Rio Claro (1957). Lei Municipal N° 524, de 12 de junho de 1957.

Prefeitura Municipal de Rio Claro (2003) Lei Municipal N° 3.338, de 08 de abril de 2003.

Prefeitura Municipal de Rio Claro (2017). Lei Municipal no 5.029, de 7 de março de 2017a.

Prefeitura Municipal de Rio Claro (2017). Lei Municipal N°5.088, de 31 de agosto de 2017b.

Prêmio Cidadania no Campo: Rio Claro valoriza as famílias que têm no campo seu sustento de vida. **Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo**. 8 nov. 2019 Disponível em: <https://www.agricultura.sp.gov.br/noticias/premio-cidadania-no-campo-rio-claro-valoriza-as-familias-que-tem-no-campo-seu-sustento-de-vida/> Acesso em: 09 out. 2021.

QUEIROGA, E. F. Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 58, p. 105-132, jun. 2014.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins; BESSONI, Giorge. Patrimônio Imaterial: ações e projetos da Superintendência do Iphan no DF. **Arquitextos**, São Paulo, ano10, n. 120.00, 2010.

SAMPAIO, S.S. A Indústria e o Município de Rio Claro, das Origens à Atualidade: Uma Interpretação Geográfica de seus Elementos, Relações e Efeitos. In.: **Acirc, 90 anos de história**: Associação Comercial e Industrial de Rio Claro-SP 1922-2012. 2012.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Coleção Milton Santos. Vol. 4. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial. In SAQUET, M. A. e SPOSITO, E.S. (Orgs.) **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2.Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SATO, L. . **Feira livre: organização, trabalho e sociedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHICCHI, M. C. S.; FARAH, A. P. Paisagens históricas da produção: cultura, patrimônio e suas projeções no território metropolitano de Campinas. In: III Congresso Iberoamericano de História Urbana, 2022, Madrid. Actas III Congreso Iberoamericano de História Urbana. Madrid: Asociación Iberoamericana de Historia Urbana, 2022. p. 1-115.

SILVA, Armando. **Imaginarios urbanos**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 2000.

SOBRINO, J. S. **Guía del paisaje histórico urbano de Sevilla. Estudio temático 05 - Los paisajes históricos de la producción en Sevilla**. Junta de Andalucía, Sevilla. 2010.

SOUZA, Carolina. As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo trabalho-educação. **Revista Trabalho Necessário**, v. 13, n. 22, 2015.

SYDENSTRICKER, J. M.; DA ROCHA, M. I. B.; HAKKERT, R.. **Perfil sócio-econômico de Rio Claro: (relatório de pesquisa)**. Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas, 1985.

VARGAS, H. C.. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. Editora Manole. 2001.

VERONA, J. A.; COMPIANI, M.. O século XXI e as tradições que resistem na pequena cidade do interior baiano: exemplo das feiras livres e da produção artesanal de farinha de mandioca/The 21st century and the traditions that endure in a small town of Bahi's countryside. **Geograficidade**, v. 6, n. 2, p. 71-83, 2016.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio nobel, 1998.

ANEXO 1



REVOCADA PELA LEI 524/52

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

LEI Nº 241

de 16 de Maio de 1952.

Eu, FAUSTO SANTOMAURO, Prefeito Municipal de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro, decreta e eu promulgo a seguinte lei:-

LEI Nº 241

Artigo 1º - É permitida a existência de feiras-livres, que poderão funcionar nos bairros ou na parte central da cidade.

§ único - As feiras-livres funcionarão às terças e sextas feiras, respectivamente, na rua 6 entre as avenidas 5 e 9 e no Bairro Aparecida, cuja localização ficará a critério do senhor Prefeito.

Artigo 2º - É vedado o funcionamento de mais de uma feira em um só dia.

Artigo 3º - As taxas a serem cobradas são as mesmas adotadas para o Mercado Municipal, com a redução de 30%.

§ único - Ficam isentos de quaisquer taxas os pequenos agricultores que venderem os próprios produtos.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 16 de Maio de 1952.

Fausto Santomauro

FAUSTO SANTOMAURO
Prefeito Municipal

Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

[Handwritten signature]

ANEXO 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

L E I N° 524

de 12 de junho de 1957.

Eu, AUGUSTO SCHMIDT FILHO, Prefeito Municipal de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro, decreta e eu promulgo a seguinte lei:-

L E I N° 524

(regulando o funcionamento das feiras livres).

Artigo 1º - A criação ou mudança de feiras livres da cidade ou nos distritos, em quaisquer zonas, central ou bairro, ficará a cargo do Prefeito Municipal, que as localizará respeitando o interesse da coletividade.

§ único-(VETADO)

Artigo 2º - Os produtores ou vendedores que expuzerem seus produtos ou mercadorias à venda nas feiras livres, estarão sujeitos aos tributos exigidos aos vendedores ambulantes, respeitadas as isenções legais, não se cobrando qualquer taxa ou emolumento pela localização nas referidas feiras.

Artigo 3º - Fica revogada a Lei Municipal nº 241, de 16 de maio de 1952.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 12 de junho de 1957.

Augusto Schmidt Filho

Prefeito Municipal

Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra

Humberto Monaco
Diretor Geral do Departamento
de Administração.

ANEXO 2

16/05/22, 14:13

CESPRO | Digitalização, Compilação e Consolidação da Legislação Municipal



Portal de Legislação do Município de Rio Claro / SP

LEI MUNICIPAL Nº 3.338, DE 08/04/2003

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

Eu, CLAUDIO ANTONIO DE MAURO, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere,

Faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro, aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE RIO CLARO.

Art. 2º Ao Conselho ora criado compete:

- I - orientar o desenvolvimento rural;
- II - incentivar o aumento da produção e da produtividade, bem como, a ocupação estável no campo;
- III - orientar a utilização racional de recursos naturais de forma sustentada, compatível com a preservação do meio ambiente, especialmente quanto à proteção e conservação do solo e água;
- IV - assegurar a participação dos trabalhadores e produtores rurais, em especial, através de suas entidades representativas em todas as fases de elaboração e execução da política agrícola e agrária;
- V - atuar como órgão consultivo nos assuntos relacionados com a produção agropecuária e abastecimento alimentar;
- VI - elaborar, no prazo de 30 (trinta) dias, seu regimento interno que deverá ser aprovado por Decreto Municipal;
- VII - escolher entre seus membros, um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Secretário-Adjunto;
- VIII - outras atribuições serão estabelecidas no Regimento Interno;
- IX - desenvolver as ações oriundas da Política de cooperação entre o Município, o Estado e a União, previstas nos artigos 204 a 209 da Lei Orgânica do Município.

Art. 3º O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL será constituído de 20 (vinte) membros, a saber:

- I - 05 (cinco) representantes titulares dos Bairros Rurais:
 - 1) Setor Oeste (Itapé, Camaquã, Batovi);
 - 2) Setor Noroeste (Jacutinga, Serra D'Água, Santana Urucaia);
 - 3) Setor Norte (Ajapí, Ferraz, Cachoeirinha, Mata Negra);
 - 4) Setor Sul (Sitinho, Fazenda Velha, Campo do Cocho, Assistência);
 - 5) Setor Sudeste (Bairro dos Lopes, Floresta Estadual).
- II - 05 (cinco) representantes titulares da Sociedade Civil Organizada:
 - 1) Associações de Agricultores;
 - 2) Associações de Feirantes;
 - 3) Representantes do Setor do Agronegócio;
 - 4) Sindicato Rural de Rio Claro;
 - 5) Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
- III - 05 (cinco) representantes titulares da Prefeitura Municipal;
- IV - 05 (cinco) representantes titulares de órgãos do Estado:
 - 1) Universidade Pública;
 - 2) Assistência Técnica do Estado (CATI); (NR) *(redação estabelecida pelo art. 1º da Lei Municipal nº 5.049, de 24.05.2017)*
 - 3) Defesa Animal do Estado;
 - 4) Secretaria Estadual de Meio Ambiente; (NR) *(redação estabelecida pelo art. 1º da Lei Municipal nº 5.049, de 24.05.2017)*
 - 5) Polícia Militar Ambiental.

Parágrafo único. Cada membro titular indicado para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será

inscrito com seu respectivo suplente.

~~Art. 3º (---)~~

~~IV (---)~~

~~2) Assistência Técnica do Estado;~~

~~4) Pólo Regional de Tecnologia Rural do Estado; (redação original)~~

Art. 4º Os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL serão designados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 5º O mandato dos membros do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL será de 2 (dois) anos, facultada a recondução.

Art. 6º A Prefeitura Municipal fornecerá a infraestrutura administrativa necessária para a atuação do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, podendo regulamentar por meio de Decreto a Secretaria responsável. (NR) (redação estabelecida pelo art. 2º da Lei Municipal nº 5.049, de 24.05.2017)

~~Art. 6º A Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, fornecerá a infraestrutura administrativa necessária à atuação do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL; (redação original)~~

Art. 7º A participação dos membros do Conselho não será remunerada, sendo considerada como serviço público relevante.

Art. 8º Os representantes do Poder Executivo serão nomeados pelo Prefeito Municipal a partir da indicação do membro titular e suplente, indicados pelos Secretários.

Art. 9º As demais entidades que compõem o Conselho indicarão seus membros, titular e suplente, através de correspondência encaminhada ao Prefeito Municipal.

Art. 10. Os representantes dos Bairros Rurais serão indicados pelos respectivos Setores.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.908/97.

Rio Claro, 08 de abril de 2003.

CLAUDIO ANTONIO DE MAURO
Prefeito Municipal

Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

ARISTOTELES COSTA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO 3

16/05/22, 13:36

CESPRO | Digitalização, Compilação e Consolidação da Legislação Municipal



Portal de Legislação do Município de Rio Claro / SP

LEI MUNICIPAL Nº 5.029, DE 07/03/2017

INSTITUI A "FEIRA DO PRODUTOR RURAL", NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO - DENOMINADA "FEIRA CORUJÃO" E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JOÃO TEIXEIRA JUNIOR, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no Município de Rio Claro a Feira do Produtor Rural - denominada "Feira Corujão", a fim de que os feirantes, representados pelos produtores rurais, artesãos e do ramo de alimentação, desde que devidamente licenciados, comercializem seus produtos aos consumidores do Município e da região.

Parágrafo único. Para participação e comercialização na feira deverão ser licenciados primeiramente todos os feirantes produtores rurais cadastrados no Município de Rio Claro/SP e somente após abrir-se-ão vagas aos produtores rurais de outros Municípios.

Art. 2º A Feira será realizada na Rua 03-A, nº 1155, Vila Martins, com horário de início e término a ser definido pela Secretaria Municipal de Agricultura, responsável pelo controle administrativa da mesma, com o auxílio da Comissão de Representantes da Feira.

Art. 3º Os produtores rurais poderão comercializar seus produtos em outros logradouros públicos ou em recintos fechados, desde que aprovado pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Silvicultura.

Art. 4º Será permitido aos produtores rurais comercializar na feira do Produtor Rural, produtos agrícolas de origem animal e vegetal in natura, agroindustrializados familiar, confecções familiares, produtos alimentícios e artesanatos, sendo 70% (setenta por cento) produção própria e 30% (trinta por cento) terceirizada, com autorização e fiscalização da Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Silvicultura.

Art. 5º A licença para participação nas Feiras será expedida a título precário pela Secretaria Municipal de Agricultura, através do preenchimento de um formulário com os dados pessoais e de produção de cada produtor rural e terá validade de 01 (um) ano, podendo ser suspensa cancelada pelo Executivo, sem ônus para o Município, sempre que convenha ao interesse público.

Parágrafo único. Serão instituídas pelo Município taxas de funcionamento e manutenção da Feira.

Art. 6º Os produtores rurais que participarem de feiras clandestinas (não aprovadas em Lei específica), automaticamente serão excluídos da "Feira Corujão" e das demais feiras.

Parágrafo único. Os produtos de origem animal (carnes, ovos, peixes, mel, queijos, leite) somente poderão ser comercializados desde que devidamente registrados em algum órgão de inspeção (SIF, SISP ou SIM).

Art. 7º Compete aos feirantes:

- I - Trabalhar nas feiras com os materiais para os quais esteja licenciado;
- II - Respeitar o local demarcado para a instalação de sua banca;
- III - Respeitar e cumprir o horário de funcionamento das feiras;
- IV - Manter os equipamentos em bom estado de higiene e conservação;
- V - Manter plaquetas contendo nome e preço dos produtos visíveis;
- VI - Seguir as normas da Vigilância Sanitária e do SIM;
- VII - Os agricultores Familiares deverão manter visível a sua CERTIFICAÇÃO DE ORGÂNICO no momento da venda direta de produtor, orgânicos aos consumidores;
- VIII - Expor os Produtos Orgânicos em gôndolas separadas.

05/22, 13:36

CESPRO | Digitalização, Compilação e Consolidação da Legislação Municipal

Art. 8º É vedado aos feirantes:

- I - Ausentar-se das feiras por mais de um mês, devendo justificar-se perante a Coordenação da Feira, solicitando prazo para retomar ou solicitar o cancelamento da licença;
- II - Vender produtos diversos daqueles constantes da licença;
- III - Comercializar produtos sem inspeção e que não estejam registrados pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Silvicultura.
- IV - Trabalhar com produtos supostamente piratas, sem comprovação de procedência ou em desacordo com a legislação vigente;
- V - Comercializar animais de estimação e silvestres, plantas e flores naturais de espécimes coletadas na natureza que possam representar risco de depredação da flora nativa;
- VI - Lançar, na área da feira ou em seus arredores, detritos, gorduras ou lixo de qualquer natureza.

Art. 9º Após a aprovação desta Lei será criada uma Comissão de Representantes da Feira do Produtor Rural, nomeada por Decreto do Executivo, composta por:

- I - 03 (três) representantes do Poder Executivo, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Silvicultura.
- II - 05 (cinco) representantes dos feirantes que serão eleitos diretamente entre os licenciados na feira do Produtor Rural e desde que comercializem produtos licenciados por órgão competente, em processo autônomo, sendo 03 (três) produtores rurais, 01 (um) do ramo de alimentação e 01 (um) do ramo de artesanato.

§ 1º O mandato dos membros da Comissão de Representantes será de 01 (um) ano, renovável uma única vez por igual período.

§ 2º Os membros da Comissão de Representantes não farão jus a qualquer espécie de remuneração.

§ 3º Serão excluídos da comissão de feiras os membros, titulares ou suplentes, que faltarem injustificadamente a mais de 25% das feiras realizadas no ano, desde que convocadas através da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 10. À comissão de Representantes da Feira do Produtor Rural compete:

- I - dar apoio às ações da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Silvicultura;
- II - opinar sobre a planilha de custo das Feiras;
- III - manifestar-se sobre os recursos impetrados por feirantes em caso de aplicação de penalidade.

Art. 11. No caso de descumprimento desta Lei, serão aplicadas pela Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Silvicultura, as seguintes sanções:

- I - Advertência por escrito: será aplicada sempre que o feirante não cumprir as determinações desta Lei;
 - a) Aplicada a advertência por escrito, o feirante terá o prazo de quarenta e cinco dias para atender às determinações prevista nesta Lei, sob pena de aplicação das sanções previstas nos Incisos II e III deste artigo.
- II - Suspensão: será aplicada quando não houver cumprimento da advertência por escrito ou em caso de reincidência. A suspensão poderá variar de 01 (uma) a 04 (quatro) participações nas feiras, de acordo com decisão da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Silvicultura;
- III - Cancelamento de licença: aplicada em caso de 02 (duas) suspensões.

Parágrafo único. A advertência por escrito constará do cadastro do feirante por 02 (dois) anos, sendo que após este prazo a mesma será retirada caso não tenha ocorrido a reincidência.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 07 de março de 2017.

JOÃO TEIXEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

RODRIGO RAGGHIANTE
Secretário Municipal Interino de Negócios Jurídicos

*Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na
mesma data supra.*

JEAN WALTER LOPES SCUDELLER
Secretário Municipal de Administração

ANEXO 4

16/05/22, 14:12

CESPRO | Digitalização, Compilação e Consolidação da Legislação Municipal



Portal de Legislação do Município de Rio Claro / SP

LEI MUNICIPAL Nº 5.088, DE 31/08/2017
 ALTERA O ARTIGO 4º E INCLUI O ARTIGO 5º DA LEI Nº 524 DE 12 DE JUNHO DE 1957.

(Projeto de Lei de autoria do Vereador Luciano Feitosa de Melo)

Eu, JOÃO TEIXEIRA JUNIOR, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o artigo 4º da Lei nº 524 de 12 de junho de 1957, ficando o mesmo com a seguinte redação:

"Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a criar ou modificar os lugares e horários de funcionamento das feiras livres no Município de Rio Claro.

§ 1º As feiras livres que atualmente funcionam no Município, no período matutino, são as seguintes:

- a) Feira Livre do São Benedito;
- b) Feira Livre do Cerveão.

§ 2º O Poder Executivo fica autorizado, respeitando o interesse da coletividade, a criar novos espaços para o funcionamento das feiras livres, podendo autorizar também o seu funcionamento nos seguintes bairros:

- a) Jardim Novo Wenzel;
- b) Parque Mãe Preta;
- c) Bairro Terra Nova;
- d) Bairro Jardim Maria Cristina;
- e) Bairro Jardim Portugal."

Art. 2º Inclui o artigo 5º na Lei Municipal nº 524 de 12 de junho de 1957, ficando o mesmo com a seguinte redação:

"Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário."

Rio Claro, 31 de agosto de 2017

JOÃO TEIXEIRA JUNIOR
 Prefeito Municipal

RODRIGO RAGGHIANTE
 Secretário Municipal Interino dos Negócios Jurídicos

Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

JEAN WALTER LOPES SCUDELLER
 Secretário Municipal da Administração